



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 052/053

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 052**46ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente	
Mensagens	03
Ofício	24
Indicação	24
Relatório Preliminar	
Projeto de Lei nº 193.....	28
Requerimentos	38
Projetos de Lei	46
Pequeno Expediente	
Dep. Marcos Isfer	51
Dep. Barbosa Neto	52
Dep. José Domingos Scarpellini	53
Grande Expediente	
Assoc. Com., Ind. e Agr. de Paranaguá	
Sr. Alceu Claro Chaves	
Presidente.....	53
Ordem do Dia:	

Leitura do Expediente	57
Discussão / Votação:	
Votação em 1ª Discussão	57
Redação Final	58
Requerimentos	87
Encerramento da Sessão	88
Errata.....	88

DIÁRIO Nº 053**005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	89
Presenças.....	89
Abertura da Sessão	89
Expediente:	
Requerimentos.....	89
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	90
Encerramento da Sessão	91

DIÁRIO Nº 052**46ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE MAIO DE 2006**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori. Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputa-

dos: Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Valdir Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 037/06

Curitiba, 12 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, efetuar reversão ao município de Uniflor, das datas de terras nºs 15 e 16, da quadra nº 13, matrículas nºs 11.884 e 8.055, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança, somando, tais propriedades, 1.200,00 m2 (um mil e duzentos metros quadrados).

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o município de Uniflor, nas áreas que havia doado ao Estado/Fundepar, conforme matrículas de registros de imóveis já mencionadas irá, após a reversão das mesmas, construir o Centro Comunitário da cidade, estando previsto o retorno desses bens ao patrimônio do Estado, caso sejam descumpridas as finalidades da pretendida reversão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a efetuar a reversão ao município de

Uniflor, das datas de terras nºs 15 e 16, da Quadra nº 13, matrículas nºs 11.884 e 8.055, respectivamente, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança, que totalizam a área de 1.200,00 m2.

Art. 2º A área em questão será destinada à construção de Centro Comunitário, retornando ao patrimônio do Estado - Fundepar, caso se comprove destino diverso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 038/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem o escopo fundamental de recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná.

O crescimento sistemático e vertiginoso da criminalidade experimentado, principalmente nas últimas duas décadas, tem preocupado o povo brasileiro. Tanto assim que a segurança pública é sempre lembrada, em qualquer pesquisa de opinião, como uma das áreas mais sensíveis dos governos. Autoridades e estudiosos têm se debruçado incansavelmente sobre o tema na busca de instrumentos capazes de solucionar, ou pelo menos minorar, o problema.

Os integrantes da carreira de delegado de polícia atuam diretamente nesta esfera defendendo os interesses da sociedade. Tais profissionais do direito devem ir de encontro à criminalidade e precisam trabalhar sem preocupações de ordem salarial. Assim, tanto mais esses profissionais que agem diretamente na violência vivida, também por nós paranaenses, desejam a reestruturação proposta tendo em vista que a categoria, há muito, não vislumbrava correção em seus vencimentos, o que atenderia aos anseios de toda uma classe.

Tais razões, aliadas a tantas outras que poderiam ser citadas, torna-os aptos a enfrentar com eficiência a defesa da segurança do povo de nosso Estado.

Assim, busca o Governo do Estado, com a presente iniciativa, de maneira gradual, porém definida e objetiva, em função dos recursos de que dispõe, avançar a política de revalorização salarial dos servidores estaduais, com o intuito precípua de dar condições ao bom e eficaz desempenho das funções exercidas por esses agentes públicos que integram a carreira ora beneficiada, de forma a também serem contemplados com esta atualização tão necessária.

Informo que o impacto orçamentário-financeiro estimado é da ordem de R\$ 2.922.214,12 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e quatorze reais e doze centavos) mensais para servido-

res ativos, inativos e pensionistas, considerando-se uma folha atual de R\$ 5.654.470,00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta reais).

A fonte do recurso já está prevista na Lei Orçamentária, e será a mesma utilizada para o pagamento de pessoal (fonte Tesouro). Por se tratar de impacto ínfimo ante o total do orçamento, não haverá prejuízo ao cumprimento das metas estabelecidas na LDO, e cumprirá a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 19, 20 e 21, bem como, os artigos 16 e 17.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia fica reestruturado na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo Único. Fica autorizado o remanejamento financeiro e orçamentário para o atendimento ao disposto no *caput* do artigo 1º.

Art. 3º Os percentuais individuais resultantes da aplicação desta lei serão considerados para fins da aplicação do disposto do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 4º A Gratificação por Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE, percebida por força de decisão judicial não incidirá sobre a readequação dos vencimentos básicos indicados no anexo único referido no artigo 1º da presente lei, ficando inalterada a base de cálculo para o pagamento da respectiva vantagem.

Art. 5º Os valores e respectivos percentuais referidos no anexo único da presente lei aplicam-se aos proventos de aposentadoria e pensão.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com a implantação dos valores constantes do anexo, em duas parcelas, sendo a primeira a partir de 01 de julho de 2006 e a segunda a partir de 01 de agosto de 2006, de acordo com as disposições da Lei Complemen-

tar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e revogando-se as demais disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE DELEGADO

Classe	Vencimento
1ª	3.800,52
2ª	3.619,54
3ª	3.447,18
4ª	3.283,03

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 039/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem o escopo fundamental de adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná.

Os profissionais deste quadro atuam na defesa do interesse público, na Administração direta e indireta. A Procuradoria vem ampliando sua participação na consultoria e na defesa judicial também das Autarquias e das Empresas Estatais, para que o Estado do Paraná busque maior eficiência, otimizando a despesa e promovendo sensível diminuição dos recursos dispendidos, para investimentos, custeio e serviços públicos.

No âmbito da gestão e do controle, a Procuradoria Geral do Estado tem contribuído cada vez mais para que os gastos públicos sejam previamente avaliados, quanto à legalidade e constitucionalidade, evitando fraudes nos pagamentos precatórios (que são fiscalizados pela PGE), nos contratos e nos demais gastos onde ocorre consulta prévia das Secretarias e Autarquias.

A atuação da Procuradoria Geral do Estado na esfera judicial tem sido intensificada a cada ano, bem como o resultado concreto está a gerar economia de monta aos cofres públicos.

Os integrantes da carreira de Procurador do Estado são profissionais do direito altamente preparados e constantemente participam de cursos de atualização, especialização, mestrado e doutorado, quando não os coordenam, ou ministram as disciplinas que compõem esses cursos nas diversas instituições de ensino pela capital do Estado e no interior.

Tais razões, aliadas a tantas outras que poderiam ser citadas, torna-os aptos a enfrentar com eficiência a

defesa dos interesses do Estado.

Destaco a necessidade de uma parcial readequação salarial na forma da tabela que acompanha o presente projeto, o que não ocorre desde a edição da Lei nº 11.162 de 25 de agosto de 1995.

Informo que o impacto orçamentário-financeiro é da ordem de R\$ 910.334,40 (novecentos e dez mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) mensais para servidores ativos, inativos e pensionistas, considerando-se uma folha atual de R\$ 3.907.220,00 (três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e vinte reais).

A fonte do recursos já está prevista na Lei Orçamentária, e será a mesma utilizada para o pagamento de pessoal (fonte Tesouro). Por se tratar de impacto ínfimo ante o total do orçamento, não haverá prejuízo ao cumprimento das metas estabelecidas na LDO, e cumprirá a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 19, 20 e 21, bem como, os artigos 16 e 17.

A presente proposta visa adequar a tabela do vencimento básico do Procurador do Estado cumprindo a política do atual Governo do Estado do Paraná em corrigir, paulatinamente, algumas distorções entre os vencimentos percebidos pelas diversas categorias de servidores públicos. Atendem também aos anseios e reivindicações apresentados pelos representantes das categorias que compõem o Quadro, com observância estrita de outros parâmetros de planejamento orçamentário e financeiro, constando com a interveniência e efetiva participação das Pastas do Planejamento e Fazenda, segundo as quais, há disponibilidade financeiro-orçamentária para a despesa em questão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O vencimento básico da Carreira de Procurador fica reestruturado na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo Único. Fica autorizado o remanejamento financeiro e orçamentário para o atendimento das modificações propostas nos termos desta lei e as providências administrativas e legais para o atendimento de seus termos.

Art. 3º Os percentuais individuais resultantes da aplicação desta lei serão considerados para fins da aplica-

ção do disposto do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 4º Os valores e respectivos percentuais referidos no anexo único da presente lei se aplicam aos proventos de aposentadoria e pensão.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com a implantação dos valores constantes do anexo em duas parcelas, sendo a primeira a partir de 01 de julho de 2006 e a segunda a partir de 01 de agosto de 2006, de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e revogando-se as demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 040/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que institui a Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

A Lei Estadual nº 14.832, de 22 de setembro de 2005, transformou a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater em autarquia denominada Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

O presente plano de carreira atende ao previsto no parágrafo 1º do artigo 6º da referida lei, substituindo o Regulamento da Estrutura de Profissões, ocupações e remuneração da Emater, constantes do Anexo IV da Resolução Conjunta nº 001 - SEAB/SEAP/SEFA/SEPL, de 14.08.01.

A estrutura do plano alinha a carreira de Agente de Assistência e Extensão às demais carreiras que vêm sendo reformuladas ao longo das últimas gestões governamentais, proporcionando a evolução no emprego, através dos mecanismos de progressão e promoção.

Serão enquadrados na carreira os atuais 1187 servidores do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

O anteprojeto de lei propõe o Cargo Único de Agente de Assistência e Extensão Rural, alinha a carreira às demais carreiras que vêm sendo reformuladas ao longo das últimas gestões governamentais e proporciona o desenvolvimento através dos mecanismos de progressão e promoção. Trata-se de carreira organizada pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, cujos empregos serão extintos ao vagar, sendo os novos provimentos efetivados pelo regime estatutário (Quadro Próprio do Poder Executivo), de acordo

com o artigo 18 da proposta apresentada conforme o exposto:

Atual		Proposto
Menor Salário Base	R\$ 435,40	R\$ 530,00
Maior Salário Base	R\$ 11.909,69	R\$ 7.050,66

Ficarão recebendo diferença de remuneração em código de pagamento à parte, 46 servidores que têm salário base maior que o vencimento do último nível da tabela salarial proposta.

Deve ser observado, em consonância com o espírito que norteou a elaboração do plano, que o menor salário proposto de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) apenas serviu de parâmetro para a construção dos níveis mais elevados da tabela que irá vigorar e que não prevê novas admissões. Na prática, a menor remuneração a ser praticada com a reestruturação girará em torno de R\$ 600,00 (seiscentos reais), correspondendo ao recebido apenas por um servidor.

Os novos ingressos na Autarquia Emater dar-se-ão conforme o disposto da Lei nº 13.666 de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, hoje, no valor inicial de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Segue adiante o quadro demonstrativo dos custos atuais e estimativa do plano proposto e outras informações:

Valor da folha atual com encargos (Fonte: RMIP*) Ref.: Fev/06	R\$ 5.679.273,00
Valor da folha atual sem encargos (Fonte: RMIP*)	R\$ 4.151.693,00
Percentual acumulado de ganhos no período jun/01 a mai/05 (DISSÍDIOS)	45,52%
Custo de implantação (sem encargos) ESTIMATIVA MENSAL	R\$ 200.000,00
Custo de implantação (com encargos) ESTIMATIVA MENSAL	R\$ 220.889,08
Nº de funcionários	1.187

*RMIP: Relatório Mensal de Informações de Pessoal

Menor remuneração atual	R\$ 480,61
Média de remuneração atual	R\$ 3.497,59
Maior remuneração atual	R\$ 14.873,58
Funcionários fora da tabela proposta	46

EXEMPLOS DE REMUNERAÇÃO NA TABELA ATUAL VERSUS VENCIMENTO BÁSICO PROPOSTO

Emprego	Inicial Atual	Final Atual	Inicial Proposta	Final Proposta
Operacional	480,61	1.533,97	530,00	747,89
Médio	1.533,97	2.452,30	1.672,32	2.296,33
Superior	2.221,67	14.873,58	2.365,22	7.050,66

Obs.: As diferenças serão pagas em código à parte, denominado Diferença de Remuneração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Da Estrutura da Carreira

Art. 1º A Carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater passa a denominar-se Carreira Técnica de Extensão Rural, sendo extinta ao vagar.

§ 1º A carreira é composta pelo emprego de Agente de Assistência e Extensão, estruturada em classe única e série de classes, composta de funções singulares e multiocupacionais agregadas, que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 2º Emprego é a unidade funcional básica de ação do agente público.

§ 3º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao emprego.

§ 4º Função Singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica.

§ 5º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade determina atuação genérica.

§ 6º Série de classes é a subdivisão da classe de acordo com a crescente exigência de complexidade ocupacional da função, dentro da mesma classe, de acordo com a escolaridade exigida para a série de classe.

§ 7º As séries de classes possuem valores sempre crescentes, com internível de 3%, sendo o internível inicial entre as duas primeiras referências de cada série de classes de 5%.

Art. 2º As funções componentes do emprego de

Agente de Assistência e Extensão, com suas correlações encontram-se dispostas na forma do Anexo II desta lei.

Art. 3º A carga horária do emprego de Agente de Assistência e Extensão é de quarenta horas semanais, aplicando-se a tabela salarial constante do Anexo III desta lei.

Art. 4º A jornada de trabalho de servidores que atuam em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos obedecerá à legislação federal vigente.

Art. 5º A descrição das atribuições e tarefas do emprego, das funções componentes, jornada e demais especificações serão definidas no Perfil Profissiográfico do Emprego e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa da Emater.

Capítulo II

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 6º O desenvolvimento profissional na carreira dar-se-á pelos institutos da progressão e promoção.

Art. 7º A progressão é a passagem do servidor de uma referência salarial para outra dentro da mesma série de classe, e será concedida ao servidor estável, por antigüidade, titulação e avaliação de desempenho.

§ 1º A progressão por antigüidade ocorrerá a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira e na série de classe, sendo de 1 (uma) referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão:

I - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

II - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes.

§ 2º A progressão por avaliação de desempenho será de 1 (uma) referência salarial, a cada 3 (três) anos, não coincidente com a progressão por antigüidade.

§ 3º A progressão por titulação será de até duas referências salariais, a cada quatro anos de efetivo exercício na série de classes, aplicada sempre quando o servidor apresentar título de curso não regular, via requerimento, e obedecendo:

I - para as funções da Série de Classe G, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada vinte horas;

II - para as funções das Séries de Classes D, E e F, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada quarenta horas;

III - para as funções das Séries de Classes A, B e C, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada oitenta horas.

§ 4º A progressão por titulação será devida somente ao servidor enquadrado na função e série de classe correspondente à escolaridade, na forma do Anexo I, não se aplicando o disposto nos incisos anteriores para aquele servidor enquadrado em série de classe superior à sua escolaridade.

Art. 8º Será considerado o somatório de cursos afeitos à área de atuação, os quais poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

Art. 9º A promoção ocorrerá na série de classe imediatamente superior e deverá ser prevista em Lei Orçamentária Anual.

Art. 10. A promoção ocorrerá por escolaridade ou tempo para os funcionários que cumprirem os requisitos previstos no Anexo I desta lei.

Art. 11. A promoção levará a vaga do servidor para a série de classe para a qual for promovido.

Art. 12. Os títulos de escolaridade deverão ser de instituição de ensino reconhecida e não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

Capítulo III

Do Salário e da Remuneração

Art. 13. A estrutura remuneratória do emprego de Agente de Assistência e Extensão será composta de:

I - salário, na forma do Anexo III desta lei;

II - Adicional por Tempo de Serviço - ATS, em substituição à atual vantagem denominada Adicional Tempo de Casa;

III - salário-família; e

IV - outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do emprego e função, calculadas sobre o salário básico, em atividades ou locais definidos por lei.

Capítulo IV

Da Mudança de Função

Art. 14. A mudança de função poderá ocorrer por seleção interna, quando o servidor atender aos requisitos constantes da função pretendida, observando-se ainda:

I - necessidade da Administração;

II - interesse do servidor;

III - capacitação profissional para a função.

Parágrafo Único. Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica, serão precedidos de avaliação.

Capítulo V das Disposições Finais e Transitórias

Art. 15. Serão enquadrados na Carreira Técnica do Pessoal do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater os atuais servidores do Instituto e o enquadramento será de responsabilidade da Emater, ficando a unidade de recursos humanos e o dirigente do Instituto responsáveis por sua perfeita execução, na forma do Anexo II.

Art. 16. O enquadramento dos servidores a que se refere a presente lei será salarial, correspondente ao salário que o servidor estiver percebendo na tabela salarial atual, em valor imediatamente superior na tabela proposta a que se refere o Anexo III desta lei.

Parágrafo Único. Constatada redução de remuneração decorrente da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago em código de vantagem à parte, a título de diferença de remuneração.

Art. 17. A primeira promoção por escolaridade, a que se refere o artigo 12, ocorrerá transcorridos 12 (doze) meses da data da publicação desta lei, na forma do Anexo I.

Art. 18. O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 19. Os novos ingressos de funcionários do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, obedecerão ao previsto na Lei Estadual nº 13.666 de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/00, ficando revogada a Resolução Conjunta nº 001 - SEAB/SEAP/SEFA/SEPL de 14.08.01, o parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Estadual nº 14.832 de 22 de setembro de 2005 e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I **ESTRUTURA DA CARREIRA CELETISTA - EMATER** **E REQUISITOS DE ESCOLARIDADE PARA PROMOÇÃO**

Estrutura			Requisitos de Escolaridade para Promoção
Emprego	Classe	Série de Classes	
Agente de Assistência e Extensão (em extinção)	Única	A	<i>Stricto Sensu</i> ou 10 (dez) anos na série de classe “B” mais outro curso de especialização
		B	Especialização ou 12 (doze) anos na série de classe “C”
		C	Graduação ou 15 (quinze) anos na série da classe “D”
		D	Sequencial, tecnólogo ou superior incompleto cursando 3º ano ou 10 (dez) anos na série de classe “E”
		E	Ensino profissionalizante / Pós-Médio completo ou 12 (doze) anos na série de classe “F”
		F	Ensino Médio completo ou 15 (quinze) anos na série de classe “G”
		G	Ensino Fundamental completo

ANEXO II
CORRELAÇÃO PARA O ENQUADRAMENTO DAS FUNÇÕES - EMATER

Da Função Ocupacional/Profissão	Para o emprego	Classe	Função Ocupacional
Operacional	Agente de Assistência e Extensão	Única	Auxiliar de Serviços Gerais
			Auxiliar de Manutenção
Motorista			Motorista
Profissional de Áudio, Vídeo e Som			Auxiliar de Edição
			Cinegrafista
			Editor de Imagens
			Fotógrafo
			Operador de Som
Profissional Gráfico			Alceador
			Fotolitógrafo
			Impressor Gráfico
			Operador de Copiadora
			Telefonista
Auxiliar Administrativo			Assistente Administrativo
Técnico Agrícola			Técnico Agrícola
Desenhista Técnico			Desenhista Técnico
Técnico de Nível Médio			Técnico Administrativo
			Técnico de Contabilidade
			Técnico de Nível Médio
			Técnico em Eletrônica
			Técnico de Segurança do Trabalho
Administrador			Administrador
Advogado			Advogado
Analista de Sistemas			Analista de Sistemas
Assistente Social			Assistente Social
Bibliotecário			Bibliotecário
Contador			Contador
Economista			Economista
Enfermeiro			Enfermeiro

ANEXO II
CORRELAÇÃO PARA O ENQUADRAMENTO DAS FUNÇÕES - EMATER

Da Função Ocupacional/Profissão	Para o emprego	Classe	Função Ocupacional
Engenheiro Agrônomo			Engenheiro Agrônomo
Engenheiro de Pesca			Engenheiro de Pesca
Engenheiro Florestal			Engenheiro Florestal
Jornalista			Comunicador Social
Médico do Trabalho			Médico do Trabalho
Médico Veterinário			Médico Veterinário
Nutricionista			Nutricionista
Pedagogo			Pedagogo
Psicólogo			Psicólogo
Serviço Social			Serviço Social
Sociólogo			Sociólogo
Técnico de Economia Doméstica			Técnico de Economia Doméstica
Técnico de Nível Superior			Técnico de Nível Superior
Zootecnista			Zootecnista

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA - EMATER

Emprego	Classe	Séries de Classes	Referências Salariais					
			1	2	3	4	5	6
Agente de Assistência e Extensão	Única	A	4.996,53	5.246,36	5.403,75	5.565,86	5.732,84	5.904,82
		B	3.437,71	3.609,60	3.717,89	3.829,42	3.944,31	4.062,64
		C	2.365,22	2.483,48	2.557,98	2.634,72	2.713,76	2.795,18
		D	1.627,32	1.708,68	1.759,94	1.812,74	1.867,12	1.923,14
		E	1.119,63	1.175,61	1.210,88	1.247,20	1.284,62	1.323,16
		F	770,33	808,84	833,11	858,10	883,84	910,36
		G	530,00	556,50	573,20	590,39	608,10	626,35

Emprego	Classe	Séries de Classes	Referências Salariais					
			7	8	9	10	11	12
Agente de Assistência e Extensão	Única	A	6.081,97	6.264,42	6.452,36	6.645,93	6.845,31	7.050,66
		B	4.184,52	4.310,05	4.439,35	4.572,53	4.709,71	4.851,00
		C	2.879,03	2.965,40	3.054,36	3.146,00	3.240,38	3.337,59
		D	1.980,83	2.040,26	2.101,46	2.164,51	2.229,44	2.296,33
		E	1.362,85	1.403,74	1.445,85	1.489,23	1.533,90	1.579,92
		F	937,67	965,80	994,77	1.024,62	1.055,36	1.087,02
		G	645,14	664,49	684,42	704,96	726,11	7477,89

MENSAGEM Nº 041/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reestruturar as Carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agronômico do Paraná - Iapar e adotar outras providências.

O Paraná tem na agropecuária a base de sua economia, sendo esse setor o maior gerador de empregos, provedor de impostos e carreador de divisas. O Iapar tem contribuído substancialmente para isso. Ao longo de 33 anos de sua fundação, o Iapar consolidou amplo histórico de contribuições para o setor. Lançou mais de uma centena de variedades de plantas, métodos e processos para o melhor manejo de culturas e dos recursos naturais, equipamentos e inovações tecnológicas diversas, que vêm auxiliando na promoção do desenvolvimento sócio-econômico, ambiental sustentável e do bem-estar da população paranaense.

O Instituto tem, no entanto, diminuído significativamente o seu pessoal técnico-científico e de apoio, tanto por evasão para outras instituições como por aposentadoria e ausência de novas contratações. Além disso, pesquisa em novas áreas do conhecimento passam a ser demandadas, sobretudo àquelas relativas à Agroecologia e à Agricultura Familiar, requerendo do Instituto pessoal capacitado nessas áreas.

A Lei 11.864 de 31 de outubro de 1997 criou o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos do Instituto Agronômico do Paraná - Iapar, composto por três carreiras: a de Apoio Técnico-Administrativo em Ciência e Tecnologia com o cargo de Agente de Apoio à Pesquisa, a Técnico-Científica, com os cargos de Auxiliar de Pesquisa, Assistente de Pesquisa e Pesquisador e a de Gestão, Planejamento e Infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, com o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia.

Constata-se, no entanto, a necessidade de que um novo plano seja adotado, cuja estruturação de carreiras

permita a composição de funções singulares para a carreira técnico-científica, permitindo o ingresso de profissionais com titulação adequada ao desenvolvimento institucional e funções multi-ocupacionais para a carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia. Nesta última, a nova estrutura permitirá que as competências e o conhecimento dos servidores possam ser mais bem aplicados no âmbito da Instituição.

O presente anteprojeto de lei propõe um plano com duas carreiras: a Técnico-Científica, com cargo único de Pesquisador e a de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, com cargo único de Agente de Ciência e Tecnologia.

Tal metodologia já é adotada na carreira da Polícia Civil, na do Magistério, na do Auditor Fiscal e em alguns empregos públicos e pelo Poder Legislativo/Tribunal de Contas, e consta também da proposta da Carreira Técnico-Administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, aprovada recentemente pela Assembléia Legislativa.

A implantação deste Plano de Carreiras adequará a estrutura do quadro funcional do Instituto tornando-o capaz de melhor responder às demandas atuais e aos desafios futuros da pesquisa agropecuária paranaense. As respostas a esses desafios só podem ser elaboradas por competências estabelecidas em todos os níveis, ou seja, de um corpo técnico-científico bem preparado, mas também de um suporte técnico-administrativo compatível, igualmente bem preparado e eficiente. O novo plano solucionará entraves como a impossibilidade de contratação de servidores em classes diferentes da inicial de cada cargo, ampliando o mercado de trabalho para profissionais já qualificados e com isso reduzindo custos para o Estado.

O princípio da multifuncionalidade na carreira de suporte à pesquisa permitirá maior flexibilidade na execução de determinadas atividades, possibilitando melhor aproveitamento das competências e do conhecimento do servidor.

O estímulo ao desenvolvimento do servidor na carreira, com um Plano de Aperfeiçoamento e Capacitação

institucional integrado à Escola de Governo, possibilitando o gerenciamento da movimentação funcional, e ainda, os instrumentos adequados de progressão e promoção, certamente levarão à maior produtividade e retorno institucional, compatibilizando a demanda da Instituição com a competência desenvolvida.

Com essa concepção, o Iapar busca garantir a sua integração nas ações governamentais de implementação de políticas públicas, assegurando a condução de suas atividades e sua identidade nas relações com os diversos segmentos da sociedade.

O presente projeto tem como pressupostos para tabela salarial, a incorporação do abono, concedido pelo Decreto nº 5.631 de 09 de novembro de 2005, de R\$ 300,00 (trezentos reais), para todas as funções. Tal incorporação dar-se-á na referência salarial inicial da tabela, com os conseqüentes reflexos nas demais referências e classes salariais, sendo estendido esse valor aos inativos.

A tabela salarial atual tem como vencimento base inicial para o Agente de Apoio a Pesquisa, R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) ao qual será incorporado o abono de R\$ 300,00 (trezentos reais) mencionado no parágrafo acima. A este valor nominal está sendo proposto um acréscimo na ordem de 20% (vinte por cento), chegando-se assim ao valor de vencimento base inicial de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

A implantação do presente Plano de Carreiras atingirá 1.142 (mil, cento e quarenta e dois), servidores, sendo 810 (oitocento e dez) ativos, 332 (trezentos e trinta e dois) inativos e geradores de pensão, o custo mensal será conforme demonstrado abaixo:

Valor Atual da Folha Total do Estado	Valor Estimado da Folha Proposta (Ativos)	Acréscimo de Despesa
374,00 Milhões	374,92 Milhões	0,25%
Valor Atual da Folha Total do Iapar (Ativos)	Valor Estimado da Folha Proposta para o Iapar (Ativos)	Acréscimo de Despesa
1.687.926,00	2.455.199,00	45,46%
Valor Atual da Folha dos Inativos	Valor Estimado da Folha Proposta para os Inativos	Acréscimo de Despesa
586.662,00	737.077,00	25,64%

O ganho dos servidores do Instituto, considerando-se a tabela proposta, com os enquadramentos por escolaridade, tempo de serviço ou tempo de titulação, será conforme demonstrado abaixo:

Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia:

- Servidores com Escolaridade Ensino Fundamental: de 48,74% A 62,41%

- Servidores com Escolaridade Ensino Médio: de 62,04% a 71,40%

- Servidores com Escolaridade de Nível Superior: de 8,10% a 57,86%

Carreira Técnico-científica

Servidores - Pesquisadores Nível Mestrado: de 39,11% a 53,22%

Servidores - Pesquisadores Nível Doutorado: de 64% a 88,15%

O custo adicional mensal da implantação das carreiras propostas para os servidores ativos é de R\$ 767.273,00 (setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais), acrescidos de R\$ 24.000,00 a partir de dezembro conforme tabela abaixo.

Com a implantação da proposta, a partir de 01 de junho de 2006, o custo anual (de junho a dezembro) da folha de pagamento do Iapar, será de R\$ 19.689.592,00 (dezenove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e quinhentos e noventa e dois reais), conforme tabela abaixo. O orçamento do presente exercício, na rubrica de pessoal é de R\$ 33.256.390,00 (trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa reais). Para os inativos o acréscimo mensal será de R\$ 150.415,00 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e quinze reais), cuja emissão de empenho e pagamento é realizado pela Parapreviência.

CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO	
Correção/Aplicação Plano	Em R\$
De junho a novembro	767.273,00
Dezembro e 13º salário	791.273,00
Valor da Folha Atual Mensal	1.687.926,00
Custo de Implantação do Plano Imediato	767.273,00
1ª Promoção interclasse - dezembro e 13º salário	48.000,00
Custo do plano previsto de junho a dezembro e 13º salário 2006	19.689.592,00

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Da Estrutura das Carreiras

Art. 1º As Carreiras do Instituto Agrônomico do Paraná - Iapar passam a denominar-se: Carreira Técnico-Científica, composta pelo cargo de Pesquisador, e Car-

reira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, composta pelo cargo de Agente em Ciência e Tecnologia, ambas com estrutura, provimento e desenvolvimento conforme disposto na presente lei.

Art. 2º As carreiras mencionadas no artigo anterior são compostas de funções singulares e multiocupacionais agregadas, dispostas em ordem crescente de classes para a Técnico-Científica e de classes constituídas de série de classes para a de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 1º Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público, com provimento mediante concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo.

§ 3º Função singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica.

§ 4º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade determina atuação genérica.

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade.

§ 6º Série de classes é a subdivisão da classe de acordo com a crescente exigência de complexidade ocupacional da função, dentro da mesma classe.

Art. 3º A Carreira Técnico-Científica é estruturada em três classes, com a quantidade de vagas e exigências mínimas de escolaridade de ingresso de acordo com a classe, na forma do Anexo I desta lei.

Parágrafo Único. As classes serão sobrepostas, tendo a classe imediatamente superior, valores integrantes ou próximos à classe imediatamente inferior, em valores sempre crescentes com internível de 3,5%.

Art. 4º A Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia é estruturada em três classes, com cada classe agrupando funções em série de classes, com as quantidades de vagas e exigências mínimas de escolaridade de ingresso, de acordo com a classe ou série de classe, na forma do Anexo I desta lei.

Parágrafo Único. As séries de classes serão sobrepostas, tendo a série de classes imediatamente superior, dentro da mesma classe, valores integrantes ou próximos à série de classes imediatamente inferior, em valores sempre crescentes, com internível de 4%, sendo o internível inicial entre as duas primeiras referências de cada série de classes de 5%.

Art. 5º As funções componentes dos cargos, distribuídas nas classes ou séries de classes, com as correlações e os requisitos de ingresso encontram-se dispostas na forma do Anexo II desta lei.

Art. 6º A carga horária do cargo de Pesquisador e de Agente de Ciência e Tecnologia é de 40 horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico constante do Anexo III desta lei.

Art. 7º A jornada de trabalho de servidores que atuam em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos obedecerá à legislação estadual específica vigente.

Art. 8º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e demais especificações serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa do Iapar.

Art. 9º As quantidades de vagas a que se refere o Anexo I ficam fixadas por classes, podendo ser redistribuídas por Decreto Governamental para atendimento de ingresso ou promoção.

Art. 10. A mudança de uma carreira para outra dar-se-á exclusivamente por concurso público.

Capítulo II

Do Provimento e do Estágio Probatório

Art. 11. O provimento dos cargos de Pesquisador e de Agente de Ciência e Tecnologia dar-se-á na referência inicial da classe e série de classe correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, atendidos os seguintes requisitos:

I. existência de vaga no cargo e na classe;

II. aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III. inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela Instituição, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;

IV. registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e

V. outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados em edital de regulamentação de concurso público.

§ 1º A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos no *caput* deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

§ 2º O processo de concurso público será motivado somente após o processo seletivo de promoção conforme estabelecido nesta lei e em decorrência da inexistência de suprimimento das funções e quantidades necessárias ao preenchimento da demanda.

Art. 12. O estágio probatório será de três anos de efetivo exercício no cargo, função e classe de ingresso, durante o qual o servidor será acompanhado e avaliado no desempenho de suas atividades.

§ 1º O servidor será considerado estável após aprovação no estágio probatório por meio de avaliação especial de desempenho, efetuada por comissão instituída para essa finalidade.

§ 2º A avaliação especial de desempenho para a finalidade do parágrafo anterior deverá considerar os requisitos especificados no perfil profissiográfico do cargo e da função.

§ 3º Considerado inapto ou não cumpridas as exigências do cargo e função, o servidor será exonerado a qualquer tempo, de acordo com os termos da lei, sendo chamado o candidato com classificação imediatamente inferior.

§ 4º Considerado estável, o servidor terá automaticamente progressão para a segunda referência da classe ou série de classes na qual ingressou.

§ 5º É vedada a promoção intraclasse para o servidor em estágio probatório e promoção interclasses antes de decorridos sete anos de exercício na classe de ingresso.

Capítulo III

Do Perfil Profissiográfico e da Avaliação de Desempenho

Art. 13. Será adotado o perfil profissiográfico para a realização de concurso, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação, formação/aperfeiçoamento e para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 1º Perfil profissiográfico é o documento formal da descrição de cargos e funções, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, exigências físicas, psicológicas e profissionais e outras determinantes para a ocupação do cargo, sendo utilizado tanto para o estágio probatório quanto para a efetividade.

§ 2º As condições físicas e psicológicas exigidas pelo perfil profissiográfico serão monitoradas por avaliação médica realizada por perícia médica oficial ou profissional credenciado pela Instituição.

§ 3º O perfil profissiográfico completo será encaminhado pelo Iapar no prazo de 90 dias a partir da edição desta lei, para publicação de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 4º O Iapar deverá adotar plano de capacitação para formação e aperfeiçoamento dos servidores do Quadro.

§ 5º No prazo de até 180 dias a partir da data de publicação desta lei, o Iapar encaminhará para aprovação do Conselho de Administração a regulamentação dos critérios e dos instrumentos de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção.

Capítulo IV

Do Desenvolvimento na Carreira Técnico-Científica

Art. 14. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão e promoção.

Art. 15. A progressão é a passagem do servidor de uma referência salarial para outra dentro da mesma classe, e será concedida ao servidor estável, por antiguidade e avaliação de desempenho.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira e na classe, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

§ 2º Para efeitos deste artigo:

I. será computado o tempo de estágio probatório;

II. será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

III. será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes, sem ônus.

§ 3º A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada três anos, mediante avaliação satisfatória do servidor no período, desde que esteja em exercício em unidades do Iapar, ou em atividade prevista em programas de pesquisa ou de capacitação do Iapar, ou à disposição de outros órgãos com ônus.

Art. 16. A promoção ocorrerá para a classe imediatamente superior e deverá ser prevista em Lei Orçamentária Anual.

Art. 17. A promoção da Classe A para a Classe B será feita mediante:

I. comprovação da obtenção do título de Doutor; ou

II. mediante requerimento, desde que o servidor conte com, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício na classe.

§ 1º Na hipótese do *caput* deste artigo, a promoção para a Classe B se dará na referência salarial de valor imediatamente superior com mais duas referências.

§ 2º A promoção por titulação será vinculada ao Programa de Capacitação Científica institucional, ficando vedada a utilização de titulação externa ao programa.

Art. 18. A promoção da Classe B para a Classe C se dará mediante requerimento, respeitados os seguintes requisitos:

I. doze anos de efetivo exercício no cargo, sendo no mínimo seis anos na Classe B;

II. título de Doutor.

§ 1º Na hipótese do *caput* deste artigo, a promoção para a Classe C se dará na referência salarial de valor imediatamente superior com mais duas referências.

§ 2º A promoção por titulação será vinculada ao Programa de Capacitação Científica institucional, ficando vedada a utilização de titulação externa ao programa.

Art.19. Será vedada a promoção para pesquisadores com resultado insatisfatório na última avaliação de desempenho.

Capítulo V

Do Desenvolvimento na Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia

Art. 20. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 21. A progressão se dará na série de classes, por antigüidade, titulação e avaliação de desempenho.

Parágrafo Único. Progressão é a passagem do servidor, de uma referência salarial para outra, dentro da mesma classe e série de classes.

Art. 22. A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira e na classe e série de classes, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

Parágrafo Único: Para efeitos deste artigo:

I. será computado o tempo de estágio probatório;

II. será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

III. será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes, sem ônus.

Art. 23. A progressão por titulação será de até duas referências salariais, a cada quatro anos de efetivo exercício na série de classes, aplicada sempre quando o servidor apresentar título de curso não regular, via requerimento, e obedecendo:

I. para as funções da Classe A, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 20 horas;

II. para as funções da Classe B, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 40 horas;

III. para as funções da Classe C, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 80 horas.

§ 1º Será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação, os quais poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

§ 2º Será vedado considerar como título o curso que caracterize requisito mínimo para ingresso na função e na série de classe correspondente.

§ 3º Os certificados deverão ser oriundos de instituição de ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo e vinculados ao plano de capacitação institucional, não podendo ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

Art. 24. A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada três anos, mediante avaliação do servidor, desde que esteja em exercício em unidades do Iapar, ou em atividade prevista em planos de trabalho ou programa de capacitação do Iapar, ou à disposição de outros órgãos com ônus.

Art. 25. A promoção ocorrerá na série de classes, denominada promoção intraclasse e nas classes, denominada promoção interclasses.

§ 1º A promoção intraclasse ocorrerá por escolaridade e por tempo e obedecerá os seguintes critérios e requisitos:

I. a promoção por escolaridade será a qualquer tempo para o servidor após o estágio probatório, cumpridos os requisitos de escolaridade para a série de classes correspondente, na forma do Anexo IV desta lei;

II. a promoção por tempo ocorrerá ao servidor somente após exercício de, no mínimo, dez anos na mesma série de classe e dois anos na última referência, na forma do Anexo IV;

III. as promoções a que se referem os incisos anteriores serão na série de classes subsequentes, na mesma classe, em referência salarial imediatamente superior, limitada à última referência salarial da série de classes, não podendo haver superação de classes;

IV. os títulos de escolaridade utilizados na promoção a que se refere o inciso I restarão sem eficácia administrativa para as demais promoções a este título.

§ 2º A promoção interclasses ocorrerá exclusivamente por titulação, e quando houver necessidade de preenchimento de vagas de funções de classes superiores, identificadas através de dimensionamento de tarefas, e se dará na referência salarial imediatamente superior na série de classes de destino, conforme Anexo IV e obedecendo:

I. existência de vaga livre na classe de destino;

II. existência de funções nas Classes B e C, previstas no rol de funções do cargo;

III. exercício efetivo de, no mínimo, sete anos na carreira;

IV. prova de conhecimentos da função de destino, de caráter eliminatório e classificatório a ser definido à época.

§ 3º A criação de novas funções deverá ser objeto de iniciativa legislativa do Poder Executivo.

§ 4º Os títulos de escolaridade utilizados nesta modalidade de promoção restarão sem eficácia administrativa para as demais promoções a este título.

§ 5º A promoção interclasses será prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 26. Será vedada a promoção para os Agentes de Ciência e Tecnologia com resultado insatisfatório na última avaliação de desempenho.

Capítulo VI

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 27. A estrutura remuneratória dos cargos de Pesquisador e de Agente de Ciência e Tecnologia será composta de:

- I. vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo III desta lei;
- II. adicional por tempo de serviço - ATS;
- III. salário-família; e
- IV. vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por lei, para servidores lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.

§ 1º Fica instituída Gratificação de Atividade Técnico-Científica e de Suporte Técnico - GATC, fixada em valor absoluto, de natureza transitória, vinculada a atividades técnico-científicas e de suporte técnico-administrativo, gerenciamento de programas, projetos, atividades ou áreas funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência inicial de cada classe dos cargos de Pesquisador e de Agente de Ciência e Tecnologia.

§ 2º As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista em lei.

§ 3º As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

§ 4º Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação vigente.

§ 5º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores da gratificação a que se refere o parágrafo 1º.

Capítulo VIII

Da Mudança de Função

Art. 28. A mudança de função poderá ocorrer intra e interclasses, por seleção interna, quando o servidor público estável atender aos requisitos constantes da função pretendida, observando-se ainda:

- I. necessidade da Administração;
- II. interesse do servidor;

III. capacitação profissional para a função;

IV. existência de vaga;

V. criação ou extinção de programas/projetos de pesquisa e criação ou extinção de unidades administrativas ou de bases físicas, ou unidades de apoio, com respectivos planos de trabalho.

Parágrafo Único. Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica serão precedidos de avaliação, observado o Perfil Profissiográfico.

Capítulo IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 29. A correlação de funções proposta por esta lei, para fins de enquadramento, será na forma do Anexo II.

Art. 30. O enquadramento salarial dos servidores corresponderá à soma do vencimento básico e o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 5631, de 09 de novembro de 2005, em valor imediatamente superior na Tabela a que se refere o Anexo III.

Art. 31. O enquadramento por escolaridade para a Carreira Técnico-Científica ocorrerá na classe e função correspondente para o servidor que possuir a escolaridade prevista no Anexo V, na data da publicação desta lei.

Parágrafo Único: A condição de mestrando ou doutorando existente na data da publicação desta Lei possibilita, quando da apresentação do título, o enquadramento de acordo com o disposto no Anexo V.

Art. 32. O enquadramento por escolaridade da Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, para todas as funções, ocorrerá na série de classe e função correspondente, para servidor que possuir a escolarização prevista no Anexo V, sem mudança de classe, na data da publicação desta lei.

Art. 33. A distribuição por tempo, para o servidor ativo, será realizada na forma do Anexo V, na data da publicação desta lei.

Art. 34. As vantagens incorporadas pelo enquadramento salarial não poderão mais ser concedidas sob o mesmo título ou fundamento.

Art. 35. O enquadramento dos servidores será de responsabilidade do Iapar, ficando a unidade de recursos humanos e os dirigentes da instituição responsáveis por sua perfeita execução.

Art. 36. A primeira progressão por titulação a que se refere o artigo 23 da presente lei, dar-se-á 12 meses a contar da data em que for publicada.

Art. 37. A primeira promoção interclasse a que se refere o artigo 25, parágrafo 2º desta lei dar-se-á 120 dias da data de sua publicação.

Art. 38. O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta lei se encerra em 180 dias a contar de sua publicação.

Art. 39. As disposições de enquadramento da presente lei estendem-se aos inativos e geradores de pensão na vigência da Lei 11.864/97, nos termos dos artigos 30 e 31.

Art. 40. Os percentuais individuais e valores resultantes da estruturação prevista nesta lei serão considerados para fins de aplicação do disposto no Artigo 37, X, da Constituição Federal e das exceções previstas no artigo 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 41. No prazo de até 12 meses, a partir da data de aprovação deste Plano, será definida a Política e o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas do Iapar a ser aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com as políticas e diretrizes da Escola de Governo do Estado.

Parágrafo Único. Em decorrência do estabelecido no *caput* deste artigo, serão revistas as normas e os procedimentos de Administração de Pessoas, formalizando a implantação dos dispositivos previstos neste Plano.

Art. 42. Fica revogada a Lei Estadual nº 11.864, de 31 de outubro 1997, o Decreto Estadual nº 6382 de 14 de outubro de 2002 e o Decreto Estadual nº 5631 de 09 de novembro de 2005.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/00.

À Diretoria Legislativa.

ESTRUTURA DAS CARREIRAS DO QUADRO DE PESSOAL DO IAPAR

ANEXO I

CARREIRA DE LOGÍSTICA E GESTÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cargo	Classes	Qtde de Vagas	Séries de Classes	Requisitos mínimos de Escolaridade para Ingresso
Agente de Ciência e Tecnologia	A	462	A	Fundamental Completo
			B	Fundamental Completo com Conhecimento Específico
			C	
	B	380	A	Médio Completo
			B	Profissionalizante/Pós Médio
			C	
	C	140	A	Graduado
			B	Mestrado
			C	
Total de Vagas		982		

CARREIRA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Cargo	Classes	Qtde de Vagas	Séries de Classes
Pesquisador	A	22	Mestrado
	B	110	Doutorado
	C	118	Doutorado com Conhecimentos Específicos
Total de Vagas		250	
Total		1230	

ANEXO II
CORRELAÇÕES DE FUNÇÕES

DO CARGO/FUNÇÃO DA LEI 11.864			PARA			Série de Classe Para Ingresso	Requisitos Para Ingresso
Cargos	Classe	Função	Cargo	Classe	Função Multiocupacional		
Agente de Apoio à Pesquisa	I	Auxiliar de Cozinha	Agente de Ciência e Tecnologia	A	Auxiliar de Ciência e Tecnologia	A	Fundamental completo
		Auxiliar de Jardineiro					
		Auxiliar de Manutenção					
		Auxiliar de Produção e Experimentação I					
		Auxiliar de Produção Gráfica					
		Auxiliar de Serviços					
		Observador Meteorológico					
	II	Auxiliar de Produção e Experimentação II				A	Fundamental completo
		Camareira					
		Guarda					
		Jardineiro					
		Observador Meteorológico II					
		Porteiro					
	III	Cozinheiro				B	Fundamental completo com conhecimento específico
		Mestre Rural					
		Motorista					
		Oficial Administrativo					
		Oficial de Biblioteca					
		Oficial de Laboratório					
		Oficial de Manutenção					
		Oficial de Processamento de Dados					
		Oficial de Produção Gráfica					
		Operador de Máquinas Agrícolas					
		Telefonista					

ANEXO II
CORRELAÇÕES DE FUNÇÕES

DO CARGO/FUNÇÃO DA LEI 11.864			PARA			Série de Classe para Ingresso	Requisitos para Ingresso
Cargos	Classe	Função	Cargo	Classe	Função Multicupacional		
Agente de Apoio à Pesquisa	IV	Desenhista Técnico I	Agente de Ciência e Tecnologia	B	Assistente de Ciência e Tecnologia	A	Ensino Médio Completo
		Mestre de Manutenção					
		Programador I					
		Recepcionista					
		Secretária I					
		Técnico Administrativo I					
		Técnico de Biblioteca I					
		Técnico de Processamento de Dados I					
		Técnico em Produções Gráficas I					
		Técnico em Eletrônica I					
		Técnico em Estatística I					
		Técnico em Programação Audiovisual I					
		Técnico em Segurança do Trabalho I					
		Técnico em Topografia I					
		Auxiliar de Pesquisa I					
	V	Auxiliar de Enfermagem				B	Profissionalizante/pós Médio Completo
		Desenhista Técnico II					
		Programador II					
		Secretária II					
		Técnico Administrativo II					
		Técnico de Biblioteca II					
		Técnico de Processamento de Dados II					
		Técnico em Eletrônica II					
		Técnico de Estatística II					
		Técnico em Produção Gráficas II					
		Técnico em Programação Audiovisual II					
		Técnico em Segurança do Trabalho II					
		Técnico em Topografia II					
		Auxiliar de Pesquisa II					

ANEXO II
CORRELAÇÕES DE FUNÇÕES

Do Cargo/Função da Lei 11.864			Para			Série de Classe para Ingresso	Requisitos para Ingresso
Cargos	Classe	Função	Cargo	Classe	Função Multicupacional		
Analista em Ciência e Tecnologia	I	Analista Júnior I	Agente de Ciência e Tecnologia	C	Profissional de Ciência e Tecnologia	A	Graduado
	Ii	Analista Júnior Ii					
	Iii	Analista Pleno				B	Mestrado
	Iv	Analista Sênior				C	

Do Cargo/Função da Lei 11.864			Para			Série de Classe Para Ingresso	Requisitos Para Ingresso
Cargos	Classe	Função	Cargo	Classe	Função Multicupacional		
Analista de Pesquisa	I	Assistente I	Extinto				
	II	Assistente II	Extinto				

Do Cargo/Função da Lei 11.864			Para			Classes de Ingresso	Requisitos Para Ingresso
Cargos	Classe	Função	Cargo	Classe	Função Singular		
Pesquisador	I	Adjunto	Pesquisador	A	Pesquisador	A	Mestrado
	II	Associado		B		B	Doutorado
	III	Titular		C		C	Doutorado com Experiência

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DO IAPAR

Classe	Série de Classes	1	2	3	4	5	6
A	A	650,00	682,50	709,80	738,19	767,72	798,43
	B	846,33	888,65	924,20	961,16	999,61	1.039,60
	C	1.179,11	1.238,07	1.287,59	1.339,09	1.392,65	1.448,36
B	A	941,80	988,89	1.028,45	1.069,58	1.112,37	1.156,86
	B	1.419,18	1.490,14	1.549,75	1.611,74	1.676,21	1.743,25
	C	2.234,77	2.346,51	2.440,37	2.537,99	2.639,51	2.745,09

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DO IAPAR

Classe	Série de Classes	1	2	3	4	5	6
C	A	2.681,73	2.815,81	2.928,45	3.045,58	3.167,41	3.294,10
	B	3.507,70	3.683,08	3.830,41	3.983,62	4.142,97	4.308,69
	C	4.461,79	4.684,88	4.872,28	5.067,17	5.269,85	5.480,65
Classes		1	2	3	4	5	6
A		3.800,00	3.933,00	4.070,66	4.213,13	4.360,59	4.513,21
B		5.130,00	5.309,55	5.495,38	5.687,72	5.886,79	6.092,83
C		6.258,60	6.477,65	6.704,37	6.939,02	7.181,89	7.433,25
Classe	Série de Classes	7	8	9	10	11	12
A	A	830,37	863,58	898,12	934,05	971,41	1.010,27
	B	1.081,18	1.124,43	1.169,40	1.216,18	1.264,83	1.315,42
	C	1.506,30	1.566,55	1.629,21	1.694,38	1.762,15	1.832,64
B	A	1.203,14	1.251,26	1.301,31	1.353,37	1.407,50	1.463,80
	B	1.812,98	1.885,50	1.960,92	2.039,36	2.120,93	2.205,77
	C	2.854,89	2.969,08	3.087,85	3.211,36	3.339,82	3.473,41
C	A	3.425,87	3.562,90	3.705,42	3.853,63	4.007,78	4.168,09
	B	4.481,03	4.660,28	4.846,69	5.040,55	5.242,18	5.451,86
	C	5.699,88	5.927,87	6.164,98	6.411,58	6.668,05	6.934,77
Classes		7	8	9	10	11	12
A		4.671,17	4.834,66	5.003,87	5.179,01	5.360,28	5.547,88
B		6.306,08	6.526,79	6.755,23	6.991,66	7.236,37	7.489,64
C		7.693,42	7.962,69	8.241,38	8.529,83	8.828,37	9.137,37

ANEXO IV
REQUISITOS DE PROMOÇÃO

Cargo	Classes	Série de Classes	Requisitos de Promoção
Agente De Pesquisa E Gestão	A	A	Somente para ingresso
		B	Curso Fundamental com Conhecimento Específico ou Tempo
		C	Ensino Médio Incompleto, cursando 2º ano
	B	A	Médio Completo
		B	Profissionalizante/pós Médio Completo ou Tempo
		C	Sequencial, Tecnólogo ou Superior Incompleto Cursando 3º ano
	C	A	Graduação
		B	<i>Stricto Sensu</i> ou duas Especializações ou uma Especialização + seis anos na Série A
		C	<i>Stricto Sensu</i> ou duas Especializações + seis anos na Série B ou uma Especialização + doze anos na Série B

Cargo	Classes	Requisitos de Promoção
Pesquisador	A	Somente para Ingresso
	B	Doutorado ou Mestrado com dez anos na Classe A
	C	Doutorado com seis anos na Classe B

ANEXO V - ENQUADRAMENTO

Carreira	Classe	Série	Origem	Escolaridade	Tempo de Serviço
Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia	A	A	Ag I e II	Fundamental incompleto	1 ref/10 anos serviço
		B	Ag III	Fundamental completo ou 10 anos serviço na Instituição	1 ref/10 anos serviço
		C		Cursando o ensino médio	1 ref/10 anos serviço
	B	A	Ag IV e Aux I	Curso médio completo	1 ref/10 anos serviço
		B	Ag V e Aux II	Pós-médio ou profissionalizante completo ou 10 anos serviço na	1 ref/10 anos serviço
		C		Cursando o 2º Ano ensino superior ou 10 anos profissionalizante	1 ref/10 anos serviço
					Tempo Titulação
	C	A	An I e II	Graduação	1 ref/6 anos Grad.
		B	An III e IV	Mestrado ou especialização	1 ref/6 anos Grad, 1 ref/5 anos Esp., 1 ref/4 anos Mestr
		C		Doutorado ou mestrado ou especialização, com 12 anos serviço	1 ref/6 anos Grad, 1 ref/5 anos Esp. 1 ref/4 anos Mestr. ou Dout.

Carreira	Classe	Origem	Escolaridade	Tempo Titulação
Técnico-científica	A	P I	Graduação/Especialização	1 ref/6 anos Grad.
	B	P II e P III	Mestrado	1 ref/6 anos Grad, 1 ref/5 anos Mestr.
	C		Doutorado	1 ref/6 anos Grad, 1 ref/5 anos Mestr. 1 ref/4 anos Dout.

MENSAGEM Nº 042/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre criação e transformações de cargos de provimento em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

O presente projeto de lei justifica-se tendo em vista algumas considerações:

O DER está desenvolvendo o Programa de Recuperação das Rodovias do Estado, o qual pretende solucionar, ou, pelo menos, minimizar os problemas existentes na malha viária estadual; é abrangente e demanda funcionários com competência técnica e administrativa específicas.

O quadro de servidores técnicos do DER, principalmente, engenheiros, advogados, economistas não foi renovado nem ampliado (houve uma redução de 50% no número de servidores do DER, em relação à década de 70). Assim, além de o quadro estar reduzido, os integrantes desse quadro, que foram acumulando tarefas e funções antes divididas com os servidores que compunham o corpo técnico, encontram-se em vias de se aposentar. Portanto, tanto quando a substituição e renovação do quadro do DER, faz-se necessário implementar melhorias na remuneração do corpo técnico atual, visto que, além da sobrecarga de tarefas, os atuais integrantes desempenham papel fundamental na execução dos vários programas desenvolvidos pelo órgão.

O DER conta com 05 (cinco) Superintendências Regionais e 14 (catorze) Escritórios, também regionais (com 110 funcionários, em média, cada) e são responsáveis pela administração dos quase 15.000 km das rodovias paranaenses, em muitos casos, com poder de decisão de alto nível e responsabilidade pessoal.

Todas as atribuições do DER, seja no planejamento, na engenharia, no meio ambiente, demandam pessoal especializado, competente e é justo que tenham uma remuneração condizente com suas funções.

Na versão apresentada o custo da proposta está distribuído da seguinte forma:

Demonstrativo da Criação de Cargos		
Qtde.	Denominação	Símbolo
01	Assessor de Diretoria	DAS-5
14	Gerente de Escritório Regional	DAS-5
62	Gerente	1-C
03	Assistente Técnico	1-C
TOTAL 80 CARGOS		
CUSTO MENSAL R\$ 128.773,30		

Demonstrativo da Transformação de Cargos			
Qtde.	Denominação	Símbolo de	Símbolo para
02	Assessor	1-C	DAS-5
05	Superintendente Regional	DAS-5	DAS-4
16	Coordenador	1-C	DAS-5
TOTAL 23 CARGOS			
CUSTO MENSAL R\$ 29.985,22			

Demonstrativo da Extinção das Funções Gratificadas		
Qtde.	Nível	Valor
02	I	756,00
27	II	646,24
44	III	492,05
TOTAL DE FUNÇÕES 73		
CUSTO MENSAL R\$ 40.610,68		

Constituem, portanto, num acréscimo mensal da ordem de R\$ 118.147,84 (cento e dezoito mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), para o qual há disposição orçamentária suficiente, segundo as fls. 20/22 do protocolado. Correndo, tais despesas, por

tanto, às custas do Departamento de Estradas de Rodagem.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1 Ficam criados na estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I. 01 (um) Assessor de Diretoria, símbolo DAS - 5;
- II. 14 (quatorze) Gerente de Escritório Regional, símbolo DAS - 5;
- III. 62 (sessenta e dois) Gerente, símbolo 1 - C;
- IV. 03 (três) Assistente Técnico, símbolo 1 - C.

Art. 2 Ficam transformados, na estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I. 02 (dois) Assessor, símbolo 1 - C, em 02 (dois) Assessor, símbolo DAS - 5;
- II. 16 (dezesseis) Coordenador 1 - C, em 16 (dezesseis) Coordenador, símbolo DAS -5;
- III. 05 (cinco) Superintendente Regional, símbolo DAS - 5, em 05 (cinco) Superintendente Regional, símbolo DAS - 4.

Art. 3 Ficam os cargos de provimento em comissão integrantes da estrutura organizacional do Departamento de Estradas de Rodagem DER vinculados ao desempenho da função no Departamento.

Art. 4 Ficam extintas as Gratificações de Chefia e Assessoramento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, recepcionadas pelo artigo 5, do Decreto nº 2.260, de 27 de abril de 1993, em número de 73 (setenta e três), sendo 02 (duas) de nível I, 27 (vinte e sete) de nível II e 44 (quarenta e quatro) de nível III.

Art. 5 As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 6 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

OFÍCIO Nº 062/06

Curitiba, 17 de maio de 2006.

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente, solicitar à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, autorização para viajar a Brasília, nos dias 30 e 31 de maio e 1 e 2 de junho de 2006, a

fim de participar como debatedor da X Conferência Nacional de Direitos Humanos, que realizará neste período, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Outrossim, solicitar a liberação de passagens e 04 (quatro) diárias para as despesas inerentes à viagem para este importante evento.

Sendo o que nos apresenta para o momento e certos de sua mais preciosa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
Presidente da Comissão

Indicação

INDICAÇÃO Nº 012/06

Art. 1º Sugere ao Governo do Estado a Criação da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, composta de cargos de igual denominação.

Art. 2º São transformados em cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária 155 (cento e cinquenta e cinco) cargos efetivos de Agente Profissional/Função Engenheiro Agrônomo, 235 (duzentos e trinta e cinco) cargos efetivos de Agente Profissional/Função Médico Veterinário e 1 (um) cargo efetivo de Agente Profissional/Função Biólogo, pertencentes ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, que atualmente prestam serviços no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - DEFIS/SEAB.

Art. 3º São requisitos para a transformação prevista no artigo 2º desta lei.

I - estar lotado no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - DEFIS/SEAB;

II - estar desempenhando no DEFIS/SEAB atividades de controle, registro, inspeção, apoio laboratorial, vistoria, fiscalização, educação sanitária ou defesa agropecuária nos 03 (três) últimos anos, retroagindo a partir da data de publicação desta lei.

Parágrafo único. Não se aplicam os requisitos deste artigo aos servidores lotados no DEFIS/SEAB:

I - dele afastados para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada no âmbito do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal.

II - dele afastados para o exercício de mandato eletivo ou sindical.

Art. 4º Ficam criados na estrutura organizacional do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - DEFIS, 117 (cento e dezessete) cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária, sendo 38 (trinta e oito) para o Engenheiro Agrônomo e 79 (setenta e nove) para Médico Veterinário.

Artigo 5º Os ocupantes dos cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária têm por atribuições:

I - a coordenação, a execução e a normatização das políticas de defesa sanitária animal, vegetal e dos recursos naturais;

II - a fiscalização do uso dos insumos agropecuários, visando à defesa do estado sanitário dos animais e vegetais e à proteção dos recursos naturais;

III - a fiscalização da produção, transporte e comércio de insumos e produtos agropecuários, desde a origem até os pontos de escoamento do território estadual;

IV - a identificação de animais, bem como o rastreamento, a avaliação de conformidade e as certificações sanitárias e de origem dos animais, vegetais e seus produtos;

V - a fiscalização da inspeção nos matadouros e demais estabelecimentos de processamento de produtos de origem animal e de origem vegetal;

VI - o planejamento, a execução e a divulgação de medidas educativas, visando à defesa dos recursos naturais e sanitária dos animais e dos vegetais;

VII - a realização dos registros e controle dos documentos gerados pela fiscalização e defesa agropecuária;

VIII - a execução de medidas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças que acometem os animais e os vegetais;

IX - a realização de exames laboratoriais nas áreas animal, vegetal e alimentar;

X - a execução de ações conjuntas com órgãos e entidades do setor público e do setor privado, em parceria ou por delegação oficial, visando à sanidade animal e vegetal, e o uso correto dos recursos naturais;

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 6º A carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, será estruturada em classe única, com dezessete níveis salariais, conforme tabela de vencimentos básicos, constante do Anexo Único desta lei.

Art. 7º Aos médicos veterinários, engenheiros agrônomos e biólogo de que tratam os artigos 1º e 2 desta lei, é assegurado o direito de optarem pela permanência no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

§ 1º O exercício desse direito deverá ser realizado através de requerimento ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, encaminhado no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei.

§ 2º No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo de opção, o Poder Executivo baixará Decreto redistribuindo os integrantes desta carreira na tabela salarial constante do Anexo Único, de acordo com o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, contado para todos os efeitos legais, nas carreiras

anteriores de engenheiro agrônomo, médico veterinário e biólogo, na vigência das Leis nº 7.424/1980 e nº 13.666/2002.

§ 3º Estende-se as disposições desta lei aos servidores inativos e geradores de pensão, lotados no DEFIS que solicitaram aposentadoria durante o exercício das funções de fiscal.

Art. 8º Os Fiscais da Defesa Agropecuária, regidos por esta lei, ficam enquadrados na presente carreira, no nível correspondente ao previsto no parágrafo 2º do artigo 7º desta lei, da seguinte forma:

I - Ficam enquadrados no Nível 1, os atuais servidores que contem com 1 (um) a 3 (três) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

II - Ficam enquadrados no Nível 2, os atuais servidores que contem com 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

III - Ficam enquadrados no Nível 3, os atuais servidores que contem com 6 (seis) a 7 (sete) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

IV - Ficam enquadrados no Nível 4, os atuais servidores que contem com 8 (oito) a 9 (nove) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

V - Ficam enquadrados no Nível 5, os atuais servidores que contem com 10 (dez) a 11 (onze) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

VI - Ficam enquadrados no Nível 6, os atuais servidores que contem com 12 (doze) a 13 (treze) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

VII - Ficam enquadrados no Nível 7, os atuais servidores que contem com 14 (quatorze) a 15 (quinze) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

VIII - Ficam enquadrados no Nível 8, os atuais servidores que contem com 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

IX - Ficam enquadrados no Nível 9, os atuais servidores que contem com 17 (dezesete) a 18 (dezoito) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

X - Ficam enquadrados no Nível 10, os atuais servidores que contem com 20 (vinte) a 21 (vinte e um) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XI - Ficam enquadrados no Nível 11, os atuais servidores que contem com 22 (vinte e dois) a 23 (vinte e três) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XII - Ficam enquadrados no Nível 12, os atuais servidores que contem com 24 (vinte e quatro) a 25 (vinte

e cinco) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XIII - Ficam enquadrados no Nível 13, os atuais servidores que contem com 26 (vinte e seis) a 28 (vinte e oito) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XIV - Ficam enquadrados no Nível 14, os atuais servidores que contem com 29 (vinte e nove) a 31 (trinta e um) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XV - Ficam enquadrados no Nível 15, os atuais servidores que contem com 32 (trinta e dois) a 34 (trinta e quatro) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XVI - Ficam enquadrados no Nível 16, os atuais servidores que contem com 35 (trinta e cinco) a 37 (trinta e sete) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XVII - Ficam enquadrados no Nível 17, os atuais servidores que contem com 38 (trinta e oito) anos ou mais, de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

Art. 9º Não se aplica aos Fiscais da Defesa Agropecuária o disposto no artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, por se tratar de atividade insalubre, perigosa, penosa, com risco de vida e com dedicação exclusiva.

Art. 10. A promoção funcional, passagem de um nível salarial para outro, dar-se-á por merecimento e por antigüidade, ficando limitada a um nível salarial da tabela constante por Anexo Único, por modalidade.

Art. 11. As promoções por merecimento e por antigüidade não ocorrerão no mesmo ano.

Parágrafo único. Quando houver coincidência de datas nas duas modalidades de promoção, será aplicada a promoção por antigüidade.

Art. 12. A primeira promoção por merecimento ocorrerá após 2 (dois) anos da publicação desta lei, cujo mês servirá de data-base para as próximas progressões.

Parágrafo único. A promoção por merecimento ocorrerá a cada 2 (dois) anos, aferido por meio de avaliação de desempenho, meritório e qualificação. Por este critério serão contemplados no máximo 40% (quarenta por cento) e no mínimo 20% (vinte por cento), do quadro efetivo desta carreira, entre os que atingirem maior pontuação.

Art. 13. Não poderá concorrer à promoção por merecimento o servidor que estiver:

I - em licença sem vencimentos;

II - cedido para outro órgão público, com ou sem ônus;

III - sido condenado em definitivo em qualquer das penas disciplinares previstas no artigo 291, da Lei nº 6.174/70;

IV - fazendo curso de pós-graduação, com qualquer afastamento do serviço;

V - em estágio probatório;

VI - em disponibilidade;

VII - com menos de 2 (dois) anos de efetivo exercício no nível cuja promoção ocorreu por merecimento; e

VIII - afastado para mandato eletivo ou sindical.

Art. 14. O instrumento para a promoção por merecimento será desenvolvido, regulamentado e aprovado por decreto, no prazo máximo de 6 (seis) meses após a publicação desta lei.

Art. 15. A primeira promoção por antigüidade, ocorrerá após 3 (três) anos da publicação desta lei, cujo mês servirá de data-base para as próximas progressões.

Parágrafo único. A promoção por antigüidade ocorrerá a cada 3 (três) anos, contemplando todos os servidores do quadro efetivo da carreira.

Art. 16. O servidor que for confirmado no cargo efetivo, após cumprir o estágio probatório, receberá 01 (um) nível, na data da confirmação, a título de progressão por antigüidade.

Art. 17. Não poderá concorrer à promoção por antigüidade o servidor que estiver:

I - em licença sem vencimentos;

II - cedido para outro órgão público, sem ônus para a origem;

III - afastado para mandato eletivo sem ônus a origem;

IV - em estágio probatório;

V - em disponibilidade; e

VI - com menos de 03 (três) anos de efetivo exercício no nível cuja promoção ocorreu por antigüidade.

Art. 18. Os valores das funções gratificadas, definidas no regulamento do DEFIS/SEAB, passam a ter os seguintes valores.

I - A gratificação para o exercício da função de Chefe de Divisão, corresponde a 30% (trinta por cento) do vencimento do nível inicial da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária.

II - A gratificação para o exercício da função de Chefe de Seção, corresponde a 70% (setenta por cento) do valor da gratificação do Chefe de Divisão.

Art. 19. As funções gratificadas da estrutura organizacional do DEFIS, serão exercidas exclusivamente por detentores de cargos efetivos de Fiscal da Defesa Agropecuária.

Art. 20. Os Fiscais da Defesa Agropecuária só poderão ser cedidos com ônus para a origem, quando forem exercer cargo de provimento em comissão da estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado do Paraná. Nos demais casos, somente sem ônus para a origem.

Art. 21. Fica expressamente proibido aos fiscais a que se refere esta lei, o exercício de atividades particulares correlatas às fiscalizadas pelo DEFIS/SEAB ou de natureza que conflite com seus princípios e objetivos institucionais.

Art. 22. O Fiscal da Defesa Agropecuária, no exercício de suas funções, terá livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados e outros produtos constantes do artigo 5º desta lei, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições, podendo efetuar sua inutilização, retenção ou apreensão quando for o caso.

§ 1º Para efeito deste artigo, o Fiscal da Defesa Agropecuária, no exercício de suas funções, terá igualmente acesso a veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, as mercadorias ou produtos referidos no *caput* deste artigo.

§ 2º Sem prejuízo dos direitos que a lei assegura ao servidor em geral, são prerrogativas do Fiscal da Defesa Agropecuária:

I - Requisitar o auxílio de força pública estadual ou municipal, sempre que for necessário para o perfeito desempenho de suas funções.

II - Direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como de livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimento, no exercício de suas atribuições.

Art. 23. Ao Fiscal da Defesa Agropecuária, será assegurada assistência jurídica pelo Estado, quando sofrer ação judicial em decorrência do exercício de sua função.

Art. 24. Fica conferido ao Fiscal da Defesa Agropecuária o poder de política administrativa para execução das ações de controle, vigilância, defesa, inspeção, certificação, classificação, credenciamento e fiscalização correlata às atividades de defesa agropecuária.

Art. 25. A jornada de trabalho dos Fiscais da Defesa Agropecuária, será de 40 (quarenta) horas semanais, com jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, sendo 4 horas no período matutino e 4 horas no período vespertino, em regime de tempo integral, sob dedicação exclusiva.

Parágrafo único. O trabalho fora do expediente normal ou aos sábados, domingos e feriados será ressarcido, desde que esteja relacionado a:

I - emergências sanitárias e que não prescindam da ação do DEFIS;

II - fiscalização sanitária em postos ou barreiras fixas ou móveis;

III - eventos agropecuários calendarizados que exijam a presença do DEFIS.

Art. 26. O provimento nos cargos descritos nesta lei dar-se-á no nível inicial da tabela de vencimentos básicos, atendendo os seguintes requisitos:

I - existência de vaga no cargo;

II - aprovação em concurso público de provas e títulos;

III - registro profissional regular no conselho de classe;

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo previsto em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único. A inspeção médica realizada pela perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso do servidor, devendo integrar a inspeção, o exame psicológico, os quais terão caráter eliminatório.

Art. 27. O tempo de serviço prestado no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - DEFIS/SEAB, no exercício da atividade funcional de fiscal, na vigência das Leis nº 7.424/1980 e nº 13.666/2002, será computado como de efetivo exercício na nova carreira no novo cargo de Fiscal da Defesa Agropecuária, em que se dará a aposentadoria, consoante estatui inciso III do artigo 40 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e alterações.

Art. 28. O regime jurídico dos integrantes da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária é o definido no Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná, estabelecido pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e alterações, observado o disposto nesta lei.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Deputada Estadual (PT)

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS - CARREIRA DE FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA

Nível	Valor (R\$)	Anos Enquadramento
01	4.266,28	01-02-03
02	4.415,60	04-05
03	4.570,15	06-07
04	4.730,10	08-09
05	4.895,66	10-11
06	5.385,22	12-13
07	5.573,70	14-15
08	5.768,78	16-17
09	5.970,69	18-19
10	6.179,67	20-21
11	6.395,95	22-23
12	6.619,81	24-25
13	6.851,51	26-27-28
14	7.091,31	29-30-31
15	7.339,50	32-33-34
16	7.596,39	35-36-37
17	7.862,26	38-39-40

JUSTIFICATIVA:

A Organização Mundial do Comércio (OMC) determinou uma nova ordem no cenário internacional e que teve como consequência dois aspectos importantes: o enfraquecimento das barreiras comerciais entre os países, e notadamente, a valorização e o fortalecimento dos aspectos fitossanitários (ou barreiras fitossanitárias e zoossanitárias) como fatores determinantes nas trocas comerciais entre os países do mundo.

Praticamente todos os demais Estados da Federação já criaram agências, institutos, companhias e secretarias agrupando os profissionais de fiscalização e defesa agropecuária, em carreiras e o Paraná, um Estado reconhecido por ter uma agropecuária modelo para o país, não pode prescindir de uma defesa e fiscalização agropecuária efetiva, pública e em condições de garantir o futuro da sua base socioeconômico.

Esperamos contar com o poder do Governo do Paraná de dispor sobre a matéria, promovendo a modernização do sistema de fiscalização e defesa agropecuária, suplantando supostos constrangimentos que entravam a implantação de um novo princípio, novo modelo e nova

técnica de gestão a essa importante área de Serviço Público, criando a carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, dotando o Estado com um Serviço Público de fiscalização e defesa agropecuária profissional eficiente.

Esperamos por fim contar com o apoio de todos os nobres Pares para que possamos aprovar este projeto de indicação, bem como sugerir ao Governo do Estado do Paraná que envie a esta Casa de Leis, de forma urgente, projeto de lei neste sentido.

Relatório Preliminar - Projeto de Lei nº 193/06**OBJETO:**

Referente ao Projeto de Lei nº 193/06 autorizando o Poder Executivo a adquirir, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, as cotas pertencentes a terceiros no capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda, implicando isso na obtenção do controle da participação societária correspondente a sessenta por cento do capital social da UEG Ltda, ora pertencente ao grupo vendedor.

O presente Relatório Preliminar vem apresentar uma síntese das conclusões iniciais retiradas da documentação enviada pelas partes envolvidas e das informações prestadas nas audiências realizadas pela Comissão Permanente de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Paraná.

Inicialmente cabe dizer que as constatações foram realizadas com base numa apreciação inicial das informações disponibilizadas à Comissão, não exaurindo ou excluindo outras constatações advindas da análise mais profunda de todas as informações disponíveis, bem como das que ainda faltam ser disponibilizadas pela Copel em atendimento a solicitações feitas pela Comissão.

Tais constatações foram realizadas de forma objetiva observando a cronologia dos fatos à época em que ocorreram de forma a não distorcer a motivação que levaram as partes a praticá-los, o que poderia induzir a análise a falsas conclusões ou a conclusões distorcidas.

Diante disso passamos a analisar a questão dividindo-a em vários aspectos que passam a ser abordados, observando ainda, que o objetivo é a verificação das circunstâncias que levaram o Estado do Paraná a solicitar a autorização para compra da totalidade do capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda, e com isso obter o controle acionário majoritário direto e indireto de 80% da UEG Araucária Ltda, subsidiando e recomendando ações à Assembléia Legislativa para tomada da decisão de autorizar ou não tal negociação.

1. Do Projeto de Lei nº 193/06

O referido Projeto de Lei 193/06 visa autorizar o Poder Executivo a adquirir, por meio da Copel, ou de

Subsidiária Integral desta, da totalidade das quotas que (I) a Aquamarine Power Holdings, L.L.C., com sede nos Estados Unidos da América, e (II) a El Paso Energia do Brasil Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio, ambas do Grupo El Paso, detêm no capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., igualmente com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A aquisição visa a obtenção do controle direto e indireto de 80% do Capital Social da UEG Araucária Ltda, ora pertencente ao grupo vendedor.

A aquisição se dá no valor de US\$ 190.000.000,00 (Cento e Noventa milhões de Dólares)

Tal projeto de lei também autoriza a Companhia Paranaense de Energia – Copel, ou subsidiária integral desta, a alocar na UEG Araucária Ltda., na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta.

Objeto social é em sentido contábil e legal a destinação de determinado capital na consecução de determinado objetivo definido no Contrato Social, assim, tal autorização é feita de forma ampla e ilimitada para que a Copel alocue o que for necessário em recursos materiais e humanos para que, após a aquisição do controle da UEG, ela possa colocar em funcionamento a Usina Termoeletrica de Araucária.

Desta forma, deve ficar claro a esta Casa de Leis que os recursos necessários para colocar em funcionamento a Usina sairão da Copel ou de sua Subsidiária Integral, e que mesmo que *a priori* tais valores deveriam mesmo que de forma estimativa serem apresentados à Assembléia Legislativa para que os seus membros saibam qual o impacto financeiro que será ainda suportado pela Copel caso seja dada autorização ao Executivo para realizar a aquisição pleiteada.

O projeto de lei traz ainda uma exposição de motivos historiando os acontecimentos do empreendimento para constituição da empresa UEG Araucária Ltda, bem como algumas circunstâncias do litígio instaurado entre a Copel e a UEG, informando situações e probabilidades de sucesso nos diversos processos em andamento.

Pela análise do conteúdo da exposição se retira uma conclusão inevitável a de que os negócios envolvendo a Copel e a UEG foram mal conduzidos, falta se verificar como isso ocorreu e quem foram os responsáveis, o que preliminarmente faremos mais adiante, contudo ficam claras duas afirmações dentro deste contexto que são muito elucidativas, ainda mais com as afirmações que foram feitas no plenário da Assembléia pelos atuais representantes da Copel e pelo próprio Governador, dentre as quais que a Usina nunca funcionou ou que ela poderia explodir.

A primeira afirmação diz respeito ao fato de que os prognósticos formulados pelos patronos da causa (advogados da Copel) mostram que, **na melhor das hipóteses,**

a Copel poderá ser compelida a pagar pela usina quantia semelhante à que estará desembolsando caso aceite o ajuste proposto em Carta de Intenções, onde se prevê a aquisição pela Copel da participação societária do Grupo El Paso na UEG. Ora, isto demonstra, ainda mais quando se analisam as estimativas de desfecho dos processos em andamento pelos advogados, que constam da exposição de motivos, que a causa da Copel não se encontra tão respaldada tecnicamente como se afirmava anteriormente, pois nenhum tribunal iria conceder indenização alguma ou forçar ninguém a comprar uma termoeletrica que não funciona ou que está prestes a explodir se for colocada em funcionamento. Disso trataremos mais adiante.

O segundo ponto diz respeito à afirmação constante na página 5 da exposição de motivos que diz: “Cumpre anotar, ainda que, conforme avaliação do negócio pelos técnicos da Copel, que o investimento de US\$ 190.000.000,00, mesmo que acrescido dos custos relativos à superação de problemas existentes na Usina, poderá ser recuperado no futuro, com aceitável taxa de retorno.”

Isto significa dizer que teremos lucro e que a Usina não é imprestável ou irá explodir, então a pergunta é “Desde quando esse negócio é viável para o Paraná? Desde agora, porque vamos adquirir a participação da El Paso, ou desde o começo, quando adequações poderiam ter sido feitas e negociadas, e aí como veremos mais adiante a Usina seria adquirida pela Copel ao longo de 20 anos sem a necessidade de serem aportados totalmente os recursos de uma só vez, e isto ainda com lucro, pois quem venderia ao mercado a energia produzida seria exclusivamente a própria Copel.

2. Da Participação da Copel na UEG, quanto ao seu Contrato Social e Alterações

Da análise da participação da Copel na UEG, bem como do seu Contrato Social e Alterações contratuais surgem as seguintes constatações:

Que a UEG foi constituída em 28.04.1998, sob a forma de uma empresa Limitada, e não como Sociedade Anônima, como seria, caso a mesma fosse uma verdadeira sociedade de economia mista. Pois, caso fosse uma Sociedade de Economia Mista conforme prevê a lei seria obrigatório que fosse constituída como Sociedade Anônima, isto ocorreu devido a participação majoritária de capital privado no empreendimento, o que inclusive dispensa tal sociedade da obrigatoriedade de realizar aquisições observando-se as regras típicas a que estão sujeitas empresas públicas, como as de licitação.

Assim define-se Sociedade de Economia Mista como sendo a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de Sociedade Anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao Estado ou às entidades da Administração Indireta.

Sendo formada inicialmente pelas seguintes empresas:

Copel	R\$ 275.000,00	25%
British Gás do Brasil	R\$ 275.000,00	25%
BHP do Brasil	R\$ 275.000,00	25%
El Paso	R\$ 275.000,00	25%
Total	R\$ 1.100.000,00	100%

Da análise das Alterações do Contrato Social da UEG podemos extrair os seguintes fatos relevantes:

1ª Alteração – de 02.02.1999:

As empresas transferem parte de seu capital para a empresa BHP do Brasil, sendo que o capital fica parcialmente integralizado com um terreno em Araucária no valor de R\$ 1.056.264, retirando-se o dinheiro, faltando R\$ 43.736,00 a ser integralizado futuramente pelos sócios, ficando distribuído o capital da seguinte forma:

Copel	R\$ 10.000,00	0,91%
British Gás do Brasil	R\$ 10.000,00	0,91%
BHP do Brasil	R\$ 1.070.000,00	0,91%
El Paso	R\$ 10.000,00	97,27%
Total	R\$ 1.100.000,00	100%

2ª Alteração – de 02.02.1999:

Sai a empresa BHP do Brasil, ficando o Capital Social da seguinte forma:

Copel	R\$ 220.000,00	20%
British Gás do Brasil	R\$ 440.000,00	40%
El Paso	R\$ 440.000,00	40%
Total	R\$ 1.100.000,00	100%

3ª Alteração – de 27.10.1999:

Retira-se da Sociedade a empresa British Gás do Brasil, ficando o Capital Social da Seguinte forma distribuído:

Copel	R\$ 220.000,00	20%
El Paso	R\$ 880.000,00	80%
Total	R\$ 1.100.000,00	100%

4ª Alteração – de 27.10.1999:

Entra na sociedade a Empresa Petrobras-Gaspetro, ocorrendo ainda um aumento do capital social que passa a ser de R\$ 8.411.575,00, e ficando distribuído da seguinte forma:

Copel	R\$ 1.682.315,00	20%
Petrobras-Gaspetro	R\$ 1.682.315,00	20%
El Paso	R\$ 5.046.945,00	60%
Total	R\$ 8.411.575,00	100%

5ª Alteração – de 09.02.2001:

Sai a empresa Petrobras-Gaspetro e entra a Petrobras diretamente.

Ocorre um aumento do Capital Social para R\$ 154.000.000,00, sendo R\$ 106.645.103,45 integralizados e o restante a ser integralizado em um ano, ficando distribuído da seguinte forma:

Copel	R\$ 30.800.000,00	20%
Petrobras	R\$ 30.800.000,00	20%
El Paso	R\$ 92.400.000,00	60%
Total	R\$ 154.000.000,00	100%

6ª Alteração – de 07.09.2001:

Ocorre um aumento do Capital Social para R\$ 311.488.545,00.

Deste total R\$ 204.843.441,60 é recebido pela sociedade como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo:

Copel	R\$ 40.610.923,18
Petrobras	R\$ 39.774.310,80
El Paso	R\$ 124.458.207,80

Ocorre um Resgate e Cancelamento de R\$ 310.488.545,00, com a redução do Capital Social para R\$ 1.000.000,00, ficando distribuído da seguinte forma:

Copel	R\$ 200.000,00	20%
Petrobras	R\$ 200.000,00	20%
El Paso	R\$ 600.000,00	60%
Total	R\$ 1.000.000,00	100%

Desta 6ª alteração do Contrato Social resultou uma redução de Capital Social da UEG, que antes era de

R\$ 150.000.000,00, passando a R\$ 311.488.545,00 para abranger a totalidade dos investimentos realizados pelas partes até aquele momento, e finalmente sendo reduzido para R\$ 1.000.000,00.

Diante desta alteração surgiram algumas repercussões contábeis e legais que têm de ser avaliadas, e ainda, resultou no direito aos sócios de receberem da UEG de volta em dinheiro 99,68% do capital investido, ficando da seguinte forma os valores em reais que devem ser devolvidos pela UEG aos seus sócios:

Copel	R\$ 62.097.709,00	20%
Petrobras	R\$ 62.097.709,00	20%
El Paso	R\$ 186.293.127,00	60%
Total	R\$ 310.488.545,00	100%

Após esta alteração social não houve mais nenhum aumento de Capital Social pelos sócios, que preferiram fazer aportes posteriores sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Contudo, isto não representa nenhum benefício para empresa, pois esses valores na verdade são empréstimos dos sócios para empresa, não constituem nenhuma obrigação de que deva haver um aumento de Capital Social, pois, o sócio é livre para desistir quando quiser de tal aporte e receber de volta esses valores em dinheiro devidamente corrigidos e com juros.

Atualmente tais aportes dos sócios através deste caminho, ou seja, via empréstimo à sociedade UEG, estão nos seguintes montantes, conforme informação prestada pela Copel em sua correspondência de 17.05.2006 e demonstrações contábeis da UEG Araucária Ltda:

Adiantamento para Futuro Aumento do Capital - AFAC	R\$ 424.254.652,00
Redução do Capital	249.189.156,00
Contas a Pagar	42.761.432,00
Total	716.205.240,00

Tal alteração do Capital Social e todas as suas repercussões somente fragilizaram a UEG mais ainda, foi uma alteração precipitada, pois ela previa a entrada de capital proveniente de financiamento de bancos e a consequente saída dos recursos próprios dos sócios do empreendimento.

Segundo o que consta no documento denominado Deliberação de Quotistas de 12.11.2002 (Doc. 4), nos depoimentos do Sr. Rubens Ghilardhi em 24.04.2006 (Doc. 5), fica claro que a UEG estava negociando com os agentes financeiros OPIC e US Exim um financiamento para substituir o capital dos sócios por valores emprestados, o que segundo depoimento do Sr. Rubens Ghilardhi

não ocorreu pois o empréstimo externo se vinculava ao contrato, ou seja, tinha que ter um comprador de energia, e como a Aneel não homologou o contrato, ninguém financiava uma empresa que não tivesse garantia de receita e a UEG Araucária não tinha garantia de Receita. Assim, fica claro que os recebíveis da UEG seriam a garantia dos empréstimos. Como isso não ocorreu os sócios retiraram o capital próprio da UEG enfraquecendo-a ainda mais, pois desta retirada de capitais temos as seguintes repercussões:

a) O Capital Social de uma empresa é aquele subscrito pelos sócios, que é dividido em Capital Social Integralizado e Capital Social a Integralizar. Numa sociedade limitada a responsabilidade dos sócios é limitada ao Capital Social Subscrito. Por este capital respondem os sócios sendo obrigados a integralizar os valores subscritos e não integralizados em caso de insolvência da empresa, isso para garantir o direito de terceiros credores da empresa. Bem a UEG trocou um capital de R\$ 154.000.000,00 já colocados na empresa por um capital de R\$ 1.000.000,00;

b) Os sócios tinham suas participações societárias capitalizadas na empresa e já investidas em bens, obras e instalações, ou seja, tinham um capital imobilizado em diversos ativos. Com esta 6ª alteração por exemplo a El Paso trocou um grande investimento em bens na UEG, o que certamente lhe traria mais cuidado no trato com a empresa, por dinheiro, revertendo os seus investimentos e passando de sócia investidora de um grande montante a uma sócia investidora de R\$ 600.000,00 e uma credora em dinheiro da sociedade de mais de R\$ 186.000.000,00;

c) O capital social de uma empresa tem características não onerosas, ou seja os sócios ganham apenas os lucros que conseguem produzir, já os credores devem ter seus créditos corrigidos. Então, quando os capitais investidos tornaram-se dívidas da UEG perante seus sócios provavelmente - pois o dinheiro não foi devolvido imediatamente por serem valores vultuosos - devem ter sido previstos juros e correções desses valores, tornando-se portanto tais valores onerosos para a UEG, o que deve ser apurado;

d) Foi elaborada Deliberação de Quotistas referente a Pagamentos de Créditos oriundos da redução de Capital de 12.11.2002, assinada pela El Paso e pela Petrobras (Doc. 4), em que em seu item 8, alínea "b", foi determinado que "conforme definido nos itens 2.1 e 2.2 do Heads of Agreement, que este pagamento aos sócios seja feito com recursos do saldo líquido do caixa, obtido pela dedução dos valores recebidos de recursos suficientes para cobrir as despesas correntes da Administração da UEG, incluindo impostos e taxas devidas". Isso significa que todos os recursos que poderiam gerar lucros ou valores de dividendos e para investimentos na empresa seriam indefinidamente canalizados para o pagamento de tais valores, devolvendo aos sócios o capital investido. E como a Copel ficaria com a empresa após 20 anos do contrato firmado, com certeza o fluxo de caixa e investi-

mentos da UEG, prejudicados pela não obtenção dos empréstimos externos, afetariam em muito as condições em que a Usina se encontraria física e tecnologicamente para ser repassada a Copel.

3. Dos Investimentos Realizados pelos Sócios na UEG:

De acordo com documentos fornecidos pelas partes envolvidas com relação aos resumos de investimentos realizados na UEG, e dos valores capitalizados pelos sócios individualmente em dinheiros durante todo o projeto, temos os seguintes valores:

Resumo dos Investimentos realizados na UEG até 31.12.2005: (Documento 7)

Descrição	Total em Dólar	Total em Reais
Usina Termelétrica (Equipamentos e Serviços)	US\$ 226.762.620,35	R\$ 527.218.657,72
Usina de Proc. de Gás Natural (UPGN)	US\$ 43.146.580,23	R\$ 105.662.586,14
Escritórios Administrativos	US\$ 215.924,45	R\$ 518.239,98
Diferido (Custos de Desenvolvimento, Medidas Compensatórias, Transferências de Tecnologias e Outros Gastos Pré-Operacionais)	US\$ 36.263.135,23	R\$ 104.329.448,54
Total	US\$ 306.388.260,26	R\$ 737.728.932,38

Aportes realizados pelos Sócios: (Documentos 8, 9 e 10) (*)

Sócio	Total em Dólar	Total em Reais
El Paso	US\$ 189.431.875,14	(**) R\$ 432.864.097,89
Petrobras	US\$ 61.112.853,08	R\$ 141.267.934,47
Copel	US\$ 61.095.474,92	R\$ 143.582.807,80
Total	US\$ 311.640.203,14	R\$ 717.714.841,36

(*) Eventuais diferenças referem-se ao período de aporte dos capitais e a sua conversão pela taxa de câmbio da época.

(**) Consta de Planilha enviada pela própria EL PASO em correspondência datada de 17.06.2006, em resposta ao ofício 064/2006-CF da Comissão de Fiscalização (Documentos 11 e 12) que o valor total atual investido atualizado até 31.03.2006 pela EL PASO é de R\$ 393.025.986,29, isso já considerando valores retornados à EL PASO referentes a reduções de capital em outubro, novembro e dezembro de 2002 no valor total de R\$ 48.044.042,04.

4. Com Relação aos Contratos Firmados entre a Copel e a UEG:

Da análise dos documentos e depoimentos prestados perante esta Comissão Permanente de Fiscalização, verifica-se que a Copel desempenhou dois papéis frente aos contratos firmados com a UEG.

No primeiro papel a mesma se encontra com sócia quotista da UEG, detendo atualmente 20% do Capital Social da UEG no valor de R\$ 200.000,00.

No segundo papel a mesma encontra-se como compradora de potência/energia da UEG, então a mesma se apresenta como cliente exclusiva da UEG, tendo firmado vários contratos em relação a isso, bem como assumido várias responsabilidades.

Destes dois papéis surgem várias repercussões que explicam o porquê dos investimentos realizados, como foi a trajetória da UEG e como a mesma encontra-se na situação atual, como se vê a seguir.

a) Da Copel como Sócia Quotista da UEG:

Consta da exposição de motivos do Projeto de Lei nº. 193/06 que em janeiro de 1997 a Copel concordou em iniciar as atividades tendentes ao desenvolvimento de um projeto de geração de energia por fonte térmica, com a construção de uma termelétrica a gás, no município de Araucária.

Após foi aprovada uma lei autorizando a constituição da sociedade na UEG e a participação da Copel.

Conforme informações da época o empreendimento tendo como acionistas a El Paso Energy International, a Petrobras e a Copel (Cia. Paranaense de Energia) teria um investimento em torno de US\$ 300 milhões, para uma geração de 480 MW e capacidade líquida de 469 MW. Este volume era suficiente para abastecer todo o consumo industrial da região metropolitana de Curitiba.

A forma de escolha da El Paso para compor a sociedade não fica clara, mas os motivos apurados nos documentos e depoimentos dizem respeito ao fato de que a Copel não queria aportar sozinha os recursos dos investimentos do projeto sozinha, para não comprometer o seu caixa, bem como não queria ter que treinar uma equipe sem experiência em termoelétricas, preferindo um sócio de grande conhecimento na área, que no caso era a El Paso. Diante da informação que se pretendia um financiamento junto a Bancos Internacionais para substituir o Capital dos Sócios por empréstimos bancários de longo prazo, sobra apenas a questão de que a Copel achava que não tinha know-how, conhecimento suficiente em termoelétricas para se arriscar sozinha no projeto, preferindo então uma parceria que pudesse lhe transferir estes conhecimentos.

Ainda, pelas informações ao custo inicial foi acrescido o custo de construção de uma Usina de Processamento de Gás Natural devido a problemas com as

turbinas por não haver compatibilidade da composição do gás recebido com a necessidade de composição do gás requerido pelas mesmas, o que levaria o fabricante na época a retirar a garantia dos equipamentos, que eram os mais caros dentro do complexo todo.

Segundo depoimento do Sr. Raul Munhoz Neto à Comissão, frente a essa ameaça ninguém iria arriscar o empreendimento e nem conseguiriam o financiamento sem a adequação do gás para a necessidade da turbina. Por isso, após várias análises resolveu-se que a melhor solução seria a construção dessa unidade de processamento, para eliminar os hidrocarbonetos pesados, que são o propano, o butano e o pentano entre outros mais pesados de forma a adequar esse gás para a queima nas turbinas.

Também indicou que a Usina de Processamento foi paga pelos sócios na proporção do capital que cada uma detinha na UEG, e não somente pela Copel.

Sobre o assunto o Sr. Celso Pereira da Silva, Diretor Técnico da UEG e representante da El Paso, afirmou em depoimento perante a Comissão de Fiscalização em 09.05.2006, que o gás foi modificado na época da aquisição do projeto, pois o gás começou a fluir através do gasoduto Bolívia-Brasil em 99 e a Usina estava em construção, nessa época, em 2000. Feitas as análises do gás boliviano identificou-se que o gás estava fora daquela especificação previamente feita. Que para solução do problema reuniram-se então técnicos da Petrobras, da El Paso, da Copel, da Siemens e da Beckmann Internacional.

Contudo, como foi verificado pela Comissão de Fiscalização durante a sua visita à empresa UEG em Araucária, e confirmada pelo Sr. Celso Pereira da Silva em seu depoimento, isto tudo mudou, pois após a implementação da Unidade de Processamento e o gasto de mais US\$ 43 milhões de dólares, a Siemens depois de fazer avaliações com este gás da Bolívia, em 2003, disse: “podemos aceitar o limite de 3 de propano e 1,5% de butano”. Que de fato, hoje o gás boliviano está vindo com 1% de propano e 0,9% de butano, e hoje a Usina poderia funcionar. Mas essa decisão ocorreu após a decisão de compra, que foi uma decisão acertada da Siemens para que as máquinas dela pudessem trabalhar com este gás que era o disponível no Brasil.

Portanto, embora a decisão da implantação de uma Unidade de Processamento de Gás tenha sido acertada em 2002, para que a Usina funcionasse, depois ela se tornou dispensável pela mudança de posição da Siemens, que após suas análises verificou em 2003 que suas turbinas poderiam funcionar e serem garantidas pela fábrica com a utilização do tipo de gás disponível no Brasil, sem a necessidade de uma Unidade de Processamento. Lembremos que segundo informações, a Unidade de Processamento também gera subprodutos que podem gerar renda para a Copel e com isto pagar o investimento realizado na instalação da mesma.

A condição de empresa privada da UEG Araucária foi levantada durante o depoimento do Sr. Rubens Ghilardi, presidente da Copel, à Comissão de Fiscalização,

quando perguntado como foi escolhida a vendedora da turbina a gás a ser utilizada pela UEG, indicando ainda, que pelo que sabia tinha muita encomenda no mundo inteiro dessas turbinas, e o critério deve ter sido por disponibilidade dessa empresa e pela capacidade de construção e de fabricação.

Ainda em depoimento à Comissão o Diretor de Geração da Copel, Sr. Raul Munhoz Neto, indicou que a especificação da composição do gás fazia parte das especificações de compra da turbina da Siemens Westinghouse, e na ocasião em que o gás chegou no Paraná já se conhecia que havia uma certa diferença entre o gás que era especificado, necessário, e o gás que estava sendo disponibilizado pelo assim denominado Gasbol. Que a análise propriamente dita foi feita pela própria Petrobras que cedeu essas informações para a UEG Araucária, para o diretor técnico que naquele momento era o representante da El Paso.

Perguntado o Sr. Rubens Ghilardi informou quanto aos tanques de armazenamento de nafta e GLP próximos das instalações da usina termelétrica, respondeu que conforme constatado pela própria CPI da Copel que esses tanques têm vazamento de gás, que pode levar a um acidente muito sério na usina. Que foi feita uma transferência e constatou-se que o risco era muito grande – isso foi em janeiro de 2003 e após isso não se mexeu mais nesse transporte de gás, em virtude do risco de explosão. Perguntado ainda pelo Sr. Presidente da Comissão Sr. Neivo Beraldin se então foi mal pensado respondeu que foi mal planejado.

Em continuidade ao tema dentro dos depoimentos ressalta-se uma resposta do Diretor Jurídico da Copel Sr. Assis Corrêa indicando que se houver a autorização legislativa para a aquisição da UEG, sanados os defeitos e falhas da parte técnica - que a Copel sempre de forma transparente informou que esses defeitos existem, mas nunca disse que eles são insanáveis -, a empresa vai ser transformada em uma sociedade de economia mista. Note-se que pelas palavras do atual diretor da Copel existem condições técnicas hoje, e já deveriam existir antes desta data, para sanar os defeitos da usina e a colocar em funcionamento, assim, como o mesmo foi dito dentro da própria justificativa ao projeto de Lei nº. 193, conforme já apontado anteriormente neste relatório preliminar.

Então resta saber por que tais medidas saneadoras não foram negociadas pela Copel e pelos outros sócios da UEG, para colocar já em 2003 a usina em funcionamento. Será que haviam outras dificuldades, pois o próprio Sr. Rubens Ghilardi informa que assumiu a Copel em maio de 2003, na época em que houve a moratória do executivo estadual, que se fossem mantidos os pagamentos para a UEG inviabilizava a empresa (Copel)? Disse que isso a gestão anterior deveria saber porque o cálculo foi feito pensando em vender dessa usina, sendo evidente que você não iria tirar o recurso do caixa da Copel, sem ter como repor, isso com o tempo iria exaurir o caixa da Copel, e a empresa seria inviável. Que, portanto, ele não

podia julgar ninguém, essa situação encontrada na Copel; era de quase falência.

Em continuidade aos depoimentos informou-se à Comissão de Fiscalização que foi instaurado um Inquérito junto ao Ministério Público de nº. 102/04, junto à Promotoria do Patrimônio Público, para averiguar as irregularidades nos processos e contratos envolvendo a UEG e a Copel.

b) Da Copel como Compradora de Energia da UEG:

Dentro deste papel exercido pela Copel como compradora de potência assegurada ou de energia da UEG, com exclusividade da venda desta energia no mercado, verificamos que a Copel assinou vários contratos com a própria UEG e com a Compagás. Contudo, analisando tais contratos e condições firmados com a UEG chega-se à conclusão inicial que independentemente do nome dado ao Contrato o mesmo na verdade era um contrato de Leasing ou seja, de Arrendamento Mercantil com cláusula de compra da UEG ao final pelo valor simbólico de R\$ 1,00.

Desta forma, ao assinar o Contrato de PPA com a UEG em 31.05.2000, alterado pelo 1º Aditamento ao PPA em 05.12.2001, a Copel se responsabiliza totalmente pelos custos da UEG, inclusive de aquisição de Gás Natural da Compagás, assumindo a posse da usina logo após a sua entrega.

Após os testes de 100 dias a UEG foi dada como entregue e dada em funcionamento em 27 de setembro de 2002, sendo que a Copel já nestes testes pelo Contrato de PPA assinado era responsável pelo gás fornecido e por entendimento da El Paso pelo fornecimento da composição do gás que deveria ser utilizado para balizar o perfeito funcionamento das turbinas, responsabilidade esta baseada nos contratos firmados em 31.05.200 e 05.12.2001.

Com a entrega da usina oficialmente, a Copel assumiu o encargo de entrar na posse da usina e fazê-la funcionar, arcando com todos os custos e com a remuneração dos sócios cotistas.

Contudo, após alguns meses de pagamento e com a usina ainda não em funcionamento a Copel decidiu, depois de uma moratória promovida pelo novo Governo Estadual no Paraná, suspender os pagamentos, o que ocasionou os litígios pendentes atualmente entre a Copel e a UEG, e levou à necessidade de renegociar os seus contratos com a Compagás.

Após a suspensão dos pagamentos da Copel para UEG registraram-se as seguintes situações envolvendo custos arcados pela Copel:

- Antes da suspensão dos pagamentos verifica-se que a UEG Araucária Ltda., faturou contra a Copel o montante bruto de R\$ 91.777.000,00s no exercício de 2003. Já no exercício de 2002 a UEG faturou contra a Copel o montante de R\$ 76.719.000,00 (referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002), tendo recebido deste montante o valor de **R\$ 68.506.000,00** da

Copel, e restando a receber um valor de R\$ 8.213.000,00, conforme apontamentos constantes das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da UEG Araucária Ltda., referentes aos exercícios de 2002 e 2003 (documento 03);

- Que em documento denominado Custos do Projeto UEG Araucária para a Copel (documento 13), levantou-se que a Copel vem desembolsando os seguintes custos referentes à manutenção da Usina de Araucária:

Ano	Valor em Reais
2001	2.736.746,00
2002	5.636.740,00
2003	4.158.097,00
2004	4.822.495,00
2005	5.181.527,00
2006 (Jan-Maio)	1.551.009,00
Total	24.086.614,00

- Sendo a Copel a operadora da UEG, pois firmara um contrato de Arrendamento da Usina, a mesma firmou com a Petrobras e com a Compagás um Contrato de Compra e Venda de Gás Natural em 08.12.2000, com cláusula de Take or Pay, ou seja, Pegue ou Pague, desta forma independentemente da Copel ter utilizado o gás ela deverá realizar o pagamento do mesmo à Compagás e Petrobras.

Tal contrato gerou uma dívida da Copel perante as demais partes na ordem de cerca de R\$ 502.769.000,000 até 31.12.2005, conforme Parecer dos Auditores Independentes sobre os Balanços e Demonstrações Financeiras da Compagás e depoimento do Sr. Luiz Carlos Meinert – Presidente da Compagás (documentos 14 e 18).

Em 06 de março de 2006 para compor tal dívida foi firmado o Contrato de Transação Extrajudicial de Dívida que entre si celebram Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Companhia Paranaense de Energia – Copel, Copel Geração S.A. e Companhia Paranaense de Gás – Compagás. Por este acordo a Copel Geração reconhece que possui uma dívida a ser paga à Petrobras, no montante acordado **de R\$ 150.000.000,00**. (documento 15)

A Copel constitui-se como fiadora solidária da dívida confessada pela Copel Geração.

Forma de Pagamento – 60 parcelas mensais, consecutivas, sendo que a primeira vencerá em 01.01.2010.

Reajuste da dívida – pela Taxa Selic, desde a data de 01.02.2006 até o cabal pagamento de todas as parcelas da dívida.

Garantia – A Copel Geração e/ou a Copel dão em garantia do pagamento da dívida a penhora mensal de seus respectivos faturamentos.

Ficando ainda a ser negociada entre a Copel e a Compagás o valor **de R\$ 26.344.000,00**, referente à margem de lucro na distribuição que cabia à Compagás no negócio de distribuição de gás com a Copel.

• **Quanto à entrega ou não da UEG em funcionamento para a Copel:**

Conforme determinava o contrato todas as obrigações da Copel no contrato de arrendamento começavam com a entrega da usina em pleno funcionamento, sendo que justamente foi a não entrega adequada da usina o argumento que levou a Copel a suspender todo o processo e pagamentos aos sócios da UEG, mais realmente a usina funcionou ou não funcionou, senão vejamos:

a) a Copel praticou atos não compatíveis com o não funcionamento da Usina quando participou da inauguração em 27.09.2002, e ao invés de notificar a UEG que o teste de 100 horas falhara e a usina não estava ainda em condições de ser recebida pela Copel, conforme exigia o Contrato de Compra de Energia, ela simplesmente começou a pagar os valores constantes do PPA referente aos meses de outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 48.044.042,04. Isto fragilizou com certeza a posição de argumentação da Copel no litígio que a mesma enfrenta na Câmara de Arbitragem em Paris;

b) em alguns depoimentos argumentou-se que a Copel foi enganada, induzida a erro pela El Paso, contudo, tal argumento não merece prosperar pois, aqui estamos falando de um contrato de compra de energia, e não da operação de uma termoeletrica, e a Copel é uma empresa com vasta experiência neste setor tendo participado de vários leilões de energia, realizado diversas parcerias em consórcios energéticos, reconhecida no mercado brasileiro. Desta forma, ela não apresenta os requisitos da ingenuidade, do desconhecimento e da boa-fé cega que caracterizam o induzimento de alguém em erro. Fosse verdade essa informação, e pelo visto não é, todos os dirigentes da Copel, todos os funcionários da parte de comercialização e produção de energia e todos os advogados da Copel teriam que ser dispensados de suas funções por não possuírem o conhecimento adequado para desempenharem suas funções nesta grande empresa paranaense;

c) em resposta ao Ofício nº. 064/20006-CF, datado de 17.05.2006, o Sr. Celso Pereira da Silva – Diretor Técnico da UEG Araucária Ltda., informou que durante o período de testes de 100 horas a UEG gerou 484 Mwh de energia, destinados exclusivamente para uso da Copel; (documento 11)

d) através de resolução do Comitê Deliberativo da UEG – CD 19/02, de 24.09.2002 – ref. a **Autorização para envio de notificação à Copel declarando a data da operação comercial da Usina de Araucária**, foi autorizada pelos Quotistas que de acordo com a Cláusula Oitava, item 8.2.1, do Contrato de Compra e Venda de Energia assinado com a Copel, será enviada notificação para Copel declarando a data da operação comercial em setembro de 2002. Tal autorização foi assinada pelos

representantes da El Paso Srs. Eduardo Karrer, Jose Roberto Ribas e Helder Pereira, e ainda, foi assinada pelo representante da Petrobras Sr. Rafael Mauro Comino – Gerente Geral de Planejamento e Desenvolvimento. Desta forma, fica claro que além da El Paso, também a Petrobras entendeu que a usina entrou em funcionamento conforme contrato e autorizou a notificação. Frisa-se aqui o ponto de que a Petrobras também é uma empresa estatal brasileira, e a princípio isenta de qualquer acusação especulativa de capital estrangeiro interessado em lesar os interesses paranaenses; (Documento 16)

e) em depoimento prestado à Comissão de Fiscalização da Assembléia em 09/05/2006, o ex-presidente da Copel, Sr. Ingo Hubert, perguntado fez a seguinte declaração: “Posso atestar que essa usina foi auditada tecnicamente, ela estava funcionando em setembro de 2002. Como toda usina no início ela não funcionou de imediato, como também em Caxias não funcionou, em Segredo não funcionou, como Foz do Areia não funcionou, porque toda usina no início tem problemas de ajuste, isso é normal. Mas posso dizer que ela teria funcionado perfeitamente.” Tal depoimento perante esta Comissão deve ter sido o mesmo prestado em Paris na Câmara de Conciliação, pois o ex-presidente também depôs lá, novamente sendo possivelmente uma das coisas que vai pesar imensamente nas decisões lá tomadas, uma vez que se trata de uma declaração de um ex-presidente da empresa Copel que lá afirma que a usina nunca foi entregue dentro das especificações e portanto, que ela nunca funcionou para os fins do contrato firmado com a Copel quanto ao arrendamento e compra de energia da UEG.

Continuando com a análise das informações se verifica que em seu depoimento perante a Comissão de Fiscalização o Sr. Assis Correa, Diretor Jurídico da Copel, confirmou o fato de que se a usina estivesse pronta à época a Copel assumiria a posse da Usina de Energia, compraria o gás, pagaria os funcionários, compraria a água, enfim todos os custos correriam por conta da Copel. Existindo uma cláusula contratual de que a Copel paga isso, e uma quantia fixa a UEG que é o correspondente ao reembolso do capital investido e a recuperação de uma chamada TRI - Taxa de Retorno Interno, que embora não seja expresso no contrato, pelos preços e valores a gente chega à conclusão que isso teria um retorno em torno de 16% ao ano.

Que após a suspensão do pagamento houve um início de negociação na época, mas a El Paso chegou à conclusão que ela não deveria discutir negociação nenhuma, notificou a Copel, com base numa cláusula de multa, que corresponde ao seguinte: se houve inadimplência a Copel deverá ficar com a Usina, mas pagando o equivalente aos 20 anos de contrato. Praticamente pagando o contrato. **Que isso equivale a Um Bilhão de Dólares.** Ele também confirma o fato de que se a Copel na época tenta continuar os pagamentos, ela iria na sequência ficar insolvente, porque na época o caixa da empresa estava difícil. Que por razões econômicas ou não, que não estava

entrando no mérito, mas pelo que se encontrou na contabilidade, do caixa físico da empresa (Copel). Que na sequência a UEG propôs ação requisitando o pagamento da multa pela suspensão dos pagamentos da Copel. Que a Copel se defendeu e evidentemente argüiu a existência de falhas no projeto, de erro de execução, embora sejam sanáveis. Tão sanáveis que na época da CPI da Copel e com toda transparência as informações fluíram e a própria CPI recomendou e além de tomar medidas judiciais, que fossem reparados os danos, se fosse possível, para ver se gerava alguma receita.

Quanto ao risco de explosão da usina se pronunciou o Sr. Rubens Ghilardhi, dizendo que de fato quando esse governo assumiu dizia-se que existia o risco de explosão, mas a explosão maior era financeira. Era impossível manter o pagamento de uma usina que, mesmo produzindo, não tinha para quem vender. Não tinha contrato homologado. Tinha o PPA e foi o que gerou essa demanda judicial. Mesmo que não explodisse, teria uma bomba financeira na mão. Teria pago entre Araucária, El Paso e Petrobras, até dezembro do ano passado, um bilhão e meio de reais sem produzir um quilowatt. Aí sim teria que arcar o povo paranense. Complementou ainda mais tarde quando respondeu sobre a inauguração da Usina que não poderiam fazer festa, pois já tinham a informação que a usina não tinha mercado desde o início de 2002. Depois do racionamento o Brasil reduziu o seu consumo. Voltou ao patamar de 1998, terminou o racionamento com uma sobra de 8 mil megawatt e a Usina de araucária 500 e poucos. Chegar no mercado com 508 mil sobrando? Não tinha comprador. Disse ainda, que a inauguração foi em setembro antes da eleição, e em segundo lugar inaugurou por inaugurar, porque não tinham o que fazer com a usina.

Complementando e ratificando essa informação o depoimento do Sr. Ingo Hubert prestado em 09.05.2006, **revela que em 2001 houve a grande surpresa que foi uma queda de paradigma no Brasil, que ninguém podia prever, onde houve uma queda de consumo de 12%, ou seja, o Brasil regrediu 2 anos em consumo de energia.**

Continuando o Sr. Rubens Ghilardhi informou que hoje a Copel após consulta aos seus fornecedores, tem certeza, pela garantia dada por estes fornecedores que os dois maiores problemas que é o vazamento e a frequência da atividade serão resolvidos, e por um custo não elevado de cerca de **R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).**

E que isto tem que ser resolvido pois a pendência judicial de cerca de 1 bilhão de dólares é um risco que a Copel está tendo hoje, inclusive desestabilizando até a própria Copel, pois se ela for levantar um capital, um empréstimo hoje para uma nova invenção o risco da Copel é muito grande, é evidente que o investidor tem uma certa reação a fazer empréstimos deste tipo, encarecendo com o isto o custo de captação no mercado.

Então, como pôde ser visto este depoimento do Sr. Rubens Ghilardhi – atual presidente da Copel, foi o mais

importante e revelador que houve, pois nos fornece fortes indícios do que ocorreu em 2003. Primeiramente a usina teve que arcar com mais investimentos do que se planejava, tendo que arcar com um custo adicional de investimento dos sócios da ordem de US\$ 43 milhões de dólares a mais, o que corresponde a quase R\$ 106 milhões de reais, que este custo depois se viu poderia não ter sido necessário; existiam outros problemas técnicos a serem resolvidos que demandariam alguns meses de ajuste e mais alguns dólares, que a Copel havia assinado um contrato de Leasing ou arrendamento mercantil com cláusula de compra ao final extremamente oneroso mensalmente naquele momento, uma vez que produzisse ou não energia deveria além de arcar com os custos de funcionamento da Usina pagar um valor correspondente ao retorno dos investimentos dos sócios mais uma taxa de retorno(lucro dos sócios) de 16% ao ano, e por fim, com as mudanças no mercado de energia e nas regras do sistema o mercado estava com energia sobrando, o que impossibilitava a UEG de vender o seu produto no mercado pois novos leilões e fornecimentos de energia para o sistema brasileiro demorariam a ocorrer já que o risco de apagão desapareceu e o mercado não precisava de mais energia.

Por todos estes fatores chegamos ao ponto em que chegamos, pois de qualquer forma os pagamentos para UEG tinham que ser suspensos para não exaurir os recursos da Copel, que como visto pelos depoimentos naquele ano estaria com seu caixa fragilizado, como forma de se evitar que a Copel fosse comprometida e chegasse também à insolvência, pondo em risco também um grande patrimônio paranaense que é a Copel.

Continuando o seu depoimento o Sr. Ghilardhi informou que há interesse em transformar a usina em bi-combustível, porque de hoje até 2010 não temos mais como vender em leilão a energia que já foi completado mais o setor inteiro tem certeza que em 2008 provavelmente vai haver uma falta de energia. Que existe a impossibilidade de entrar no leilão mas tem o mercado livre que é de exclusividade de energia que pouca gente tem, e nós temos a grande possibilidade de com o bi-combustível até 2010 usar óleo, colocar essa usina em operação e vender mercadoria. Por isso temos a possibilidade de vender em 2007 e em 2008 ela pega inclusive o plano decenal de expansão do setor elétrico. A necessidade é tão grande dessa usina que, independente do acerto com o órgão de engajamento setorial, a usina estará em operação em 2008.

Segundo o Sr. Rubens Ghilardhi, em seu depoimento de 25.04.06, hoje a UEG é importante para o sistema elétrico brasileiro, ela representa 30% da necessidade de consumo do mercado hoje, que a posição da Copel atualmente não é só atender o nosso governo específico, mas também atender o sistema elétrico brasileiro.

Informou que já tem um Pré-Contrato de fornecimento com a Petrobras em 2010, e que entende que a

Petrobras está oferecendo gás brasileiro da Bacia de Campos e não da Bolívia

5. Com relação ao Procedimento Arbitral junto à Câmara de Comércio Arbitral de Paris:

Pelos documentos e pelos fatos do ocorridos no Brasil hoje com a crise envolvendo o Brasil e a Bolívia, fica claro que tais procedimentos arbitrais são comuns, o que muda é quais as Câmaras Arbitrais são utilizadas, se dos Estados Unidos, França ou das existentes no próprio Brasil.

Provavelmente as Câmaras localizadas fora dos países dos participantes trazem a vantagem de fugirem de qualquer tipo de influência dos participantes e mesmo dos judiciários locais que poderiam barrar a utilização de tais mecanismos na solução de litígios.

Quanto ao assunto esta Comissão recebeu as seguintes informações/documentos:

- que a representação arbitral foi movida pela UEG contra a Copel, por descumprimento de Contrato de Compra e Venda de Energia firmado entre ambas;
- cópias dos depoimentos prestados em inglês, estando no aguardo das versões traduzidas para o português;
- cópia traduzida da conclusão dos depoimentos efetuados no decurso do processo junto à Câmara de Comércio Internacional de Paris – CCI; (documento 17)
- em depoimento o Diretor Jurídico da Copel informa que os processos judiciais no Brasil estão suspensos aguardando a solução da presente tratativa de compra da participação da El Paso pela Copel, bem como que a Câmara já julgou o pedido da Copel questionando a competência daquele juízo arbitral tendo se dado por competente, portanto, falta apenas se definir o mérito do litígio e a definição dos valores da indenização;
- que pelas informações o valor pedido em Paris pela El Paso supera o valor de US\$ 1 bilhão de dólares;
- que pela exposição de motivos apresentada ao Projeto de Lei nº. 193/06, fica claro, ainda mais tendo em vista o teor das conclusões do presente relatório, que a Copel deverá ser condenada ao pagamento de algum valor que variará do valor dos investimentos da El Paso na UEG que hoje é de **R\$ 393.025.986,29, até o valor máximo de cerca de R\$ 2.150.000.000,00 (dois bilhões e cento e cinquenta milhões de reais), considerando uma cotação do dólar de R\$ 2,15.**

6. Com relação à Carta de Intenções firmada entre a El Paso e a Copel:

Foi apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná de Carta de Intenções sobre a aquisição do controle da UEG Araucária Ltda., pela Copel, como subsídio à tramitação do Projeto de Lei 193/06, firmada em 17.02.2006 entre a El Paso e a Copel, bem como cópia do adendo àquela carta firmado complementarmente em

26.04.2006, da qual podem ser extraídas as seguintes informações mais relevantes:

- Partes: El Paso, Copel, e Aquamarine Power Holdings L.L.C
- Prazo de Vigência: 20.05.2006
- Objeto: Compra da Participação Indireta da El Paso Energy Araucária Company na UEG pela Copel, no percentual de 60% das quotas.
- Cláusula 2.1 – As partes deverão imediatamente negociar os documentos de compra e venda apropriados (os “Contratos Definitivos”), cujas minutas iniciais serão redigidas pela “Vendedora” dos Ativos Araucária à Copel ou à Afiliada por essa designada (a “Compradora”);
- Preço de Compra dos Ativos Araucária – US\$ 190.000.000,00, em valores de 31.12.05;
- Cláusula 2.2.3- Condições para que sejam firmados os contratos definitivos:

Item II - Conclusão satisfatória, a critério da Copel, de auditoria legal e contábil na UEG e na Empreendimentos;

Item III - Aprovação do Negócio pela ANEEL e pela Assembleia Legislativa do Paraná;

• Cláusula 2.2.4- A compradora é responsável pela obtenção das pertinentes autorizações e aprovações prévias da ANEEL e da Assembleia Legislativa;

• Cláusula 3.2 – Petição conjunta escrita endereçada à Câmara do Comércio Internacional requerendo a suspensão do procedimento arbitral em curso (ICC case nº. 12656/KGA) e para a corte do Estado do Paraná para suspender todos os processos ajuizados em relação ao projeto.

7. Recomendações da Comissão de Fiscalização:

Tendo em vista o relevante interesse público envolvido, e as atribuições desta Comissão de Fiscalização no sentido de buscar através de provas, documentos e depoimentos a verdade dos fatos, e os responsáveis por quaisquer tipos de prejuízos ao erário público, e ainda considerando o grande volume de documentos, informações, depoimentos, e a urgência do assunto referente à aquisição pela Copel da UEG Araucária como forma de se evitarem mais prejuízos a esta empresa paranaense.

Por tudo isto, ressaltando o fato de que esta Comissão ainda não encerrou suas investigações e nem redigiu seu relatório final, de forma a punir os eventuais responsáveis por possíveis prejuízos ao patrimônio da Copel e do Governo Paranaense, apresentamos este Relatório Preliminar para subsidiar a tomada de decisões dos Srs. Parlamentares desta Casa e fazemos as seguintes recomendações de solicitação de esclarecimentos e documentos, como forma de que a decisão deste Parlamento seja tomada da forma mais consciente e transparente possível:

a) solicitar maiores esclarecimentos da Copel e do Governo do Estado, sobre quais serão os investimentos e os respectivos valores adicionais totais que serão dispen-

dados pela Copel, especificando cada um, conforme autoriza o artigo 2º do referido Projeto de Lei nº 193/06;

b) solicitar cópia da autorização prévia da Aneel aprovando a presente negociação de compra, conforme as condições firmadas na Carta de Intenções na cláusula 2.2.3, Item III;

c) solicitar cópia e apresentação por técnicos da Copel da auditoria legal e contábil realizada na UEG e na Empreendimentos, conforme previsto na Carta de Intenções na Cláusula 2.2.3, Item II;

d) solicitar cópia e apresentação por técnicos e advogados da Copel da Minuta dos Contratos Definitivos elaborados e aprovados pela UEG e Copel, conforme previsto na Carta de Intenções firmada na Cláusula 2.1, como forma de apreciação de seus termos e maior segurança de que com o pagamento não restará mais nenhum valor a ser pago à El Paso, às suas filias ou a terceiros a quem ela tenha cedido créditos ou direitos;

e) solicitar apresentação por técnicos da Copel de esclarecimentos, tendo em vista os fatos e depoimentos apontados neste Relatório Preliminar, quanto às estratégias que serão utilizadas para garantir o fornecimento de gás para a UEG (Pré-Contratos já firmados com a Petrobras/Compagás, etc.) e para garantir a venda da energia produzida, viabilizando assim economicamente as atividades da UEG sem fragilizar o caixa da Copel ainda mais.

Este é o Relatório

Curitiba, 22 de maio de 2006.

(a) NEIVO BERALDIN

Deputado Presidente da Comissão de Fiscalização

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 23/05/06 (terça-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 31/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Copel, ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoio:

Duílio Genari, Elza Correia, José Maria Ferreira, Pedro Ivo Ilkiv, Reni Pereira, Caíto Quintana, Francisco Bühler, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Mauro Moraes, Artagão Júnior, Nelson Justus e Carlos Simões.

REQUERIMENTO Nº 1265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 22 de maio do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização para o Secretário da Comissão de Direitos Humanos, Sr. Osni Calixto, viajar a Brasília, nos dias 30 e 31 de maio, 1 e 2 de junho de 2006, a fim de participar como debatedor a convite da coordenação da X Conferência dos Deputados.

Requer, ainda, a liberação de 4 (quatro) diárias para as despesas inerentes da viagem para este importante evento.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância da participação na X Conferência Nacional de Direitos Humanos, onde serão debatidos temas de maior importância e a colocação de nosso nome como representante do Paraná, como debatedor de um dos painéis que irá tratar sobre o tema Sistema Prisional e a Questão das Mulheres, Crianças e Adolescentes, por demais grave em nosso Estado e a necessária presença do Secretário da Comissão, como coordenador dos trabalhos, vimos solicitar a autorização para a viagem e permanência em Brasília nos quatro referidos dias, bem como a liberação das 04 (quatro) diárias para fazer frente às despesas inerentes da viagem e participação.

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 22 de maio próximo, para ser utilizado pelo Sr. Alceu Claro Chaves, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranguá.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, o uso do Grande Expediente para o dia 24 de maio de 2006, a ser utilizado pela direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do

Paraná, na pessoa do Sr. Mário Messagi Júnior o que fará o uso a palavra, representando a entidade, ocasião em que falará sobre Sistema Democrático de Rádio e TV Digital.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do Sr. João Maria Claudino, pelo falecimento ocorrido em 13 de maio do corrente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Valdira de Oliveira Claudino acerca do voto em apreço, sito à PR 281, s/n, km 12, Centro, Tijucas do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da funcionária aposentada, Sra. Maria Leal Mendes, ocorrido em 16 de maio corrente, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 16 de maio corrente, nesta Capital, aos oitenta anos de idade, a Sra. Maria Leal Mendes, que deixou viúvo o Sr. João Maria Mendes. Deixou ainda, sete filhos, seis netos e quatro bisnetos.

Dona Maria era servidora aposentada. Natural da cidade da Lapa, residia nesta Capital há cinquenta anos. Sogra do funcionário do nosso Gabinete Parlamentar, Sr. Mário Adir Jobins. O passamento de D. Maria veio entristecer profundamente seus familiares, parentes e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Maria, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Tavares Batista, 53 anos, guarda municipal, morto no dia 17/05/2006, após trocar tiros com assaltantes no Armazém da Família situado no bairro Novo, na cidade de Curitiba, deixando sua esposa e uma filha.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço: Rua Jussara nº 5112, bairro Sítio Cercado, na cidade de Curitiba, CEP: 81.920-540.

Maiores informações ligar para Guarda Municipal de Curitiba no telefone 3289-0166.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos dessa Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do agricultor Sr. Nazir Abib, ocorrido dia 21 de maio, aos 79 anos de idade, na cidade de Rio Azul, onde era agricultor e reconhecido como pioneiro e homem dos mais importantes da sociedade.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do Sr. Nazir Abib, e une-se à sociedade de Rio Azul nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Abrelino de Oliveira Capote e Ruthe Fernandes, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nosso sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Anselmo de Souza e Lurdes Trombeta de Souza, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nosso sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nelson Pugley e Lindamir Borba Pugley, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nosso sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Adão Xavier Nogueira e Laura Laezak Nogueira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nosso sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Marcos Antonio Alves e Maria Cristina Alves, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que casa um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nosso sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Corumbataí do Sul, pelo transcurso de seus 19 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Osney Picanço, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Edson Paulo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder

Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Corumbataí do Sul, estará, no próximo dia 27 de maio, comemorando a passagem de seus dezenove anos de emancipação política e, temos certeza com grande festividade.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à comunidade de Corumbataí do Sul, é que o referido Prefeito Osney, o Vice-Prefeito e Vereadores continuam dando o máximo de seus esforços para o real cumprimento dos objetivos propostos.

Histórico:

A região do atual município de Corumbataí do Sul foi imemorialmente ocupada por índios da nação Taio-bás, que foram domiciliados na redução jesuítica denominada Los Angeles. Segundo o Barão do Rio Branco em sua "Questão de Limites entre o Brasil e Argentina", estes índios pertenciam ao Grupo Tupi-Guarani e foram totalmente extintos.

Entre as famílias pioneiras de Corumbataí do Sul destacam-se as de Anderson Arruda de Souza, Manoel Picadeiro, João Gato, Pedro Trizote, Ricardo Sútio, Francisco Garcia, Antenor José Mariano, José Mariano de Castro, Melquíades Picanço e muitos outros.

Em 13 de janeiro de 1967, através da Lei Estadual nº 5.472, o Patrimônio de Corumbataí foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente ao município de Barbosa Ferraz.

Pela Lei Estadual nº 8.484, de 27 de maio de 1987, foi criado o município de Corumbataí do Sul. O território foi desmembrado do município de Barbosa Ferraz, sendo instalado no dia 01 de janeiro de 1989. O primeiro Prefeito Municipal foi o Sr. Jair Cândido de Almeida.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se às homenagens devidas a toda a população de Corumbataí do Sul na festiva data da comemoração de seus dezenove anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1264

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Reitor da UEM, bem como ao Chefe do Departamento de Educação Física, ao professor Dr. Luís Silva Santos, enviando-lhes voto de congratulações em razão do título de campeã geral dos Jogos Universitários Paranaenses.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) conquistou o título de campeã geral dos Jogos Universitários Paranaenses, somando 101 pontos, um a mais que a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve cem pontos e ficou com a segunda posição. O terceiro lugar ficou com a UEG, de Londrina, com 84 pontos.

Foram seis dias de disputas entre 28 entidades de quatorze municípios que participaram dos jogos em Guarapuava em busca da classificação para a Olimpíada Universitária em Brasília, a ser realizada de 21 a 30 de julho.

Sala das Sessões, em 22.05.06.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Mário Kiyotaka Ikeda pelos serviços prestados à Polícia Federal do Brasil.

Nascido em Assaí, no norte do Paraná, no dia 3 de março de 1945, o Sr. Mário Ikeda foi nomeado agente da Polícia Federal em dezembro de 1975. Aprovado em concurso público em novembro de 83, tornou-se delegado da Polícia Federal no mesmo ano. Sempre preocupado com a segurança da coletividade, em 1987 participou do 4º Congresso Internacional de Segurança, realizado pela Associação Brasileira de Segurança Empresarial, em São Paulo.

Durante sua carreira na Polícia Federal, foi designado para fazer a segurança do imperador e príncipes do Japão em três ocasiões. Do Imperador Akihito, quando ainda era príncipe, depois quando veio como imperador e por fim, do príncipe Naruhito, quando de suas visitas ao Brasil nas comemorações da imigração japonesa no Brasil, realizadas a cada dez anos.

O Sr. Mário Ikeda recebeu diversas homenagens em todo o país, destacando-se a medalha Ulysses Guimarães e a comenda de membro honorário da Ordem do Parlamentares do Brasil, no ano de 1997.

Pela eficácia auferida no exercício de suas funções, pela integridade demonstrada no serviço público e pela dedicação do Sr. Mário Ikeda no cumprimento do dever, peço a meus Pares, apoio para esta proposta.

Sala das Sessões, em 22.05.06.
(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR voto de louvor ao Sr. Sayed Bilal Wehbe pelo brilhante trabalho que desenvolve junto à República Libanesa como liderança religiosa naquele país.

Diante dessa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Sayed Bial Wehbe, através do gabinete Parlamentar do Deputado que subscreve o presente, nesta Casa de Leis, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 22.05.06.
(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Newton Rogério Costa. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ângelo Favoreto Neto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Sueli Galhardi.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Epaminondas Ferreira Gomes. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vasco de Almeida Martins. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tendo na presidência a Deputada Elza Correia e as Sras. Deputadas Arlete Caramês, Cida Borghetti e Luciana Rafagnin no Conselho da Frente e composto pelos Deputados membros e suplentes indicados pelas lideranças partidárias com assento na Assembléia Legislativa.

Tal solicitação, prende-se ao fato de inúmeros casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em nosso Estado, e com a formação desta Frente Parlamentar poderemos atuar através da prevenção e denúncia, identificação de sinais de maus-tratos e causas da violência.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) ELZA CORREIA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Arlete Caramês e Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Presidência da Sanepar, Dr. Stênio Salles Jacob, solicitando a construção de poço artesiano para a comunidade de Campina do Juca Pedro, município de Imbaú, tendo em vista existirem sessenta famílias carentes de fornecimento de água, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, solicitando informações

sobre o atraso no início das obras de construção da Trincheira na BR-116, ligando as comunidades de Jardim Paulista, no município de Campina Grande do Sul, e Menino Deus, em Quatro Barras, cujas placas já se encontram no local há mais de um ano.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Diretor-Presidente do Paraná Esporte, Sr. Raimundo Milton Alves de Souza, solicitando especial atenção no atendimento da solicitação do Colégio Estadual São José, de Londrina.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Procurador-Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, encaminhando cópia do e-mail e solicitando providências em relação ao assunto exposto.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Diretor-Presidente do Paraná Esporte, Sr. Raimundo Milton Alves e Souza, solicitando especial atenção no sentido de auxiliar na viabilização do projeto, entregue a este Parlamentar, por professores do Colégio São José, de Londrina.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando especial atenção no atendimento da solicitação do Colégio Estadual São José, de Londrina.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, solicitando especial atenção à solicitação do Curso União - Associação Educacional Paulo Freire, conforme Ofícios 003/06 e 004/06.

Vale ressaltar que a referida instituição é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que tem como objetivo principal a inclusão no trabalho de jovens carentes oriundos de escolas públicas, focando principalmente a preparação para o vestibular.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Exmo. Sr. Paulo Bernardo Silva, sugerindo um modelo de projeto de lei que visa beneficiar o município de Londrina, a fim de reduzir o Imposto Sobre Importação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando o retorno urgente do Policiamento Ostensivo no município de Cambé, na região dos bairros: Parque Manela, Jardim Silvino e Conjunto Santo Amaro, devido à crescente onda de violência.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando o recapeamento do trecho de aproximadamente 4 km, na PR 090, entre os municípios de Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira. Vale ressaltar que as más condições do referido trecho estão prejudicando a passagem de veículos no local.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr.

Governador Roberto Requião, solicitando informações sobre as denúncias veiculadas pela imprensa de que instituição financeira ofereceu ao próprio Governador 8% a título de comissão, como forma de obter contas de Fundo de Pensão do Estado.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade, e em especial os servidores pensionistas, precisa ser melhor informada sobre os ataques de instituições financeiras que atuam como verdadeiras quadrilhas especializadas em aliciar administradores de fundos previdenciários de Prefeituras e, principalmente, é preciso que se esclareça para a população do Paraná, sobre as denúncias feitas pelo próprio Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, sobre a investida dessas instituições sobre o Governo Estadual.

Nesse sentido, vimos propor a esta Casa que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador solicitando que ele decline do nome da instituição corruptora para que este Legislativo possa tomar as devidas providências.

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ministério Público do Trabalho, para que tome as devidas providências no sentido de apurar denúncias contra a Prefeitura Municipal de Apucarana, de que não vem efetuando regularmente os depósitos dos valores correspondentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - dos servidores municipais.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Apucarana não vem depositando regularmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos funcionários públicos daquela administração e, com isso, descumprindo a lei e prejudicando sensivelmente os funcionários que se vêem lesados em seus direitos e impossibilitados de assumir compromissos, que poderiam, com o benefício da utilização desse Fundo.

Nesse sentido, vimos propor a esta Casa que seja encaminhado expediente ao Ministério Público do Trabalho, no sentido de que investigue as denúncias e tome as devidas providências.

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Nemésio Xavier de França Filho, solicitando a construção de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Marialva.

A referida construção atenderá uma antiga reivindicação da população daquele município, em razão de não possuir qualquer tipo de atendimento nesse sentido, dependendo sempre do atendimento do Corpo de Bombeiros de Maringá, que já está bastante sobrecarregado com a falta de efetivo e viaturas para a Grande Maringá.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, Luiz Forte Neto, solicitando a construção de uma Capela Mortuária no distrito de Iguatemi, no município de Maringá.

O distrito de Iguatemi possui, atualmente, seis mil habitantes, que quando da necessidade de velar os seus mortos, fazem nas residências por inexistência de um local apropriado.

Os velórios eram realizados no salão paroquial da Igreja Matriz local, o que não pode ser feito, pois, nesse salão estão sendo desenvolvidas outras atividades sociais da comunidade.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações quanto ao andamento do Protocolo nº 8.650.840-0, na referida secretaria, conforme informações contidas em e-mail.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, o envio de informações de estimativa do impacto financeiro na isenção da taxa do Funrespol - Fundo Especial e Reequipamento Policial dos clubes de terceira idade, conforme Projeto de Lei nº 501/05 de minha autoria.

Outrossim segue anexo, cópia Projeto de Lei nº 501/05 e as devidas considerações da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente a Exma. Sra. Secretária da Administração, Marta Lunardon, solicitando informações a respeito das condições de trabalho dos servidores públicos estaduais expostos a condições insalubres e perigosas em seus locais de trabalho, referente ao período de 1998 e 2005, inclusive:

- número de acidentes de trabalho típicos e a eles equiparados notificados, especificando a natureza do acidente, a Secretaria em que estão lotados os servidores acidentados, cargos ocupados pelos mesmos;
- número de doenças relacionadas ao trabalho, notificadas no período 1998-2005, especificando tipo da doença, a Secretaria em que estão lotados os servidores acidentados, cargos ocupados pelos mesmos;
- dos servidores acidentados ou acometidos de doenças relacionadas ao trabalho, informar quantos foram readaptados e aposentados por invalidez;
- informar o número de dias de Licença para Tratamento de Saúde de servidores públicos estaduais, ano a ano, entre 1998 e 2005, considerando a totalidade de servidores. Qual o impacto financeiro?

Ainda sobre as licenças para tratamento da própria saúde, informar as causas preponderantes dos afastamentos, indicando as secretarias e órgãos de lotação dos servidores afastados:

- informar o número de servidores que se encontram afastados de suas atividades regulares em razão de problemas de saúde relacionados ao trabalho, em decorrência de acidentes de trabalho ou agravamento de doenças em razão do trabalho;
- se o Estado do Paraná tem realizado a conversão do tempo especial em tempo comum e vice-versa, no caso daqueles servidores estatutários que trabalham em ambientes insalubres. Em caso de resposta negativa, qual o fundamento legal?

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Quanto à matéria objeto deste pedido deve-se ressaltar que a saúde dos trabalhadores do serviço público estadual tem sido objeto de constante preocupação do nosso mandato.

De posse das informações supra poderemos propor medidas preventivas e curativas com vistas a melhorar a saúde dos servidores estaduais, assim como a eficiência do serviço público estadual.

REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando a recuperação da ponte que liga o município de Santa Cecília do Pavão à localidade rural conhecida como Pau D'Alho.

Vale ressaltar que a má condição desta ponte está impedindo o tráfego de veículos.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos trabalhadores da Rodoferroviária, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo no local. Ultimamente vêm ocorrendo muitos assaltos, inclusive com arma de fogo. Dias atrás, uma pessoa foi baleada na frente da Rodoferroviária e os usuários e trabalhadores estão apavorados com a situação crítica local.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender o pedido da Sra. Rita de Cássia Costa Batista, residente à Rua Manoel Torquato da Rocha Reis, nº 199 - Jardim Planalto - Bairro Costeira - município de Araucária, que pede, em regime de urgência, providên-

cias quanto a um poste existente em frente à sua residência.

A lâmpada encontra-se queimada e foi pedido a troca da mesma para a Prefeitura, porém os funcionários estiveram no local e afirmaram que é o poste que necessita ser trocado devido estar condenado.

Face ao exposto, a Sra. Rita faz tal reivindicação. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9117-9519.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Terezinha de Jesus Gonçalves, residente à Rua José Vicente Gowatiski, nº 196 - Bairro Jardim Paraíso - município de Almirante Tamandaré, que pede, em regime de urgência, o desentupimento da rede de esgoto da rua em que reside. Afirma a Sra. Terezinha que o entupimento está causando refluxo no banheiro de sua residência.

A situação é crítica, motivo pelo qual ela pede agilização no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3699-3172 (recados com sua vizinha).

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 273/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais, postos de saúde, unidades básicas e estabelecimentos de serviços funerários, públicos ou privados, do Estado do Paraná, obrigados a afixar, em local bem visível e de fácil acesso, orientações sobre o Seguro DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres), criado pela Lei nº 6.194, de 1974, que tem como objetivo amparar as vítimas de acidentes envolvendo veículos em todo o território nacional.

§ 1º As orientações devem conter os itens constantes dos Anexos I e II desta lei e, ainda, de forma destacada, os seguintes dizeres: "A indenização do Seguro DPVAT poderá ser requerida pela própria vítima do acidente ou por seus beneficiários".

§ 2º A placa ou cartaz contendo as informações deverá atender a metragem mínima de 30cm x 21cm.

Art. 2º A falta da afixação implicará em multa de 300 UFIR (Unidade Fiscal de Referência) ao infrator.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da propositura é de alertar às vítimas de acidentes de trânsito sobre seus direitos legais. É muito comum pessoas serem acidentadas e não procurar receber, ou mesmo um ressarcimento por danos causados à sua pessoa. Com a aplicação da lei, os próprios familiares ficarão alertados para reivindicar os benefícios criados pelo seguro e a afixação do aviso; em locais onde são socorridas as vítimas de trânsito é a melhor forma de alerta.

Anexo I

“A indenização do Seguro DPVAT poderá ser requerida pela própria vítima do acidente ou por seus beneficiários”.

Para receber o seguro, devem ser apresentados os seguintes documentos:

No Caso de Morte:

a) certidão de ocorrência policial sobre o acidente (BO);

b) certidão de óbito;

c) comprovação da qualidade de beneficiário.

No Caso de Invalidez Permanente:

a) certidão de ocorrência policial sobre o acidente (BO);

b) relatório médico, atestando o tipo e grau definitivo de invalidez.

No Caso de Despesas Médicas e Suplementares:

a) certidão de ocorrência policial sobre o acidente (BO);

b) comprovação dos gastos médicos, hospitalares ou ambulatoriais (recibos);

c) relatório médico, discriminando o tratamento e alta definitiva.

Observações:

1 - procure uma das companhias de seguros associadas à Fenaseg (Federação Nacional dos Seguros Privados e Capitalização).

2 - o prazo para requerer o DPVAT é de 20 (vinte) anos.

3 - as indenizações são pagas individualmente, não importando quantas vítimas o acidente tenha causado.

Anexo II

Tabela dos Valores do DPVAT

Tipo de Ocorrência - Valor da Indenização

Morte - Em caso de acidente que resulte em morte da vítima, a indenização será R\$, paga aos beneficiários desta.

Invalidez Permanente - Em caso de acidente que cause invalidez permanente à vítima, a indenização,

desde que seja comprovado como definitivo o caráter de invalidez, será de R\$ A quantia será apurada de acordo com tabela para cálculo de indenização por invalidez permanente, tendo como limite máximo o valor previsto para esta cobertura.

Despesas de Assistência Médica e Suplementares - A vítima de acidente de trânsito será reembolsada de despesas com assistência médica, hospitalar, com fisioterapia etc.; desde que devidamente comprovadas, tendo como limite máximo o valor previsto para esta cobertura.

PROJETO DE LEI Nº 274/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas e cigarros deverão ter afixados em seus interiores e em locais visíveis, cartazes com advertência de proibição de venda para menores de dezoito anos.

§ 1º Do cartaz deverão constar as expressões:

a) “É proibido a venda e o consumo de bebidas alcoólicas e cigarros a menores de 18 anos”.

b) O número do telefone do Disk Denúncia da Polícia Militar.

Art. 2º A falta da afixação de cartazes previstos no artigo 1º implicará em multa de 300 UFIR (unidade Fiscal de Referência) ao estabelecimento infrator.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O contato com o cigarro e bebidas alcoólicas está atingindo cada vez mais cedo os jovens. Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que 80,5% dos adolescentes brasileiros já consumiram álcool e 28% já tragaram um cigarro.

Apesar de a venda de cigarros e bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos ser proibida por lei, a dificuldade para comprar os produtos é praticamente inexistente. A associação das duas drogas lícitas é uma constante entre grande parte dos adolescentes e jovens.

Dos que começam a fumar tão cedo, apenas 20 ou 30% escapam da dependência. O tabagismo é responsável por 30% das mortes por câncer no pulmão. O tabaco, porém, é a segunda droga mais usada na adolescência, perdendo para o álcool.

Diferente do cigarro, entre os adolescentes que experimentam a bebida alcoólica, menos de 20% vai tornar-se dependente. A possibilidade do uso social tem feito com que pais tenham inclusive, uma postura mais aberta em relação ao álcool.

Um dependente de álcool, geralmente sofre de transtornos mentais, além de doenças como a cirrose hepática. Nós últimos cinco anos, 39.255 jovens acima de quinze anos foram internados e 3.626 morreram por problemas causados por bebidas alcoólicas, conforme dados do Ministério da Saúde.

Por isso, apresento este projeto a fim de tentar diminuir a inserção destes males à saúde da nossa juventude e assim evitar a dor futura nos familiares.

PROJETO DE LEI Nº 275/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que passam a vigor com a seguinte redação:

§ 5º Para efeito do disposto na parte final prevista no inciso III do parágrafo 2º deste artigo, é condição para tanto que eventual e posterior alienação do veículo, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância essa que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.

§ 6º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 5º deste artigo, ensejará a cobrança do estabelecimento adquirente do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso IV deste artigo e aquela tratada na alínea “o” do inciso II deste artigo, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 7º O disposto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo aplica-se a veículos automóveis de passageiros, classificados nos códigos NBM/SH 87.03, e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5t, classificados nos códigos NBM/SH 87.04, e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.”

Art. 2º Em relação aos créditos tributários não pagos na época própria, inclusive os decorrentes de multas, a aplicação dos juros, tomando-se por base a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, afasta a cumulação de qualquer índice de correção monetária.

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se ao estoque dos créditos tributários existente.

Art. 3º Fica assegurado ao contribuinte do ICMS o direito de crédito sobre insumos utilizados no transporte de carga, inclusive própria.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1º, em alterando os parágrafos indigitados do artigo 14, da Lei nº 11.580-96, visa a adequar o tempo mínimo de permanência no ativo permanente dos veículos automóveis e (ou) comerciais leves, adquiridos com o propósito de locação, reduzindo-o de quinze para doze meses, conforme consenso manifestado pelos representantes dos segmentos econômicos que atuam no ramo (parágrafo 5º); a corrigir remissão incorreta (alínea “o” do inciso II) da versão original (parágrafo 6º); e a fazer incidir a norma apenas para operações com automóveis e veículos comerciais leves.

O artigo 2º objetiva pôr a legislação interna do Paraná em linha com dispositivo já há tempo incorporado na legislação federal, que suprimiu a acumulação de incidência de correção monetária - indexada à variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR) - com a taxa Selic na exigência de seus créditos tributários, em razão de que os efeitos de atualização de moeda estão integrados a esta taxa referencial.

O artigo 3º tem o condão de assegurar ao contribuinte que realize operações com mercadorias transportadas em veículos próprios a utilização de créditos de ICMS pagos na aquisição dos insumos correspondentes, sem a necessidade de organizar empresa exclusivamente prestadora de serviços de transporte para dispor de tal direito.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 276/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Lei nº 14.528 de 10.11.04, que instituiu o dia “25 de novembro” como o “Dia do Doador de Sangue” fica acrescida do “artigo 4º” alterando-se o artigo 3º com a seguinte redação.

...

Art. 3º A pessoa que formalmente comprovar a sua condição de doador regular de sangue terá passe livre nos ônibus urbanos qualquer que seja o seu trajeto e finalidade, no dia instituído por essa lei como o “Dia do Doador de Sangue”, bastando tão somente apresentar sua carteira de doador devidamente atualizada.

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º para 4º com a mesma redação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Não existe substituto para o sangue. O Brasil necessita diariamente de 5.500 bolsas de sangue¹. A doação de sangue é ato voluntário e altruísta. Nos últimos dez anos, com a facilidade de informação pela mídia falada e escrita e com a multiplicação de campanhas, aumentou muito o número de doadores espontâneos.

“As novas gerações precisam estar conscientes do seu papel na sociedade e ter a doação de sangue como um exercício de cidadania.”

É essencial que as pessoas saudáveis façam da doação de sangue uma ato voluntário e contínuo². A doação de sangue é caracterizada por um ato de solidariedade, uma ação voluntária e consciente com a finalidade de salvar vidas.

Existe consistente legislação regulamentando a atividade de coleta de sangue encimada pela Constituição Federal em seu artigo 199, parágrafo 4º. A Lei nº 1075 de 27 de março de 1950 dispõe sobre a doação voluntária de sangue e preconiza em seu artigo 1º que “será consignada com louvor na folha de serviço de militar, de funcionário público civil ou de servidor de autarquia, a doação voluntária de sangue, feita a banco mantido por organismos de serviço estatal ou para-estatal, devidamente comprovada por estado oficial da instituição” e, no artigo 2º corroborando com essa mesma dinâmica diz que, “Será dispensado do ponto, no dia da doação de sangue, o funcionário público civil, de autarquia ou militar, que comprovar sua contribuição para tais bancos” e “O doador voluntário, que não for servidor civil ou militar, nem de autarquia, será incluído, em igualdade de condições exigidas em lei, entre os que prestam serviços relevantes à sociedade e à Pátria. O Decreto-Lei nº 229 de 28.02.67, que alterou o artigo 473 da Consolidação das Leis Trabalhistas incluindo o inciso IV do seguinte ato preleciona: “O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário, por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada”.

Ainda a Lei nº 4.701 de 28.06.65 que “Dispõe sobre o exercício homoterápico no Brasil” preleciona em seu artigo 2º, item 2, que “constituem bases dessa política o primado da doação voluntária de sangue” e em seu artigo 6º, itens 8 e 9 consigna que “Compete à Comissão Nacional de Hemoterapia o incentivo à doação voluntária de sangue considerada dever cívico-social, bem como o incentivo ao auxílio a organizações que promovam o alívio e a utilização de doadores, voluntários e as que forneçam sangue para transfusão gratuita”.

1.<http://www.filantropia.org>

2.<http://ronet.com.br>

Corroborando com a magnanimidade do gesto, altruísta de cada voluntário é justo que se premie como incentivo aos doadores o benefício da gratuidade no transporte coletivo no dia alusivo dos doadores, dia este já instituído por Lei Estadual nº 14.528 de 10.11.04, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins.

PROJETO DE LEI Nº 277/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Terceira Idade de Guaíra é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, em que o público alvo, como o próprio nome diz, são os idosos.

Fundada em 23 de outubro de 2004, na cidade de Guaíra, a entidade tem por finalidade, assegurar o atendimento às necessidades básicas do idoso, bem como criar condições para o exercício pleno de sua cidadania; buscar e incentivar formas eficazes de atendimento às necessidades que possibilitem a efetiva participação social dos idosos; estimular a integração do idoso à família e à comunidade; combater a discriminação e marginalização por que passam as pessoas da terceira idade; incrementar lazer e recreação, dentre outras atividades realizadas pela Associação da Terceira Idade de Guaíra.

Para a consecução de seu objetivo social, a Associação da Terceira Idade de Guaíra promove bailes, matins dançantes, viagens, palestras sobre aposentadoria; palestras sobre a saúde dos idosos, festas juninas, entre outras atividades que buscam a promoção social e o bem-estar dos idosos.

Dessa forma, esperamos o devido apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização em favor da comunidade, especialmente em favor dos idosos, que muitas vezes são esquecidos pela nossa sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 278/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Sales, os lotes de terras urbanos de nº 05, da quadra nº 136 e de

nº 04 da quadra nº 86, com benfeitorias, ambos situados na Planta Geral do município de Moreira Sales.

Art. 2º As áreas em questão deverão ser utilizadas, exclusivamente, para a construção de uma capela mortuária e de uma escola de aprendizes adolescentes no ramo de artesanato, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei autorizando o Poder Executivo a doar à Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Sales, os lotes de terras urbanos de nº 05, da quadra nº 136 e de nº 04, da quadra nº 86, com benfeitorias, ambos situados na Planta Geral do município de Moreira Sales.

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Sales é uma entidade declarada de Utilidade Pública, sem fins lucrativos. Objetiva, com a doação dos referidos lotes, construir uma capela mortuária e uma escola de aprendizes adolescentes no ramo de artesanato, que irá beneficiar toda a comunidade do município de Moreira Sales e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 279/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Toda uva fina de mesa produzida no território do Estado do Paraná, deverá ser fiscalizada pela Vigilância Sanitária Estadual e Municipal impedindo que esta seja colocada no mercado consumidor com grau Brix, inferior a 13 (treze), quesito este que define o sabor e o teor de açúcar.

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á em razão de que os frutos com grau fora das condições previstas têm dificuldades na comercialização da fruta junto ao consumidor, resultando num quadro de preços baixos, o que gera problemas no setor.

Art. 2º A Vigilância Sanitária Estadual e Municipal quando em serviço far-se-á acompanhar de um técnico da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretarias Municipais de Agricultura e/ou da Emater, podendo ter acesso às videiras, barracões das zonas

urbana e rural, bem como a veículos que transportam o fruto.

Art. 3º No momento em que a fiscalização detectar os produtos impróprios - abaixo do estabelecido - deverá a Vigilância Sanitária lavrar o auto de infração, encaminhando os autos para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento para que sejam tomadas medidas cabíveis.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A cadeia produtiva de Uva Fina de Mesa do Estado do Paraná, vem enfrentando sérias dificuldades na comercialização.

Todas as uvas contêm açúcar (glicose ou dextrose) em quantidades que variam conforme a espécie.

No caso da Uva Fina de Mesa o grau “Brix”, que determina o teor de açúcar, e que define o sabor, deverá ter o grau treze (13), mínimo exigido pelo órgão de controle nacional para que seja colocado no mercado.

No entanto, vários produtores têm comercializado o produto abaixo de treze, comprometendo a qualidade do nosso produto que é vendido não só no Estado do Paraná, mas em todo o território nacional. Como o índice de competitividade é grande, nestes momentos de globalização faz-se necessário a fiscalização e o rigor, por parte da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando garantir a qualidade do produto produzido e consumido no Estado do Paraná.

Uma legislação de nível estadual vai oferecer mais segurança aos municípios produtores de uva, bem como oferecer instrumentos legais para que as Secretarias Municipais de controle da agricultura, meio ambiente e abastecimento, possam agir com mais eficácia e segurança no controle da venda dos produtos com teor de açúcar “Brix” abaixo do permitido.

Desta forma, vimos solicitar dos nobres companheiros Parlamentares, o devido apoio para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 280/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Cruzeiro do Oeste o imóvel situado à Avenida Brasil, naquele município, registrado no Registro de

Imóveis sob a matrícula nº 7715, datado de 08 de janeiro de 1996.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel mencionado, que era utilizado pelo Comércio de Café e Cereais G.V. Ltda., encontra-se abandonado, em precário estado de conservação.

A administração do município já recebeu intimação do Ministério Público para que tome providências com relação à saúde pública, uma vez que o prédio está começando a ser utilizado por moradores de rua, além de ser utilizado como depósito de lixo.

Em nome da preservação do patrimônio público e da população do município de Cruzeiro do Oeste, esta pauta merece a atenção e a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 281/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Cruzeiro do Oeste o imóvel situado à Rua Leopoldo José de Souza, naquele município, transcrito no Registro de Imóveis sob o nº 14.321, datado de 31 de outubro de 1968.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel mencionado, de propriedade do Estado do Paraná, era a antiga sede da Receita Estadual. Estando abandonado e em precárias condições, foi recuperado com recursos do município e está sendo utilizado, agora, como sede da Secretaria Municipal de Agricultura, além de sediar alguns projetos sociais.

Em nome da preservação do patrimônio público e da população do município de Cruzeiro do Oeste, esta pauta merece a atenção e a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 282/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Dr. Antônio Fernando Barros e Silva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear, com o título de Cidadania Honorária, o atual Procurador-Geral da República do Brasil, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva.

Como bem demonstra o belíssimo *Curriculum Vitae*, o Dr. Fernando Barros e Silva, que se formou na nossa Universidade Federal do Paraná, na turma 1967/71, tornou-se um ardoroso defensor das causas paranaenses, além do magnífico trabalho que o homenageado vem realizando como Procurador-Geral da República.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário destinado ao Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ocupamos esta tribuna no dia de hoje, e eu até gostaria da presença do Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva, do Deputado Caíto, porque vou me referir à notícia que chegam aos jornais através da palavra desses Deputados.

Ambos os Deputados foram aos jornais dizer que Rubens Bueno e o PPS, estavam “vestindo a carapuça” de algo que apenas havia sido insinuado. Não é verdade! Não é verdade. Porque quem assistiu na TV Educativa - aliás, TV que acho que esta Assembléia tem que cada vez mais questionar quanto ao seu uso, uma vez que virou uma tribuna eleitoral ao invés de ser uma televisão educativa e informativa - o Sr. Governador referiu-se, sim, ao nome de pessoas.

A partir do momento em que fizemos um pedido de informações, através da Mesa desta Assembléia, a partir do momento em que a parte ofendida foi à Justiça requerer provas e requerer a ouvida das pessoas a respeito daquilo que o Sr. Governador disse, passou-se a uma nova estratégia: a de dizer que nada havia sido dito.

Nós, do Paraná, já estávamos acostumados a isto. Já vimos o caso de Ferreirinha. Vemos todos os dias, o Sr. Governador agredir classes de trabalhadores, classes produtoras, representantes municipais, agredir Vereadores.

Mas, sempre que cobrado, passa-se a esta política do “disse, mas não disse muito”, “disse, mas não era isto o que eu queria dizer”. Disse, mas não consegue provar e

não consegue, de forma alguma, fazer valer aquilo que fala.

E isto, para nós, é uma surpresa, porque me lembro que um dos slogans do Governador era justamente “fala e faz”. Mas, se ele fala e não vale o que ele fala, tampouco faz. Tampouco faz e é o que muitos dizem: ao desligar-se a televisão, acabou o governo, porque só existe o governo da propaganda.

Espantei-me por ver declarações nos jornais por parte dos Deputados, dizendo que o Governador não teria dito nada daquilo. Ou eles não estavam na “escolinha”, aonde o Governador efetivamente disse ou não assistiam à TV Educativa, que deveriam assistir. Parece-me que mais uma vez estamos vivendo um momento de magia no Estado do Paraná. O Governador fala as coisas, não consegue honrar o que diz - e isto é muito feio para um homem - e passa a esconder as suas palavras, a dizer que não falou, que nada foi dito, porque quando foram procurar o caso descobriram que não era como o Governador afirmava, de uma terceira pessoa de fora do Governo, mas, sim, de alguém de dentro do Governo, que intermediava contatos.

Achamos que este é um problema do Governo, e ele não pode envolver o nome do PPS, tampouco o nome do companheiro Rubens Bueno.

Se ele sente que a cada dia que passa a sua rejeição aumenta, a sua dificuldade de eleição piora, se ele sente que a cada momento está difícil de manter o seu reinado no Estado do Paraná, que vá fazer política, vá fazer a boa política, vá fazer as obras que este Estado precisa e que ele tanto prometeu, vá cumprir com o seu mandato de Governador, mas não tente se utilizar da palavra, como tem feito, para desacatar, como eu disse, a classe produtora, órgão de classes de trabalhadores, cidades, municípios, enfim, não venha desacatar aqueles que lhe fazem frente e que não se intimidam com a sua presença.

Eu vou deixar o Horário da Liderança para usar depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de deixar aqui registrado a minha defesa para o Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Londrina, Dr. Alvino Aparecido Filho, que foi agredido de forma covarde pelo Sr. Governador Roberto Requião na semana passada, num evento público realizado na cidade de Londrina. Dr. Alvino nada mais fez do que abordar educadamente o Governador Roberto Requião, e entregar a ele uma série de reivindicações após um amplo estudo envolvendo mais de trinta entidades de Londrina que apontaram alguns

caminhos alternativos para se combater a onda crescente de violência em nossa cidade, e o Governador, de forma destemperada, quando foi convidado pelo Dr. Alvino para andar um pouco pelas ruas da cidade, para sentir como estava a principal cidade do interior do Paraná, usou o microfone para colocar toda a sua ira para fora num evento com a presença de centenas de pessoas.

Não podemos, mais uma vez, aceitar calados essa agressão que o Governador faz contra um londrinense, um homem que foi Presidente - até pouco tempo - do Conselho Deliberativo do Londrina Esporte Clube, que foi também Presidente do Conselho Deliberativo do Londrina Country Clube, um homem sério, um advogado próspero, um londrinense legítimo, um pé vermelho que orgulha a nossa cidade, que não é filiado a nenhum partido político, e de repente tem colocado em jornais, em emissoras de rádio e de televisão essas colocações feitas pelo Governador do Estado do Paraná contra um Presidente do Conselho de Segurança da cidade que passa por uma onda de violência exacerbada, e que gostaria apenas de colaborar com aquele que têm a função de zelar pela segurança dos paranaenses. E os termos utilizados pelo Governador, de extremo mau gosto, dizendo que se tratava de um personagem, chamou-o de Cantinflas, chamou-o de Hitler, de pilantra, agredindo, não apenas o Dr. Alvino, mas toda a sociedade londrinense.

Gostaria de pedir ao Governador para que quando fosse a Londrina desarmasse o seu espírito, que fosse como mandatário do Estado. Londrina sempre o tratou bem em respeito ao cargo que ele enverga.

Não podemos admitir outro ataque histórico do Governador contra um londrinense. Quando torceu o dedo do repórter Fábio Silveira do Jornal de Londrina; quando xingou os professores universitários que faziam um movimento reivindicatório, visando também a melhoria da qualidade da educação na Universidade Estadual de Londrina.

E agora, novamente, ataca uma instituição, uma cidade. Não podemos admitir.

Faço essa defesa na tarde de hoje de forma pública aqui na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E o meu desagravo aqui em defesa dessa figura impoluta, desse homem sério, competente que é o Dr. Alvino Aparecido Filho.

Repito aqui, não tem nenhuma ligação partidária com quem quer que seja, nem filiado a partido político e merece todo o nosso respeito. Chamar de pilantra, de Hitler um homem da estirpe do Dr. Alvino é mais uma das sandices daquele que nos governa, infelizmente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava ouvindo o pronunciamento do Deputado Marcos Isfer e tamanha indignação que toma conta da Oposição e do povo do Paraná, com relação às palavras e as acusações que partem do governante maior deste Estado, o Governador Roberto Requião.

O Deputado Marcos Isfer, defendendo o jovem advogado Rubens Bueno 2º, que foi acusado de estar envolvido numa máfia, que cobra 8% ou ganha 8% a mais do que deveria ganhar e repassar esse dinheiro para prefeitos, vereadores de todo Estado do Paraná.

Gostaria de levar ao conhecimento da Assembléia Legislativa que o Prefeito de Apucarana, aliado ao Governador Roberto Requião, contratou um advogado - Dr. Francisco Andreoli - pelo valor de 650 mil reais, para prestar serviços ao município de Apucarana. Que tem um corpo de advogados, com mais de dez membros, que participaram da Procuradoria do município. Mesmo assim o Prefeito contratou esse Francisco Andreoli, que é irmão do Prefeito de Campina da Lagoa e de Roncador. Esse advogado é também engenheiro civil. E foi artífice de uma corrupção muito grande no município de Campina da Lagoa e Roncador. E foi objeto de uma reportagem no "Fantástico".

Entramos com um pedido de providência ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a auditoria feita constatou mais, Deputado Marcos Isfer: além de ter feito um contrato ilegal com o município de Apucarana, nem os 27,5% de imposto de renda foi pago. Então, deu crime de sonegação fiscal. Também não prestou o serviço que deveria prestar e fizeram os contratos aditivos que chegam perto de dois milhões de reais.

Esse advogado, por ser aliado, certamente, do Governador e do Prefeito de Apucarana, não são denunciados por ele, mas ele quer denunciar o filho do Rubens Bueno, não por ser o advogado Rubens Bueno Segundo, mas por ser filho daquele que vai ser seu concorrente. Ele já quer ir desacreditando o seu adversário imputando a ele coisas que não lhe cabem e não lhe devem para chegar na eleição e pegar já "um burro cansado", que é coisa que ele gosta.

Estou encaminhando, então, um pedido de informação para ser votado, aqui na Casa, querendo que o Governador do Paraná esclareça à Assembléia Legislativa e ao povo do Paraná qual o Banco que lhe ofereceu 8% de propina, porque está colocando em suspeita todos os bancos e precisamos saber, exatamente, qual é o Banco que ofereceu e que liberdade teria esse Diretor de Banco para levar uma proposta dessas ao Sr. Governador do Paraná. Fico estarecido com essa informação.

Está aqui o Jornal Hora H, de hoje, onde o Sr. Sorachuk comenta esses fatos. Diante disso, queremos que o Governador nos informe exatamente qual é o

Banco que lhe ofereceu a propina, porque ele, porque ele disse que tinha uma proposta de um Banco. Ele precisa vir à rua e esclarecer ao povo do Paraná e a esta Assembléia qual foi o Banco e por que esse banco tomou essa liberdade com ele. Alguma coisa de estranho tem essa conversa! Precisamos ser esclarecidos. Portanto, está aí o meu pedido de informação ao Governador Roberto Requião para que informe, em tempo recorde, a esta Assembléia, qual foi o Banco.

Deputado Marcos Isfer, V. Exa. falou do Ferreirinha, que mais uma fraude pode vir aí nas eleições. Acho que nesta eleição não corremos o risco de termos um Ferreirinha pela frente.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente desta Sessão está reservado, a pedido do Deputado Waldir Leite, à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, cujo Presidente é nosso amigo companheiro Alceu Claro Chaves, que terá agora a palavra.

Sr. Alceu Claro Chaves - Presidente

O SR. ALCEU CLARO CHAVES

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Primeiramente, queremos agradecer ao Deputado Estadual Waldir Leite e a gentileza do Sr. Presidente para que a Associação Comercial de Paranaguá pudesse vir apresentar a situação que se encontra o nosso município de Paranaguá.

(Inicia apresentação de transparência em anexo)

(Lê):

"Carta Aberta em defesa de Paranaguá

A Cidade/Porto de Paranaguá atravessa uma crise sem precedentes.

Desde os primórdios, as atividades portuárias têm sido a mola propulsora do desenvolvimento econômico e social de Paranaguá. Não há como dissociar a economia do município das atividades portuárias.

Assim é que, preocupados com a estagnação, redução e até a paralisação de algumas atividades econômicas no Município, as diversas Câmaras Setoriais da ACIAP foram buscar dados para compor um quadro real de Paranaguá nos seus mais diversos aspectos, abrangendo desde a ausência de investimentos públicos até o desempenho e as dificuldades encontradas pelos usuários do porto de Paranaguá no desenvolvimento de suas atividades.

Os números levantados são preocupantes:

- A falta de aplicação por parte da autoridade portuária dos recursos próprios, existentes em caixa, para a dragagem do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, além da perda da dotação que constava do orçamento da União para a construção do Cais Oeste, soma-se à total inércia na busca de investimentos federais.

A quase totalidade dos portos brasileiros, através da Agenda Portos, recebeu recursos entre R\$ 5.000.000,00 (Aratu) e R\$ 89.000.000,00 (Santos). Nossos maiores concorrentes, os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, receberam da Agenda dos Portos, respectivamente, investimentos da ordem de R\$ 47.300.000,00 e 33.240.000,00.

A total ausência de investimentos próprios ou federais no porto de Paranaguá terá grande impacto negativo no seu desenvolvimento.

- A evolução da exportação de soja em grãos, num comparativo entre 2004 e 2005, apresentou um crescimento pífio de 1,4% (5.120.940 para 5.192.716=+71.776 toneladas), enquanto que nossos concorrentes diretos apresentaram crescimento substancial:

Porto de Santos (SP) teve um incremento de 32,55% (5.655.898 para 7.496.999=+ 1.841.103 toneladas) e São Francisco do Sul (SC) um crescimento de 116,94% (1.163.087 para 2.523.233=+ 1.360.146 toneladas).

Com certeza, a restrição à movimentação de transgênicos no porto de Paranaguá teve enorme influência nesses resultados.

- Comparando o primeiro trimestre deste ano (2006) com idêntico período do ano anterior, o valor (com encargos) do pagamento efetuado aos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) pelo OGMO teve, respectivamente, uma queda de 14,14% (R\$1.191.378,00 em janeiro), 10,44% (R\$ 732.008,00 em fevereiro) e 24,54% (R\$ 1.930.414,00 em março), totalizando R\$ 3.853.800,00 de renda a menor injetada na economia do município.

- Em 2005, os 30 maiores municípios do Paraná apresentaram crescimento médio de 4,56% no nível de emprego, enquanto Paranaguá teve variação negativa de 2,33%, ou seja, deixaram de existir 656 postos de trabalho.

- Todos esses aspectos têm grande reflexo nos demais segmentos econômicos desta cidade/porto, como é o caso das consultas ao SCPC que representam as transações comerciais do varejo, que neste primeiro trimestre de 2006, comparado com igual período de 2005, apresentou uma queda de 25%.

Mesmo levando em consideração as naturais dificuldades do comércio exterior, com as quais a comunidade portuária sabe lidar, apesar dos pesares, não podemos deixar de apontar a falta de diálogo e entrosamento com a autoridade portuária, como o principal fator de preocupação.

O diálogo, a cooperação, o entendimento e as parcerias em busca dos objetivos comuns, entre a comunidade e a autoridade portuária, era um fato altamente positivo, normal, tranqüilo e corriqueiro até 2002.

A partir de 2003, foi implantada uma situação de conflito permanente; chegando a ponto de a comunidade portuária ser menosprezada e até agredida pelo dirigente maior do Porto de Paranaguá.

As determinações esdrúxulas a respeito das atividades portuárias, sem consulta às áreas alcançadas por essas medidas, a desobediência às normas da Delegação, à legislação e as decisões judiciais, e o enfrentamento do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, vem trazendo intranqüilidade e prejuízos ao porto de Paranaguá, que vê a fuga de cargas - notadamente as de grãos - para os portos concorrentes.

Assim, detalhadamente, através dos quadros anexos, apresentamos os dados levantados e nossos comentários para a recuperação das posições de destaque que sempre fizeram o orgulho do nosso porto - e que desejamos resgatar:

O objetivo desta "Carta Aberta em Defesa de Paranaguá" é conclamar autoridades federais, estaduais e municipais, empresários e trabalhadores, entidades de classe e sindicatos para, juntos, buscarmos soluções para que Paranaguá retome a dinâmica da sua atividade econômica principal que, por fim, mobiliza todos os demais setores da economia local.

Nosso objetivo com esta iniciativa é:

1ª - A criação de um fórum permanente para acompanhamento da observância das normas governamentais da delegação pela autoridade portuária, definidas pelo Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e do Conselho de Autoridade Portuária, entre outros organismos, denunciando e tomando iniciativas cabíveis sempre que necessário;

2º - Intensificar ações para a melhoria no relacionamento com a autoridade portuária, visando à busca de soluções legais e técnicas que atendam às aspirações da comunidade portuária; e,

3º - Apelar para que as representações do Paraná no Senado e Câmara Federal, bem como a Assembléia Legislativa, dispensem maior atenção e cuidados para com o Porto de Paranaguá, não só na busca dos investimentos necessários mas, especialmente, no acompanhamento da gestão portuária.

A Cidade/Porto de Paranaguá conta com a ação e interferência de todos na busca de soluções para os problemas apontados.

Paranaguá, 12 de maio de 2006.

(a) ALCEU CLARO CHAVES

Presidente

Agora faremos a apresentação dos quadros estatísticos que fizemos o levantamento.

Os portos brasileiros, através da Agenda Portos, receberam recursos de cinco milhões, que vão até oitenta

e nove milhões, que é o caso de Aratu na Bahia e Santos em São Paulo.

Só para V. Exas. tomarem conhecimento, vamos pegar como parâmetro os portos de Santa Catarina, Itajaí e São Francisco, recebendo oitenta milhões e quinhentos mil reais; o Porto de Santos, oitenta e nove milhões de reais e Paranaguá não recebeu nenhum investimento do Governo Federal.

A evolução da exportação de soja em grãos e a restrição de movimentação de transgênicos no Porto de Paranaguá: pegamos o número de veículos que trafegaram no ano de 2003, 2004 e 2005 na cidade de Paranaguá, destinados ao Porto de Paranaguá. Em 2003, 313.089 caminhões. Em 2004, 260.504 - já houve uma redução de 52.500 caminhões. Em 2005 a redução foi ainda maior e caiu para 175.491, ou seja, 85.013 caminhões a menos. O que isso representa na economia informal de Paranaguá é impressionante!

De acordo com a Associação de Postos de Gasolina, cada caminhão deixa na informalidade sessenta reais. Então, sessenta reais vezes 85.000 caminhões, deixaram de entrar na informalidade na nossa cidade cinco milhões de reais no ano de 2005 e essa informalidade é aquele vendedor que vai com a cestinha na fila dos caminhões vender um copo de café ou um salgadinho. Essa foi a grande diferença! E se contarmos os que deixaram de abastecer nos postos de gasolina, os que deixaram de fazer as suas refeições nos restaurantes da nossa cidade, então a coisa vai ser muito maior. Se pegamos os 85.000 caminhões e sendo que em média cada caminhão abastece mil litros de diesel e que o diesel representa 12% do ICMS, vejam quanto a nossa cidade deixou de participar no "bolo" do ICMS!

Fizemos aqui também um comparativo de recebimento de fertilizantes, a importação pelo Porto de Paranaguá: em 2003 importamos seis milhões e trezentas mil toneladas, em 2004 aumentou para seis mil e quatrocentas toneladas, mas em compensação em 2005 já começamos a ver a diminuição da movimentação de Paranaguá - caiu para cinco milhões, cento e quarenta, ou seja, quase 20% a menos na sua importação.

A tonelagem de soja e digo que pegamos sempre como parâmetro o Porto de Santos e os portos de Santa Catarina, para que pudéssemos fazer a comparação. Paranaguá em 2003, exportou cinco milhões, 749 mil toneladas e em 2004 já caiu para cinco milhões, cento e vinte - uma diminuição de quase 11%. Santos, de cinco milhões, 696, para cinco, 655, quase 1%. Em compensação, São Francisco do Sul, de oitocentos e noventa e oito mil, aumentou para um milhão, 163 mil toneladas, ou seja, quase 30%.

De 2005 para 2004, vou falar de baixo para cima para depois me ater a Paranaguá. São Francisco do Sul teve um acréscimo de um milhão 163 para dois milhões e quinhentas mil toneladas, ou seja, quase 117% a mais. Santos, de cinco milhões, 655, para sete milhões e meio, ou seja 32%. Paranaguá teve de cinco milhões, cento e

vinte, para cinco milhões, 192, ou seja, 1,4% - um aumento pífio de setenta e um mil, 776 toneladas. Isso, Srs. Deputados, esse aumento de setenta e uma mil toneladas refere-se somente a um navio - Paranaguá cresceu, em 2005 somente um navio.

A evolução de soja para a China, a exportação: Paranaguá em 2003 exportou dois milhões e meio; e, 2004 três milhões, 102, ou seja, 20% a mais. Santos: um milhão, 365, em 2003, para um milhão, 494, em 2004. Já aumentou 9,44%.

São Francisco de quinze mil toneladas aumentou para cento e dezesseis mil toneladas, ou seja, 676,51%. Já em 2005, São Francisco do Sul de 116 mil toneladas para 599.970 toneladas, 415% de aumento.

Santos, de um milhão, 494, em 2004, para quatro milhões, 225 em 2005, ou seja, 182,67%. Em compensação Paranaguá em 2004 para 2005 diminuiu para um milhão, 926.250 mil toneladas, ou seja, 38% da diminuição da soja exportada à China.

Aqui nós vemos o comparativo que fizemos de cargas de todos os portos do Brasil, entre 2003/2004 e 2004/2005. Ali em Paranaguá, já em 2004, teve uma queda de 4,13. Rio Grande: 13,2 por causa da quebra de safra. Em compensação Santos já aumentou 9,69 e São Francisco 21,87.

Em 2004 Paranaguá caiu 17,62% ou seja, quase dois milhões e quinhentas mil toneladas a menos. E Rio Grande teve três milhões e trezentos que também foi a quebra de safra.

Agora vamos mostrar o quadro de importação da China sobre a soja do Brasil. Depois, vamos distribuir um CD, onde consta todo esse demonstrativo que estamos fazendo. E sempre o Governo dizia que a China só importava soja tradicional. E nós tivemos o cuidado de receber de um importador da China, uma carta que veio em inglês, nós traduzimos, solicitamos que fosse um tradutor juramentado para que mostrasse que não é bem o que se diz. O Porto de Paranaguá sempre foi um exportador de soja para China. E na carta eles dizem que as medidas que foram tomadas foram ótimas para a retomada do crescimento pelo Porto de Paranaguá, que eles não podem prescindir do Porto nas suas importações. Aqui senhor, é que está o grande prejuízo na economia de Paranaguá, que são os trabalhadores avulsos. Os TPAs são trabalhadores portuários avulsos, ou seja, estivador, arrumador, vigia, conferente, bloqueiro, todos eles que trabalham na fixa portuária. Fizemos um comparativo também do trimestre de 2006 para 2005, a perda que esses trabalhadores tiveram nesse trimestre de 2006. No mês de janeiro tivemos uma diminuição de um milhão, 191, 14,14%. No mês de fevereiro, 732 mil, ou seja, 10,44%. Em março, que é um mês de safra, um milhão, novecentos e trinta mil, ou seja 20,54% a menos. Isso, Senhores, representou três milhões, 853 mil e oitocentos reais que os trabalhadores de Paranaguá deixaram de ganhar. E isso vamos mostrar para onde foi, para onde migrou. Pegamos os TPAs de São Francisco, já não qui-

semos pegar os de Santos porque a diferença seria muito maior. São Francisco, de 2005 para 2006 eles tiveram acréscimo de 6,95; em fevereiro 27,71; e em março 24,84. Então, o dinheiro dos nossos trabalhadores de Paranaguá foi para São Francisco e Santos.

Aqui fizemos a carga geral - a movimentação também no trimestre de 2005 para 2006, que é para mostrar a diminuição da movimentação de cargas pelo Porto de Paranaguá, mediante os outros portos do Brasil. Açúcar, diminuimos 76,40% - congelados - 39,65% - madeira - 47,02% e papel 47,03%.

E agora o problema de emprego em nossa cidade - nesse quadro, tiramos os trinta maiores municípios do Paraná - todos eles tiveram crescimento médio no ano de 2005 de 4,56% acima da média do Paraná que foi de 4,23. Infelizmente o nosso município de Paranaguá foi o único que deu negativo - menos 2,33.

Srs. Deputados, esses 2,33% representam, 656 empregos que deixaram de existir em Paranaguá. Esta é a crise que estamos passando em nosso município.

E vejam bem, esta informação que nós temos, aliás, todas as informações estão no rodapé, essa de emprego é do Dieese, do Ministério do Trabalho e do IBGE.

Pegamos a arrecadação municipal também e as consultas ao SCPC que nós temos controle nas vendas a prazo na Associação Comercial - a Prefeitura de Paranaguá, em 2002, arrecadou 20 milhões em ISS, 23 milhões em 2003 - em 2004 de 23 passou para 29 e 700 - de 2004 somente para 30 milhões, ou seja 2,3% - vinha na média de 20% ao ano. Se Paranaguá tivesse tido acréscimo, a Prefeitura de Paranaguá no exercício de 2005 deixou de arrecadar exatamente seis milhões de reais. E se computamos mais os seis milhões que o Porto deixou de pagar à nossa Prefeitura, a Prefeitura de Paranaguá teria mais 12 milhões hoje para investir no município.

E aqui fizemos um quadro das compras a prazo do SCPC - 2003 ainda tivemos uma queda de 14,6, de 2003 para 2004 - de 2004 para 2005, somente 1,04. Em compensação o trimestre de 2006 para 2005, a queda no comércio de Paranaguá, nas vendas a prazo, foi de 25%.

Então, a falta de diálogo e entrosamento com a autoridade portuária, a partir de 2003, implantou uma situação de conflito permanente, trazendo intranquilidade e prejuízos ao Porto de Paranaguá.

E os nossos objetivos à Carta Aberta em Paranaguá, que queremos apresentar - trazemos os problemas, mas também trazemos as sugestões - a criação de um fórum permanente, intensificar ações para melhoria no relacionamento com autoridade portuária e apelar para a representação do Paraná no Senado, na Câmara Federal, bem como na Assembleia Legislativa, para que possamos, Srs. Deputados, mudar esta situação tão caótica que Paranaguá está passando.

Muito obrigado pela apresentação.

Gostaria só de complementar, essas fotografias são de 14 de maio, Dia das Mães, quando, infelizmente, o PCC invadiu São Paulo.

Só para mostrar, 14 de maio, em plena safra, como estava o Porto de Paranaguá de navios.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade que nos deram e estamos à disposição para algum questionamento, se for necessário.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Não sei se eu posso fazer uma pergunta ao ilustre depoente?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Temos três minutos ainda, Deputado Neivo.

Se V. Exa. for breve, podemos abrir dois minutos.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Gostaria de perguntar ao ilustre depoente se essas constatações que V. Sa. traz ao Plenário da Casa não foram analisadas na CPI do Porto que também teve como membro o Deputado Leite, de Paranaguá?

O SR. ALCEU CLARO CHAVES

Não, ilustre Deputado; fizemos esse levantamento agora, a partir de 45 dias para cá, porque quando sentimos a perda que Paranaguá teve no ano de 2005, a Associação Comercial de Paranaguá preocupou-se, porque hoje, Deputado, a nossa preocupação não é mais 2006, é 2007.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) **(Pela Ordem)**

Primeiro é um prazer, Presidente, vê-lo aqui hoje.

Tenho uma pergunta sobre uma coisa que eu não entendi muito bem. Recebi o disquete, vou ler em casa mas naquela correspondência que veio, aquela carta da China, o senhor falou que a China, em hipótese alguma, aceitaria soja transgênica?

O SR. ALCEU CLARO CHAVES

Não, Deputado, é ao contrário. Talvez eu tenha me equivocado, perdoe-me, vou explicar a V. Exa: A China mandou uma carta dizendo que não tem nenhum óbice quanto à importação de soja, transgênica ou tradicional; até 2012 eles vão continuar importando.

Não é o que o Governo do Paraná diz.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL)

Obrigado, parabéns, parabéns!

O SR. ALCEU CLARO CHAVES

Só um último esclarecimento, Sr. Presidente, para dizer a perda que Paranaguá está tendo, eu esqueci de falar sobre o cais Oeste que, na gestão passada do Governo estadual tinha sido contemplada a construção do Cais Oeste. Infelizmente perdemos um dinheiro do Governo Federal, a fundo perdido, 190 milhões para sua

construção. Não foi construído e hoje vemos lá publicidade oficial do Governo do Estado dizendo que investiu no Porto de Paranaguá 150 milhões, inclusive na ampliação do Cais Oeste, quando sabemos que não saiu nem do papel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pela oportunidade que foi dada à nossa entidade.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa agradece às explanações feitas pela Associação Comercial e Industrial do Município de Paranaguá.

Obrigado.

Não havendo oradores inscritos no horário das lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

SR. WALDIR LEITE (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença, nesta Casa, do Prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, do PDT, bem como outras lideranças de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Essa Casa registra e dá as boas-vindas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 062/06, subscrito pelo Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para viajar a Brasília, nos dias 30 e 31 de maio e 1 e 2 de junho de 2006, a fim de participar como debatedor da X Conferência Nacional de Direitos Humanos, que se realizará neste período, no auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 012/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Governo do Estado a criação da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Relatório Preliminar, subscrito pelo Deputado Neivo Beraldin, Presidente da Comissão de Fiscalização, constante do expediente, referente ao Projeto de Lei nº 193/06, autorizando o Poder Executivo a adquirir, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, as cotas pertencentes a terceiros o capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda, implicando isso na obtenção do controle da Participação Societária cor-

respondente a 70% do capital social da UEG Ltda, ora pertencente ao Grupo vendedor. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1229, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoioimento dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Rafael Greca e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 22.05.06 (segunda-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 31/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Gostaria de registrar o voto contrário da Bancada de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário da Bancada de Oposição.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação a artigos

da Lei Estadual nº 14.424/04, que dispõe sobre a exigibilidade da Carteira de Identidade para realização da matrícula na Rede Estadual de ensino. **PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. Aprovado.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná.

Como a Deputada Cida Borghetti não está em Plenário, retiramos o projeto da Ordem do Dia.

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores - ASDC, com sede e foro no município de Sarandi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 77/05, de 08/08/05).**

Como o Deputado Padre Paulo Campos não está em Plenário, retiramos o projeto da Ordem do Dia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 462/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores, com sede e foro no município de Sarandi, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo Cidadania Benemérita do Paraná à Juíza Joeci Machado Camargo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ Aprovado. (Publ. no DA nº 85/05, de 23/08/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 500/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de cidadania benemérita à Juíza Joeci Machado Camargo.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/2001:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa, apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade.

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei nº 14.667 de 2005:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 08 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário à sua escolha, por legislatura:

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 04 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Porém, o referido projeto de lei carece de vícios de técnica legislativa, pois não foram observadas alguma disposições da Lei Complementar nº 95/98. No artigo 2º que dispõe “ficando revogadas as disposições em contrário”, há ilegalidade frente à referida L.C que determina que todas as revogações devem ser explicitadas e especificadas (artigo 12, I). E para sanar tal vício e salvaguardar a importância da matéria, apresentamos emenda, em anexo.

Desta forma, em sede de parecer, e desde que acolhida a emenda sugerida anexa, esta comissão opina pela **aprovação** do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 19.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 500/05

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 500/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2 Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

A votação é secreta. Vou solicitar ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço ao Deputado Luiz Nishimori e ao Deputado Duílio Genari para concluírem o escrutínio.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

Sr. Presidente, quarenta e nove (49) Deputados votantes.

SIM - 44 (quarenta e quatro)

NÃO - 05 (cinco)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **aprovada** em 1ª Discussão, por 44 e quatro votos favoráveis e cinco contrários.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/06, que objetiva a instituição do Serviço Social Autônomo Paracidade, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, alterada pelas Leis Estaduais nºs 12.651, de 23 de setembro de 1999, 12.966, de 25 de outubro de 2000 e 14.045, de 05 de maio de 2003. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 08/06, de 06/03/06, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 060/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo, institui o Serviço Social Autônomo e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional ou legal, estando o Poder Executivo autorizado a

legislar sobre a matéria conforme artigo 66 c/c artigo 87 da Constituição Estadual.

Segundo a mensagem do Governo, inúmeras questões de natureza institucional foram levantadas pelos agentes externos a ele relacionado, em especial, a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, o Tribunal de Contas do Estado - TEC, o Ministério Público - MP e esta Casa de Leis, através da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instituída em 17/03/2003, sendo imperiosa a aprovação da presente lei estadual para a correção das distorções apontadas na atuação da entidade no Estado do Paraná.

O projeto não acarreta qualquer ônus ao Orçamento de 2006, tendo em vista que o Serviço Social Autônomo Paracidade já conta com Fundo próprio, não havendo a necessidade de aporte de mais recursos para a execução das mudanças propostas na presente mensagem.

Por outro lado, o projeto deve sofrer emenda corretiva, modificando-se a redação do artigo 30, em função das normas de redação das leis contidas na Lei Complementar 95/98, que assim dispõe, em seu artigo 9º:

Art. 9º Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação com emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 060/06

O artigo 25 do Projeto de Lei nº 060/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. O Conselho de Administração do Paracidade, aprovará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, a reforma do Estatuto do Paracidade que será proposto pela Diretoria Executiva da entidade, procedendo, logo após, às demais providências cabíveis, sem prejuízo das disposições previstas no artigo 16, parágrafo 3º, desta lei.”

O artigo 30 do Projeto de Lei nº 060/06, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as Leis Estaduais 11498, de 30 de julho de 1996, 12651, de 23 de setembro de 1999, 12966, de 25 de outubro de 2000 e 14045, de 05 de maio de 2003.”

Saladas Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 060/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 060/06, Mensagem do Poder Executivo nº 013/06, institui o Serviço Social Autônomo Paranacidade.

Voto do Relator e Fundamentação

O presente projeto de lei visa corrigir distorção de natureza institucional, que já foram levantadas por diversos órgãos do Estado. O presente projeto de lei não acarretará qualquer ônus de ordem financeira para o Estado, pois o Paranacidade já possui Fundo próprio para o Orçamento de 2006.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 060/06, de iniciativa do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 17.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas encaminhando e ao mesmo tempo fazendo um alerta, porque não acredito que o Governo haja - em hipótese alguma - de má fé, mas apenas com respeito a uma boa técnica legislativa, nesta Mensagem que estamos encaminhando, neste momento, o Governo pretende instituir o Paranacidade.

Não há que se falar em “instituir” porque o Paranacidade já está instituído, através da Lei nº 11.498/96, alterada pela Lei nº 12.651/99, novamente alterada pela Lei nº 12.966/00 e pela Lei nº 14.045/03. E efetivamente, o que o Governo pretende fazer é apenas algumas alterações. Ele muda a forma de apresentar as finalidades da entidade, que na essência não foram alteradas por esta Mensagem, nomina os recursos do FDU na lei em vigor, fazendo referência aos recursos de uma maneira genérica, delega e dá ao Governador uma maior interferência na gestão do Paranacidade através do artigo 4º, *caput* e inciso 3º.

Altera, também, por esta lei, o Conselho de Administração, saindo um representante da Associação dos Municípios e entrando mais um representante do Governo através da Secretaria do Meio Ambiente. Ele também retira a representação da sociedade através da retirada de um representante da FIEP e Fecomércio, diminuindo a participação da sociedade organizada e possibilita financiamento do FDU para empresas ligadas ao Estado do Paraná.

Agora, não sei - e aí quero entender, por mais esforço que eu tenha feito - espero que o Líder do

Governo diga a esta Assembléia Legislativa quais são as empresas ligadas ao Governo. Eu não consegui entender esta expressão usada no texto desta lei. Empresas ligadas ao Governo são empresas públicas? São empresas privadas que estejam se estabelecendo? Eu não consegui entender.

Então, talvez aqui mais uma vez estejamos correndo o risco de dar, através de uma lei aprovada pela Assembléia, mais um cheque em branco para que possam ser utilizados os recursos do Paranacidade.

Só faço o alerta. Vamos votar, se assim for o entendimento dos Deputados da Oposição, favoravelmente pela constitucionalidade, mas deixando muito claro: o Governo não está instituindo absolutamente nada, ele apenas está alterando a lei que criou o Paranacidade, que por diversas vezes já foi alterada, e espero, sinceramente, que amanhã os Deputados, a Liderança do Governo tragam pormenorizadamente o que o Governo quis dizer por empresas ligadas ao Estado do Paraná, que passa agora a ter a possibilidade de serem financiadas pelo Paranacidade.

Então, esperamos realmente esses esclarecimentos, porque é impossível votar no escuro, e do jeito que está redigida esta lei aqui, poderemos votar mais uma vez no escuro, transferindo quem sabe recursos do Poder Público do Estado do Paraná para empresas ligadas ao Estado do Paraná, que nenhum de nós saberemos aqui especificamente dizer quais são, porque realmente está muito mal redigida esta mensagem.

Era só esse encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Instituto Paranacidade, criado no Governo anterior, um serviço social autônomo, teve o desempenho no sentido de estruturar e de financiar, e ser o braço executor de programas de governo através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, a SEDU.

Acolho com simpatia a preocupação do Deputado Durval Amaral em conhecer a realidade do Paranacidade, até porque o Instituto foi objeto de uma CPI nesta Casa, justamente pela forma, pela liberdade com que se encontravam aviões para os seus diretores, como se davam bolsas de estudo para especialização de técnicos no exterior sem muito critério. E o critério deve haver, concordo com o Deputado Durval Amaral, e não vejo aqui, eu, que fui relator, não vejo nenhuma dificuldade, Deputado Durval Amaral, na questão das empresas ligadas ao Governo.

Ora, quando se fala na lei você não fala em tese, você fala na institucionalização, e as empresas ligadas ao Governo são empresas institucionais, que são Copel, Sanepar, Mineropar; são empresas que o Governo tem relação de razão societária e de participação; não empresas com as quais ele eventualmente estabelece relação comercial, ou de contrato. Esta, quando eu também verifiquei a situação, fui ter o cuidado de olhar. E quando ele fala em instituir, o Governo inclusive, que veio um pro-

jeto, não fazendo alteração, mas foi consolidando todas as alterações e as leis anteriores numa nova lei, e ele quis preservar a própria redação anterior. O Governo manteve a redação anterior, e não é o sentido, Deputado Durval Amaral, de subtrair o direito da autoria porque ela é conhecida, foi mais na forma da praticidade que o Governo encontrou, e acho que até o técnico na elaboração do projeto, em que colocou: fica instituído o Parana-cidade, porque de fato ela já está instituída.

Mas, altera o Parana-cidade numa lei que está consolidando, vamos dizer a verdade, ficaria meio fora de mão, você está consolidando uma legislação que passou ao longo desses anos por várias alterações, e uma delas consubstanciada nesse Projeto de Lei 60/05, de autoria do Executivo Municipal através de uma Mensagem. Ele não poderia usar outra forma, mesmo que possa parecer meio canhestro, mas o Governo buscou preservar e dar a estrutura anterior. Não há nenhuma mudança consubstancial. Refere-se às empresas do governo, as institucionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o item 05. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Francisco Beltrão, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 014/06, de 15/03/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 090/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade a cessão de uso de um imóvel do Estado, situado no município de Francisco Beltrão, conforme especifica, para uso e funcionamento da Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO, pelo próprio Município.

Legitimidade

A Constituição do Estado diz o seguinte:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A Constituição do Estado ainda assegura:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Diante dessas previsões constitucionais, verificamos a subsunção do presente projeto ao exigido em lei, uma vez que o beneficiário do imóvel será o município de Três Barras do Paraná, pessoa jurídica de direito público.

Conclusão

O projeto em análise está em perfeita conformidade com a técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98, e é absolutamente legal no tocante à iniciativa e à matéria abordada.

E assim, diante da constitucionalidade do presente projeto, opinamos por sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 90/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 90/06, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 17/06, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel situado no município de Francisco Beltrão, localizado na Colônia Missões, de parte correspondente a 378,67 m2, com edificação, constituído pelo lote nº 72-D, da gleba 3-FB, com área total de 3900,82 m2, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, sob nº 3483, livro nº 2.

A área em questão será utilizada pelo município de Francisco Beltrão, exclusivamente para implantação e funcionamento de Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de se comprovar utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimento.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao município de Toledo, de imóvel situado no mesmo município. PARE-

**CERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado.
(Publ. no DA nº 019/06, de 27/03/06, em Mensagens)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/06**

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 018/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta *autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao município de Toledo, de imóvel situado no mesmo município.*

Na justificativa o autor diz que *o plano de lei em referência atende aos superiores interesses públicos, sendo indiscutivelmente justo e oportuno, eis que a área que retornará ao patrimônio municipal foi havida pelo Estado por doação do município de Toledo, para construção de unidades escolares. Ocorre que, conforme informações prestadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a área doada ao Estado não foi até hoje utilizada e nem há interesse e condições para tal. É que o referido município de Toledo doou ao Estado área maior, com 7.434,20 m e de localização mais adequada para ampliações na rede estadual de ensino.*

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 129/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 129/06, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 18/06, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão ao município de Toledo, de área com 5.023,40 m², composta pela Chácara nº 54 e parte das Chácaras 43/44-A, oriunda da subdivisão da Chácara nº 54 e parte das Chácaras 43 e 44, na Vila Industrial, naquele município, conforme especificações constantes da matrícula nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

A área em questão será destinada à implantação de unidades de serviço público do município, retornando ao patrimônio do Estado, caso se comprove destino diverso.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, doando imóvel ao município de Maringá para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06)

A Deputada Cida Borghetti não está presente, automaticamente o projeto está saindo da pauta da Sessão de hoje.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, doa imóvel ao município de Maringá, para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas.

Na forma do artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, o Estado só pode efetuar doação se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno.

Portanto, a matéria em questão não fere disposição constitucional ou legal. Proporcionará importante equipamento público para a comunidade de Maringá e região.

Isto posto, emitimos parecer favorável à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 157/06.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 157/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti tem por objetivo autorizar o Estado do

Paraná a efetuar a doação, ao município de Maringá, de imóvel constituído pelo Parque Florestal dos Pioneiros - Bosque 02 - Parte "C" Remanescente com área de 3.599,97 m2 com destinação exclusiva e específica.

Esse imóvel será específica e exclusivamente destinado para o funcionamento de um Centro de Capacitação em Artes Plásticas.

O Município não pode dar destinação diversa à prevista no presente projeto de lei ao imóvel doado, ficando automaticamente revertido ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso, sem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/06, que autoriza o Poder Executivo por meio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a efetuar a cessão de uso de imóvel situado no município de Mandaguari. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado (Publ. no DA. nº 024/06, de 03/04/06 em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 168/06

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 168/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem, a efetuar a cessão de uso de imóvel situado no município de Mandaguari.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação e alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração

indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Como se vê, a regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

a) autorização legislativa;

b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de Utilidade Pública.

No caso em tela, o projeto prevê a cessão de uso da área para fins de ampliação do Parque Municipal Ecológico de Mandaguari, proibindo qualquer edificação na área, bem como estipulando a reversão do bem, caso lhe seja dado destinação diversa.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 168/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 168/06, de autoria do Poder Executivo, objeto da Mensagem nº 29/06, autoriza o Poder Executivo, através do DER/PR, a ceder o uso do imóvel ao município de Mandaguari.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, esta relatoria destaca a importância da ampliação do Parque Ecológico do município de Mandaguari. O Estado explicita a destinação do imóvel, vedando qualquer construção do imóvel doado, haja vista tratar-se de área de preservação ecológica.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 168/06.

Sala das Comissões, em 16.04.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Exe-

cutivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado (Publ. no DA. nº 028/06, de 10/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 179/06

P A R E C E R :

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder a estadualização da Rodovia Municipal, que transpõe o município de Corbélia, iniciando-se na BR-369 até encontrar o acesso a São João do Oeste, na BR-277.

Legitimidade e Legalidade

Vale dizer, que nesse sentido do raciocínio jurídico, o Legislativo, respeitando-se a previsão do artigo 65 da Constituição Estadual, garantiu autonomia suficiente aos Parlamentares para deliberar sobre a necessidade ou não, de dispor, alienar ou desapropriar qualquer bem imóvel, desde que de vital importância ao atendimento e manutenção do programa de infra-estrutura promovido pelo Estado.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Da Conclusão

Assim, o presente projeto apresenta-se em conformidade com as exigências legais.

É diante da constitucionalidade aferida no presente projeto que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 179/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 179/06, autoria do Deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a estadualizar rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel.

O óbice de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é de iniciativa privativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, superado pelo parecer da maioria dos membros da douta Comissão de Constituição e Justiça, conforme análise do ilustre Deputado Antonio Martins Anibelli, com anuência do Deputado bacharel Durval Amaral, do ponto de vista da boa engenharia nada há contra o elevado interesse público da ligação rodoviária que transpõe os municípios de Corbélia e Cascavel, entre

a BR-369 até encontrar o acesso a São João do Oeste na BR-277.

Assim, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pede que o projeto de lei de estadualização rodoviária prospere, indo a plenário, após os trâmites legais. **Parecer favorável.**

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a doar ao município de Jacarezinho, os imóveis que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/06, de 17/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 189/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora analisado, tem como escopo a doação de imóvel pertencente ao Estado do Paraná, devidamente especificado.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição estadual paranaense.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que o donatário preenche os requisitos dispostos na Constituição Estadual, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está de acordo com Lei Complementar nº 95/98.

Conclusão

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 189/06.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 189/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 189/06, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, estabelece em seu artigo 1º que “Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao município de Jacarezinho, dois imóveis localizados na sede do município, o primeiro na Rua Benjamim Constant, nº 986 e o segundo na Rua Rouxinol, nº 149, Jardim São Luiz, matriculados sob nºs 13.782 e 8.821, respectivamente, no Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Em seu artigo 2º, estabelece que a área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente para abrigar a Escola Municipal Vera Cecília Lamin e a Escola Municipal Maria Tereza Quevedo de Andrade, não podendo ter finalidade diversa, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/06, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 031/06, de 17/04/06, em Mensagens).

Vamos ter que colocar o Requerimento nº 1252, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Hermes Fonseca, Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária, do dia 23/05/06 (terça-feira) em Comissão Geral para votação da Mensagem nº 31/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo.

O referido projeto está em regime de urgência e está sem parecer.

Desculpe, uma informação errônea, já foi aprovado hoje com voto contrário da Oposição conforme levantou a questão o Deputado Elio Rusch.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Tenho aqui um relatório preliminar com 21 páginas e que contém algumas recomendações para a Copel.

Gostaria que V. Exa. aceitasse e desse como lido e que conste nos Anais desta Casa, embutido com o parecer do Deputado José Maria Ferreira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Recebo. Aceito como lido e mando publicar nos Anais desta Casa.

Vou indicar o Deputado Caíto Quintana para ser o relator do referido projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Gostaria de deixar registrado aqui, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, meu protesto formal contra a transformação do Plenário em Comissão Geral, haja vista que a CCJ havia marcado sessão extraordinária para hoje, para apreciar, entre outras matérias, a aquisição, por parte do Governo do Estado, da UEG Araucária. Não havia mais, inclusive, pedido de vistas porque, simultaneamente, na última Sessão da CCJ, já tínhamos aberto vista simultânea para todos os Srs. Deputados.

Reitero que todas as vezes que o Governo, com a sua maioria, através da sua Liderança, pedir ou solicitar a transformação do Plenário em Comissão Geral, nós todos, membros da CCJ, imagino, não nos sentiremos à vontade para apoiar iniciativas dessas natureza.

Então, fica o meu protesto registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para relatar o referido projeto, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PDT)

(Lê):

“PARECER DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 193/06

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 031/06, para este Legislativo, a fim de apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Tal assertiva vem embasada nos incisos IV e XX do artigo 87 da Constituição do Estado do Paraná que diz:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

(...)

XX - mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Já quanto à técnica legislativa, há que se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma deste parecer.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) CAÍTO QUINTANA
Relator”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Salvo engano, o Parecer do Deputado Caíto Quintana não foi o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, mas sim o parecer da constitucionalidade no Plenário transformando em Comissão Geral, porque nessa matéria a CCJ não se pronunciou, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado. É o relatório do Deputado Caíto.

Deputado Hermes da Fonseca para relatar pela Comissão de Finanças.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

(Lê):

“UEG ARAUCÁRIA - INFORMAÇÕES

Em 15 de janeiro de 1997, a Copel concordou em iniciar as atividades tendentes ao desenvolvimento de um projeto de geração de energia por fonte térmica, com a construção de uma termelétrica à gás, no município de

Araucária, Estado do Paraná. Por meio da Resolução nº 19, de 29 de janeiro de 1997, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE - autorizou a Copel a realizar os estudos de viabilidade do projeto em parceria com as empresas Petrobras Distribuidora S.A. (BR), BHP Power, Inc. (BHP), EPEC Gas Brazil Corporation (El Paso Brazil) e British Gas do Brasil Ltda (BG).

Após haver constituído um consórcio através do qual formalizou uma parceria com as empresas BR, BHP, El Paso Brazil e BG, a Copel, em 28 de abril de 1998, o converteu em uma sociedade de propósito específico, tendo sido celebrado o Contrato Social da UEG-Araucária Ltda, doravante denominada UEG, cuja cláusula segunda estabeleceu que: “Sociedade terá por objeto social, observados os preceitos legais, a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua comercialização”. O capital social da UEG é detido atualmente por três sócios, a saber: a Copel detém 20% das quotas sociais, a El Paso 60% e a Petrobras os demais 20% das quotas sociais.

Em 31 de maio de 2000, a Copel e a UEG, firmaram um contrato de compra e venda de potência assegurada (PPA).

O PPA tem por objeto principal a compra pela Copel, em caráter de exclusividade, de toda a Potência Inicial Assegurada da chamada Usina Elétrica à Gás de Araucária, composta por duas unidades geradoras à gás de 161,50 MW cada uma, e uma unidade geradora à vapor de 161,50 MW, totalizando 484,50 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível gás natural, localizada no município de Araucária, Estado do Paraná. O Contrato prevê, entre outras disposições, que a Copel será responsável por todos os custos de manutenção e operação da Usina, bem como pelo fornecimento de insumos (água, combustível, mão-de-obra, manutenção, etc.). O prazo de duração do PPA é de vinte anos.

Entre os meses de outubro e dezembro de 2002, a Copel efetuou pagamentos mensais à UEG pela compra de potência objeto do PPA, sem no entanto receber a energia elétrica pois a usina não estava em condições de operar, em que pese as ressalvas feitas pela Copel quanto aos pagamentos e a possibilidade de compensação dos mesmos com valores que viessem a se tornar devidos à UEG no âmbito da estrutura negocial/contratual que viesse a ser implementada em substituição ao PPA.

No início de 2003, por força do impasse havido entre as partes relativamente à negociação então em curso, a Copel determinou a suspensão dos aludidos pagamentos mensais que, se mantidos como previstos no contrato de potência (PPA), teriam levado a Copel a desembolsar em favor da UEG R\$ 844 milhões até dezembro de 2005.

Em 25.04.2003, a UEG informou à Câmara de Comércio Internacional - CCI - e à Copel que considerava rescindido o PPA a partir do dia 22 do mesmo mês, requerendo que a Copel fosse condenada a adquirir a pro-

priedade da Usina, efetuando o pagamento da quantia de US\$ 827.487.527,53 (oitocentos e vinte e sete milhões e quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos e vinte e sete dólares), pré-estabelecida no contrato com esse fim, no prazo de até 30 dias.

Instaurado o procedimento arbitral perante a CCI, a Copel propôs perante a justiça comum no Brasil uma ação declaratória de nulidade de cláusula arbitral e uma medida cautelar de antecipação de prova, além de haver oferecido defesa e reconvenção perante a CCI, após esta Corte ter se dado por competente para examinar o mérito da questão.

O patrocínio dos interesses da Copel nos procedimentos arbitral e judicial é realizado pelos integrantes do Escritório Pinheiro Neto, os quais, pronunciando-se a respeito das perspectivas atuais do feito em trâmite na Câmara de Comércio Internacional - CCI, fizeram a seguinte avaliação:

IV - Conclusão

1. Por todo o exposto, nossa estimativa atual para o desfecho dos vários procedimentos em curso é a seguinte:

(I) na frente judicial, são de 40% as chances de mantermos, até o Superior Tribunal de Justiça e/ou o Supremo Tribunal Federal, a sentença que, tendo julgado procedente a Ação de Nulidade da Cláusula Arbitral, anulou a cláusula compromissória do contrato. Isso significa que são de 60% as chances de o procedimento arbitral que corre em Paris ser considerado legítimo;

(II) na frente arbitral, (a) são reduzidas as possibilidades de o Tribunal Arbitral acolher as questões de direito por nós levantadas e que levariam à nulidade de vários dispositivos do contrato; (b) são de 65% as possibilidades de o Tribunal Arbitral vir a condenar a Copel a adquirir a propriedade da Usina, na forma estabelecida na Cláusula 22,6 (b) do contrato; e (c) são igualmente de 65% as possibilidades de o valor imposto para essa aquisição vir a ser sensivelmente reduzido pelo Tribunal Arbitral, por força do quando previsto no artigo 413 do Código Civil Brasileiro; e

(III) quando de eventual pedido de homologação de laudo arbitral condenatório da Copel perante o Superior Tribunal de Justiça, (a) serão de 60% as possibilidades de se obter a anulação do laudo arbitral, ou ao mesmo parte dele, com base nas questões de direito que terão sido desconsideradas pelo Tribunal Arbitral; e (b) serão de 75% as possibilidades de se conseguir, no Superior Tribunal de Justiça, ao menos a redução do valor previsto no contrato como penalidade para aquisição da Usina, a um patamar mais condizente com o valor de mercado da Usina”.

Se cumprisse as gravosas obrigações originalmente assumidas no Contrato de Potência (PPA) pelo prazo nela entabulado, a Copel desembolsaria em vinte anos R\$ 3.456.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais), assim distribuídos:

a) R\$ 2.592.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos e noventa e dois milhões reais) nos primeiros 12 anos; e

b) R\$ 864.000.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais) nos últimos oito anos.

Daí porque o litígio, provocado pela intransigência da outra parte em renegociar o PPA, em 2003, acabou por evitar os enormes desembolsos que a Copel teria feito se tivesse continuado a realizar os pagamentos contratuais. Os prognósticos formulados pelos patronos da causa mostram que, na melhor das hipóteses, a Copel poderá ser compelida a pagar o valor desembolsado pela El Paso com o empreendimento, ou seja, quantia semelhante à que estará desembolsando caso aceite o acordo proposto em Carta de Intenções, onde se prevê a aquisição pela Copel da participação societária do Grupo El Paso na UEG, como se passa a examinar.

A El Paso, em 20.07.05, reafirmou o que sempre vinha reivindicando, isto é, que qualquer negociação teria como base o valor investido na Usina, remunerado com determinada taxa. A taxa inicialmente reivindicada pela El Paso para compor o valor de sua participação societária era o valor investido, acrescido de 16% ao ano, mesma taxa de retorno pactuada no PPA firmado em 31.05.00, o que resultaria em US\$ 329 milhões pelos seus 60%.

A Carta de Intenções estabelece critérios para uma solução extrajudicial pelos quais o preço fixado para que a Copel adquira a participação societária pertencente ao Grupo El Paso na UEG (correspondentes a 60% do capital social) é o equivalente a US\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de dólares). Este valor representa 48% (quarenta e oito por cento) do que teria sido pago pela Copel até dezembro/05, caso o pagamento do valor mensal previsto no PPA não houvesse sido suspenso.

3. Assim como é possível raciocinar em torno da melhor das hipóteses mencionadas pelos patronos da Copel, também é indispensável considerar as hipóteses restantes por eles abordadas, bem menos favoráveis. Em qualquer delas, a Copel sujeitar-se-ia a desembolsos muito maiores, capazes mesmo, de comprometer seriamente sua saúde financeira.

Portanto, verificando-se que é possível atingir a melhor das possibilidades consideradas pelos patronos da causa mediante entendimento, não se justifica o prosseguimento do litígio. É mais razoável eliminar, desde logo, os riscos das outras hipóteses.

Acresce que a resolução do litígio propiciará para a Copel, além da eliminação das incertezas apontadas, a redução do “spread” de risco normalmente colocado pelos investidores. Isto significa importante redução do custo dos recursos financeiros, permitindo-se uma alavancagem nos investimentos da Companhia, em benefício dos consumidores paranaenses.

4. O valor proposto - que abrange o preço das cotas do Grupo El Paso na UEG e todos os direitos e obrigações decorrentes dessa participação societária (créditos em conta corrente, adiantamentos para futuro aumento de capital, etc) - corresponde a quantia semelhante aos valores históricos em reais (sem correção), aplicados pelo Grupo El Paso na empresa. Isto é, o valor total de R\$ 431.543.670,00 investidos pelo Grupo, convertidos em dólar à taxa de R\$ 2,35 (taxa esta utilizada pela empresa de consultoria Z3M contratada pela Copel para avaliar a UEG), corresponderiam a US\$ 183.635.604,30, já consideradas as retiradas feitas pelo vendedor.

Em que pese o fato de a presente análise tomar como base o dólar de R\$ 2,35, utilizado pela Z3M, é importante ressaltar que os valores históricos em reais aportados pelo Grupo El Paso, se convertidos à taxa média do dólar de abril de 2006 (R\$ 2,12), correspondem a US\$ 202.602.662,00 (duzentos e dois milhões e seiscentos e sessenta e dois dólares).

Considerando-se a adoção de índices de correção variados aos valores aportados pela El Paso, podemos verificar que a diferença entre o montante aplicado pela El Paso e o valor ora proposto pela Copel é sempre crescente, conforme a tabela abaixo:

CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS VALORES APLICADOS PELA EL PASO NA UEG EM REAIS E DEPOIS CONVERTIDOS EM DÓLARES (1 US\$ = R\$ 2,13)

	Reais	Dólares
Valor Histórico	R\$ 431.543.670	US\$ 202.602.662
IPCA	R\$ 546.515.684	US\$ 256.580.133
IGP-M	R\$ 620.465.482	US\$ 291.298.348
IGP-DI	R\$ 620.849.385	US\$ 291.478.584
IPCA + 0,5% (a.m.)	R\$ 687.559.864	US\$ 322.798.058
IGP-M + 0,5% (a.m.)	R\$ 781.040.369	US\$ 366.685.619
IGP-DI + 0,5% (a.m.)	R\$ 781.483.883	US\$ 366.893.841
IPCA + 1,0% (a.m.)	R\$ 828.604.044	US\$ 389.015.983
IGP-M + 1,0% (a.m.)	R\$ 941.615.255	US\$ 442.072.889
IGP-DI + 1,0% (a.m.)	R\$ 942.118.381	US\$ 442.309.099

A tabela 2 contém exercício de correção dos valores aportados pela El Paso unicamente em dólares, ou seja, sob a perspectiva do investidor estrangeiro, aplicando-se taxas de desconto variáveis, a saber:

a) taxa de 4%, correspondente ao PPI (Power Producer Index, isto é, a inflação da indústria americana) + juros típicos dos EUA;

b) taxa de 7,71% correspondente ao retorno esperado dos investimentos da Gemstone (offshore que financiou a parte da El Paso na UEG);

c) 6,5%, correspondentes ao retorno médio dos investimento nos EUA; e

d) 16%, correspondentes à taxa pactuada no PPA.

Tabela 2
SIMULAÇÃO DE RENTABILIDADE DOS VALORES INVESTIDOS PELA EL PASO (EM DÓLARES)

Taxa de Retorno	Valor (US\$)
4%	198.787.063
6,50%	220.810.687
7,71%	232.338.005
16,00%	329.440.674

Observa-se que o valor proposto corresponde ao aporte da El Paso no empreendimento, com rentabilidade (em dólares) inferior a 4% ao ano.

Não obstante se trate, do ponto de vista formal, de aquisição de participação societária, não se pode ignorar que uma das finalidades do negócio entabulado entre as partes é a de encerrar o litígio e propiciar a eliminação de riscos jurídicos concretos e expressivos.

Cumprе anotar, ainda que, conforme avaliação do negócio pelos técnicos da Copel, o investimento de US\$ 190.000.000,00, mesmo quando acrescido dos custos relativos à superação de problemas existentes na usina poderá ser recuperado no futuro, com aceitável taxa de retorno.

Com vendas a partir de 2010, o desembolso de US\$ 190 milhões, realizado em 2006, para obtenção de 60% da usina, conforme o grau de inflexibilidade a ser adotado no contrato de gás, com venda para a CCEE ao valor de R\$ 140/MWh e valores de CEC (Custo Econômico de Curto Prazo) e COP (Custo Variável de Operação) estimados pela Copel Geração (DGT/SPO), ensejará as seguintes taxas de retorno:

Inflexibilidade	Operação	Remuneração anual do Investimento pela CCEE	Taxa Interna de Retorno (TIR)
70%	100% Gás	R\$ 111,9 milhões	11%
50%	100% Gás	R\$ 133,8 milhões	13,3%
10%	100% Gás	R\$ 177,5 milhões	17,3%
70%	Bicombustível	R\$ 81 milhões	6,6%
50%	Bicombustível	R\$ 82,2 milhões	6,7%
10%	Bicombustível	R\$ 84,6 milhões	7,1%

Por outro lado caso mantivesse os pagamentos do PPA, a Copel faria, desde logo, pagamentos equivalentes a tarifa de R\$ 187/MWh, somente vindo a ter receita a partir de 2010, ao valor estimado de R\$ 140/MWh, ou seja, ficaria atrelada a um negócio altamente deficitário.

Relevantíssimo lembrar que os valores obtidos para a compra das cotas da El Paso decorrem de um longo período de negociação e estão atrelados e condicionados a determinados prazos peremptórios. O Protocolo de Intenções determina a suspensão do procedimento arbitral em Paris até a data de 30 de abril de 2006, data então definida como limite para a celebração dos acordos. Em recente negociação com a El Paso, a Copel assinou um Termo Aditivo àquele Protocolo de Intenções prorrogando tal data para o limite de 20 de maio de 2006, após o que, ato contínuo, dar-se-á seguimento ao procedimento arbitral junto à Câmara do Comércio Internacional de Paris.

Diante dessas considerações, o Parecer da Comissão de Finanças ou deste relator é que o negócio é um negócio de oportunidade, é um negócio favorável aos interesses do Estado e, portanto, o nosso voto é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(a) HERMES FONSECA”

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Peço minha inscrição, porque gostaria de encaminhar, depois a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Scarpellini com a palavra.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Hermas Fonseca, que foi o relator da Comissão de Finanças! Mesmo antes de ser transformado o Plenário em Grande Comissão para avaliar isso, o Deputado passou este final de semana elaborando um parecer que tecnicamente se encontra perfeito, Sr. Presidente.

Isso demonstra a vontade que tem esta Assembléia e os Deputados, aqui, de trabalharem. Passou um final de semana estudando e elaborando esse parecer com mais de quinze laudas, com dados, informações precisas, e nos trouxe aqui uma obra-prima do ponto de vista técnico, jurídico e financeiro.

Quero, neste momento, dizer que voto com o relator, que teve o cuidado de elaborar tal documento e aqui nos trazer esse parecer, esse relato, que nos deixou convencidos de que, do ponto de vista econômico e financeiro, não resta outra saída à Copel a não ser adquirir as cotas pertencentes à sua sócia, a El Paso.

Imaginem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Copel está prestes a ser condenada no Tribunal Arbitral de Paris em aproximadamente 980 milhões de reais. E se isso vier a ocorrer, teremos praticamente que vender a Copel para pagar tal condenação do Tribunal Arbitral de Paris. Entendemos também que aquele Tribunal Arbitral

não é a palavra final do ponto de vista da jurisdição para a apreciação desse feito, mas, evidente, torna-se, que irá embasar outros julgamentos internos aqui no Brasil e levará a Copel a um prejuízo enorme e que nem a vontade do Paraná e dos paranaenses terá condição de resolver o problema uma vez que chega à casa de um bilhão de reais.

Gostaria apenas que, se pudesse me esclarecer o nosso ilustre e cuidadoso relator, no sentido de nos informar se os honorários e as despesas que até agora foram efetuadas pela Copel e pelo Governo do Paraná serão ressarcidas dentro da venda que a El Paso vai fazer à Copel?

Se haverá ainda mais pagamentos de honorários ou qualquer outra gratificação à empresa a título de compensação pelo período que está havendo de litigância entre a Copel e a El Paso, nobre relator?

E gostaria também, apenas para uma informação, se nesse relatório, já está prevista a possibilidade da exploração da Usina de Araucária, que foi objeto de grande repercussão em todo o Paraná e em todo o Brasil quando o Governador Roberto Requião disse que aquela empresa, aquela usina iria explodir se a colocassem em funcionamento?

Então, ilustre relator, Deputado Hermes Fonseca, parabéns pelo trabalho de final de semana elaborado por V. Exa., e nos dê apenas mais essas informações para que possamos, mais convencidos ainda, votar com o relator.

Era isso que eu tinha, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador é o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Esse assunto já foi bastante discutido nesta Casa. Eu, sinceramente, ocupo este horário uma reflexão. Eu, Deputado Anibelli, acho que nós, no Parlamento do Estado, a política brasileira tem que começar, a ter um caminho um pouco mais retilíneo, e não quer dizer que caminho retilíneo seja aquele que tenha que ser contra ou a favor, mas é na verdade a coerência da atuação parlamentar. Venho aqui para defender uma posição que eu já tinha favorável ao projeto encaminhado pelo Governo.

Agora, quando V. Exa. Sr. Presidente, editou uma medida da Mesa Executiva, inclusive, para evitar que comissões pudessem fazer convocações nesta Casa, e, posteriormente, houve da parte da Comissão de Fiscalização uma solicitação, e tivemos uma discussão imensa com relação a essa questão, confesso que fiquei em dúvida. Não tinha mais certeza se para o Estado do Paraná era algo importante ou não. Levantou um parlamentar e disse o seguinte: que este negócio já havia sido fechado e que nós simplesmente homologaríamos. Muito bem, discutiu-se.

Veio aqui, eu me lembro, sentei aqui do lado, inclusive, toda a Direção da Copel. Acho que quando um

Parlamentar questiona, Deputado Hermas Brandão, ele questiona no exercício legítimo da sua atuação. Mas, quando esse questionamento passa a ser de comissões permanentes da Casa, do corpo técnico e legislativo, acho que nós merecemos, obviamente, uma explicação.

Então, sinceramente aguardo para saber quais são as conclusões que tivemos das audiências públicas daqui da Casa, o que é que foi definido. Conversei com o Deputado Neivo Beraldin e ele disse que fez um relatório de vinte e uma páginas sobre essa questão e que V. Exa. daria por lido o relatório. Não!

Nós precisamos ouvir o relatório, precisamos saber qual é a conclusão das Comissões da Casa com relação a esse assunto, porque eu, Presidente, tinha uma posição e continuo ela mas vejo que esta Casa tomou os meios de comunicação durante alguns dias sobre essas questões. E agora, vemos que não há um questionamento sobre esse assunto, não há uma conclusão sobre essa situação.

Eu, obviamente, continuo com o meu voto, mas confesso que diante de todas aquelas dúvidas colocadas, cheguei a ficar em dúvida. Eu cheguei a pensar; meu Deus será que esse é um negócio ruim para o Paraná? Será que estamos a ponto de fazer uma negociação que vai prejudicar o interesse do Estado? Eu não acredito nisso porque acho que o Governador jamais mandaria um projeto à Assembléia para prejudicar os interesses do Paraná. E, sinceramente, Deputado Stica, desde o começo fiquei convencido a respeito dessa premissa básica, que é uma negociação, tendo em vista os vários problemas que aconteceram com relação a essa usina e com relação aos contratos da Copel.

Então, apenas gostaria de colocar aqui porque houve realmente esta ebulição dentro da Casa, com muitos levantamentos sendo feitos, e eu vejo que hoje, a despeito do relatório competentemente feito pelo Deputado Hermes Fonseca, estamos discutindo a constitucionalidade, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A constitucionalidade já foi discutida, nobre Deputado. Estamos discutindo o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

A despeito desse parecer brilhante que fez o Deputado Hermes Fonseca, mas a questão que se colocava aqui era muito mais profunda.

Então, apenas para dizer o seguinte, Sr. Presidente, Hermas Brandão, eu mantenho a coerência - continuo a favor de votar este projeto e as dúvidas que me foram levantadas, sinceramente, Deputado Caíto, que eu estava certo, porque no começo, fiquei realmente perplexo pela minha posição. Depois vi que estava certo - nós não tínhamos razão para termos nenhuma dúvida com relação a este projeto já que, pelo que percebo, tornou-se praticamente consensual nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Acredito que vamos votar hoje autorização para que a Copel possa fazer a compra da Usina Elétrica à Gás, de Araucária. Fizemos um debate já há algum tempo a respeito da oportunidade da compra e assim como o Deputado Marcos Isfer, entendo que vamos votar a favor da compra, mas, assim como o Deputado Marcos Isfer, entendo que perdemos uma oportunidade há três anos, de fazer esta compra por um valor muito menor do que este que a Copel vai pagar agora.

Entendo isto, Deputado Zucchi, como o senhor, que é preciso que autorizemos para que a Copel não tenha, não corra o risco de ter, na verdade, um prejuízo de 827 milhões de dólares. É isto que está em jogo. Não é esta bravata toda que de repente foi um grande negócio - de repente a El Paso está falindo em tais e tais lugares - é porque vamos no Arbitral de Paris perder 827 milhões de dólares e aqui ninguém quer quebrar a Copel.

A Assembléia Legislativa hoje faz o seu papel, cumpre o seu papel, aqueles Deputados, inclusive, que lutaram, e a população do Paraná que lutou para que a Copel não fosse vendida, faz, novamente, pela segunda vez, o papel de fazer com que a Copel continue sendo pública, porque se dependesse apenas e tão somente da vontade de alguns que de uma forma, talvez até impensada, saíram, num primeiro momento, logo após entregarmos, Deputado Marcos Isfer, em 2003, o Relatório da Copel, onde eram apontados alguns problemas e era apontada, inclusive, a possibilidade de uma negociação por um valor em torno de 60 milhões de dólares. Mas, não. Disse e se editou uma cartilha, Deputado André Vargas, onde se dizia, na primeira página da cartilha - contratos são para serem cumpridos - mas nós, aqui no Paraná, não precisamos fazer isto - isto é feito pelo Governo Federal, isto é feito pelo Governo Lula que não tem pulso e por isto mesmo cumpre todos os contratos. Aqui no Paraná, não. Aqui, vamos discutir isto na Justiça e no Arbitral de Paris e vamos ganhar.

Pois bem, tudo isto resultou num buraco imenso de 827 milhões de dólares que se a Copel tiver que pagar, está aqui o nosso companheiro do Crea, sabe que se a Copel tiver que pagar não terá condições de desembolsar esse bilhão e 600, quase um bilhão e 700 milhões de reais.

Então, é preciso que fique bem claro - a Assembléia Legislativa vai, sim, aprovar, porque acho que é seu papel, Deputado Caíto Quintana, aprovar essa solicitação em nome do povo do Paraná, em nome dos serviços que a Copel prestou até hoje ao nosso Estado, mas não em nome das bravatas que foram feitas, dos desaforos que foram feitos, muitas vezes, ao Governo Lula por cumprir contratos. Talvez fique aqui uma lição, espero que fique: entre o ato e o discurso existe uma diferença que nem sempre é aquilo que gostaríamos que fosse. O discurso, às vezes, é fácil, é entusiasmado, até, muitas vezes, revolucionário, mas quando vamos para a prática, inclusive

internacional que nos oprime, coloca-nos num mundo globalizado em que nós, como peça desse mundo, nem sempre podemos ficar alheios a isso, o discurso faz com que todo esse processo se transforme apenas nisso: discurso!

Por isso mesmo, acredito que temos o papel de fiscalizar. Pedimos a minuta, a minuta foi enviada a todos os Deputados, aliás é preciso cumprimentar o Dr. Rubens porque veio aqui num dia, nós solicitamos, no dia seguinte ele entregou a minuta, com bastante celeridade, agora o fez porque inclusive já estava pronta.

Quero deixar claro: quando terminamos a CPI, havia uma afirmação que essa usina iria explodir, que o OMS dizia que se ela entrasse em operação derrubaria todo sistema nacional como se fosse peças de dominó, cai a primeira peça, caem todas as outras. Havia uma afirmação que o gás que tinha sido comprado era absolutamente incompatível com a usina e várias outras afirmações que agora, dois anos depois, vemos que, infelizmente, eram afirmações que serviam para outros propósitos, talvez até com boas intenções, mas outros propósitos, talvez suspender o contrato, naquele momento, talvez fazer uma negociação melhor.

Agora para uma coisa só, antes de encerrar, Sr. Presidente, quero chamar a atenção porque há, no relatório feito, uma afirmação que eu, particularmente, não entendi: que nos próximos vinte anos estaríamos pagando em torno de dois bilhões, dois bilhões e meio de reais por conta dessa usina. Ora, acredito que é possível, sim, que se pague este valor mas também não se pode perder de vista que este valor está sendo pago, mas, em contrapartida, está se vendendo energia! Ou não está se vendendo energia e a usina vai ficar fechada? Se ela for ficar fechada durante todo esse tempo também não tem sentido! Então, mais uma vez, tenta-se colocar para o Paraná o discurso daquela coisa que vamos perder três bilhões se ficarmos pagando, mas se comprarmos não vamos perder!

Ora, ninguém aqui é criança, sabemos que houve uma tentativa, tiveram suas razões, houve uma tentativa de se trucar em cima da El Paso, de se fazer um jogo como se fôssemos nós do Paraná e o mundo, um jogo de um contra o outro e vimos que nem sempre as coisas se processam só desta forma.

Tem uma última pergunta que também quero deixar e acredito que vamos acompanhar este processo de compra. É importante para o Paraná. Hoje de manhã eu vi o Presidente Lula dizendo que há uma grande possibilidade de transformarmos as próprias usina termoeletricas em usinas que venham a ser, entre outros, alimentadas por álcool. Não sei se é possível ou não mas essa é a afirmação. Falei com o Ministro Paulo Bernardo, na sexta-feira.

E a Copel agora tem a possibilidade inclusive de, através de um processo novo que a Petrobras vem desenvolvendo também, ter uma nova alternativa que não seja apenas o gás.

Agora, ficou uma pergunta que, para mim, não ficou bem claro, talvez eu não tenha entendido no dia, foi um dia muito longo: vamos pagar cerca de 10%, é isso mais ou menos que vai ser arbitrado para que seja feito o pagamento desse valor ao escritório Pinheiro Neto, cerca de 19 milhões de dólares, ou 38 milhões de reais que é a parte que cabe pela sucumbência? Eu não sei, Deputado Marcos Isfer, se os Procuradores que representam o Paraná têm ou não alguma participação na sucumbência. Agora, se têm, é preciso que esta Casa tenha conhecimento disso, se é um valor pequeno, se é um valor grande, eu não sei, mas os senhores sabem que a cerca de oito meses venho questionando os valores recebidos de honorários de sucumbência pelos Procuradores do Estado de 1988 a 94. E até hoje não obtive resposta desse montante.

Mas, se isso vai se somar ao fundo da Procuradoria, nós temos que saber, porque certamente ninguém, Sr. Presidente, daqueles que orientaram o Governador - e talvez tenham feito com boas intenções - mas, agora essa orientação não se mostrou suficientemente forte para manter aquela sustentação, é preciso saber se também serão beneficiados. Porque se forem, é um contra-senso. Como que se orienta o Governo do Estado do Paraná a entrar com uma ação no Arbitral de Paris, uma ação que nos leva hoje a correr o risco de pagar 827 milhões de dólares e depois, lá pelas tantas, vê-se que não vai dar certo, recua para 190 milhões de dólares (detalhe 190 milhões de dólares e mais 175 milhões depois ou 157 milhões para acertar a usina).

Vamos pagar em torno de 600 milhões de reais. Ainda acho que é um bom negócio, mas, não posso mais ler cartilhas, que saem na página do Governo dizendo pactos enebantes. Os pactos foram feitos para serem cumpridos, mas esse Governo não cumpre? Cumpre, sim, ou cumpre no Arbitral ou cumpre negociando. Mas cumpre, cumpre direitinho como todos os governo cumprem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) (PT)

Sr. Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também, como o Deputado Zucchinho se pronunciou, aqui, quando surgiu esse projeto na Casa eu disse que votaria favoravelmente, porque estava diante de uma situação em que se não votássemos o prejuízo seria muito maior. Mas, muita polêmica foi levantada aqui, muito bastidor. E agora, presenciamos uma unanimidade. Uma unanimidade estranha. Por isso, que a bem da verdade alguns Deputados quando votam nesta Casa matérias polêmicas como essa se vêem obrigados a vir a este plenário, a esse espaço, expressar as suas motivações para que não pareça dúvida. Ouvimos por aí atrás, não só entre os Deputados mas na sociedade, por que está havendo unanimidade depois de tanta polêmica? Qual será o motivo?

Venho aqui expressar a minha posição de o porquê voto com o Governo nessa questão. Mesmo tendo uma posição, nos três e cinco meses que aqui estou, de críticas ao Governo, mas parte dos conflitos que tivemos como Governador, como Governo, tem a ver com as bravatas, desaforos, intempéries que ele fez: com os seus rompantes de rompimento unilateral de contrato fazendo comparações absurdas com o Governo Federal; chamava o Governo Federal de frouxo quando, o Governo, obrigado a cumprir contratos assumidos anteriormente, precisava ele fazer essa comparação.

Na questão do pedágio, ações foram movidas, decisões uma atrás da outra, o Estado foi derrotado, indenizações bilionárias em curso alertadas por este Deputado. E quantas vezes fui provocado, até por Deputados da Base dizendo: que estranha essa posição. Como se fosse possível quebrar contratos só com posições ideológicas. Um “ideologiquês” parecido com Evo Moralez. Aliás, quando Evo Moralez rompeu contratos com a Petrobras, o Governo Federal, tendo que mediar e garantir o abastecimento, não assumindo uma postura que alguns queriam que o Governo assumisse, recebeu do Paraná uma provocação, dizendo que, segundo fala do Roberto Requião, de que certo estava o Evo Moralez. Pena que o Brasil, não teve ninguém para tomar tais medidas, medidas temerárias, medidas que geram e geram prejuízos.

Nós só falamos de contratos, daqueles que aparecem às nossas vistas, mas há contratos em curso que foram rompidos administrativamente e que também geram, por isso que é importante falar aqui, porque ficam gravados os nossos discursos, para que, na posteridade, possamos ser julgados pelos alertas que fizemos. De que vale o Parlamento, que tem papel fiscalizatório, se não exercê-lo na sua plenitude? Outros contratos, como eu dizia, administrativamente foram rompidos e que geram, sem dúvida nenhuma, indenizações bilionárias.

Mas, Deputados Durval Amaral, Dobrandino, Rossoni e Caíto, V. Exas. sabem bem do que falo, porque também as comparações foram sucessivas. Talvez o Governo Federal tenha sido frouxo, sim. Frouxo em Paranaguá. Talvez sim, de ver coisas e ocorrências tais quais as relatadas aqui e não ter tomado uma medida mais dura, por entender que precisa chegar a um entendimento: Governo do Estado, Governo Federal, operadores portuários. Talvez, porque escolhe o caminho do diálogo, o caminho que talvez seja o mais comprido, o mais duro, com percalços, mas que não necessariamente oferece os riscos que oferecem aquelas medidas temerárias. Decisão que pode advir desse rompimento, dizem que gerará prejuízos de 850, 900, 830 milhões de dólares.

Por isso é que voto. Voto pelo Paraná. Não voto pelo Governo. Voto pela Copel porque o Governo passa e tomara e, sem dúvida nenhuma, com essa administração e com outras que virão, a Copel perdurará. Assim acontece com a Petrobras. Assim acontece com as empresas públicas. Por isso venho dizer aqui que voto. A Diretoria da

Copel que aqui está, quando veio pela primeira vez, disse para vários Diretores: comigo não precisar perder tempo de convencimento. Eu disse que votaria, votaria para preservar o Paraná dos riscos, dos desastinos, desaforos, posições ideológicas, aparentemente possíveis, mas que, no andar da carruagem, não acontecem.

Portanto, venho aqui para fazer desse posicionamento e desse voto, que poderia ser anônimo, poderia ser sem posicionamento, mas não nos caberia, pelo menos na concepção que tenho desse mandato que tenho por objetivo exercê-lo até o final deste ano, não seria possível.

Portanto, voto favorável para preservar o Paraná desses riscos todos e dessas indenizações bilionárias.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaria de saber do relatório da Comissão de Finanças da Casa, sobre o impacto financeiro do Orçamento do Estado em relação a esse negócio e da Copel, atendendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, e nesse caso o Deputado Hermes Fonseca não tornou público, qual seria esse impacto.

Sra. e Srs. Deputados, conseguimos na Comissão de Fiscalização chegar até aqui e entregamos à Mesa, acatado pelo Presidente da Casa de distribuímos algumas cópias aos Srs. Deputados, de um pré-relatório de 21 páginas. Evidentemente que esse pré-relatório da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, está à disposição de todos os Srs. Parlamentares.

Vou fazer a leitura de alguns pontos, que evidentemente poderão trazer alguns subsídios para aqueles que não se pronunciaram em tempo hábil e não se preocuparam em estudar, ou para subirem à tribuna para questionar eventuais mudanças das Comissões Internas da Casa.

3. Dos Investimentos Realizados pelos Sócios na UEG:

De acordo com documentos fornecidos pelas partes envolvidas com relação aos resumos de investimentos realizados na UEG, e dos valores capitalizados pelos sócios individualmente em dinheiros durante todo o projeto, temos os seguintes valores:

Resumo dos Investimentos realizados na UEG até 31.12.2005: (Documento 7)

Descrição	Total em Dólar	Total em Reais
Usina Termelétrica (Equipamentos e Serviços)	US\$ 226.762.620,35	R\$ 527.218.657,72
Usina de Proc. de Gás Natural (UPGN)	US\$ 43.146.580,23	R\$ 105.662.586,14
Escritórios Administrativos	US\$ 215.924,45	R\$ 518.239,98

**Resumo dos Investimentos realizados na UEG até
31.12.2005: (Documento 7)**

<i>Diferido (Custos de Desenvolvimento, Medidas Compensatórias, Transferências de Tecnologias e Outros Gastos Pré-Operacionais)</i>	US\$ 36.263.135,23	R\$ 104.329.448,54
Total	US\$ 306.388.260,26	R\$ 737.728.932,38

**Aportes realizados pelos Sócios:
(Documentos 8, 9 e 10) (*)**

Sócio	Total em Dólar	Total em Reais
<i>El Paso</i>	US\$ 189.431.875,14	(**) R\$ 432.864.097,89
<i>Petrobras</i>	US\$ 61.112.853,08	R\$ 141.267.934,47
<i>Copel</i>	US\$ 61.095.474,92	R\$ 143.582.807,80
Total	US\$ 311.640.203,14	R\$ 717.714.841,36

(*) Eventuais diferenças referem-se ao período de aporte dos capitais e a sua conversão pela taxa de câmbio da época.

(**) Consta de Planilha enviada pela própria EL PASO em correspondência datada de 17.06.2006, em resposta ao ofício 064/2006-CF da Comissão de Fiscalização (Documentos 11 e 12) que o valor total atual investido atualizado até 31.03.2006 pela EL PASO é de R\$ 393.025.986,29, isso já considerando valores retornados à EL PASO referentes a reduções de capital em outubro, novembro e dezembro de 2002 no valor total de R\$ 48.044.042,04.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Este pré-relatório de 21 páginas não vou ter tempo para ler na plenitude, mas vou fazer algumas considerações que são pontuais e levam a interesses de todos os Srs. Deputados:

(Lê):

“Então, resta saber por que tais medidas saneadoras não foram negociadas pela Copel e pelos outros sócios da UEG, para colocar já em 2003 a Usina em funcionamento. Será que haviam outras dificuldades, pois o próprio Sr. Rubens Ghilardi informa que assumiu a Copel em maio de 2003, na época em que houve a moratória do executivo estadual, que se fossem mantidos os pagamentos para a UEG inviabilizava a empresa (Copel). Disse que isso a gestão anterior deveria saber porque o cálculo foi feito pensando em vender dessa Usina, sendo evidente que você não iria tirar o recurso do caixa da Copel, sem ter como repor Isso, com o tempo, iria exaurir o caixa da Copel, e a empresa seria inviável. Que, portanto, ele não podia julgar ninguém, essa situação encontrada na Copel era de quase falência.”

Agora, fica uma pergunta: como é que pode quem assinou o contrato para atrair toda a responsabilidade para a Copel, seja o Ingo Hübert como Secretário da

Fazenda e Presidente da Copel, sejam os Conselheiros que participaram, Conselheiros da Administração, Conselheiro Fiscal da Copel, gostaria de saber e perguntar à Justiça, ao Ministério Público estadual, em que fase se encontram esses processos, que segundo o Procurador Geral do Estado diz ter levado ao Ministério Público, só que nem o Procurador do Estado veio à audiência da Comissão de Fiscalização e nem o Ministério Público se fez presente ou representado.

(Lê):

Em continuidade aos depoimentos informou-se à Comissão de Fiscalização que foi instaurado um Inquérito junto ao Ministério Público de nº. 102/04, junto à Promotoria do Patrimônio Público, para averiguar as irregularidades nos processos e contratos envolvendo a UEG e a Copel.

b) Da Copel como Compradora de Energia da UEG:

Dentro deste papel exercido pela Copel como compradora de potência assegurada ou de energia da UEG, com exclusividade da venda desta energia no mercado, verificamos que a Copel assinou vários contratos com a própria UEG e com a Compagás. Contudo, analisando tais contratos e condições firmados com a UEG chega-se à conclusão inicial que independentemente do nome dado ao Contrato o mesmo na verdade era um contrato de Leasing ou seja, de Arrendamento Mercantil com cláusula de compra da UEG ao final pelo valor simbólico de R\$ 1,00.

Desta forma, ao assinar o Contrato de PPA com a UEG em 31.05.2000, alterado pelo 1º Aditamento ao PPA em 05.12.2001, a Copel se responsabiliza totalmente pelos custos da UEG, inclusive de aquisição de Gás Natural da Compagás, assumindo a posse da usina logo após a sua entrega.

Após os testes de 100 dias a UEG foi dada como entregue e dada em funcionamento em 27 de setembro de 2002, sendo que a Copel já nestes testes pelo Contrato de PPA assinado era responsável pelo gás fornecido e por entendimento da El Paso pelo fornecimento da composição do gás que deveria ser utilizado para balizar o perfeito funcionamento das turbinas, responsabilidade esta baseada nos contratos firmados em 31.05.200 e 05.12.2001.

Com a entrega da usina oficialmente, a Copel assumiu o encargo de entrar na posse da usina e fazê-la funcionar, arcando com todos os custos e com a remuneração dos sócios cotistas.

Contudo, após alguns meses de pagamento e com a usina ainda não em funcionamento a Copel decidiu, depois de uma moratória promovida pelo novo Governo Estadual no Paraná, suspender os pagamentos, o que ocasionou os litígios pendentes atualmente entre a Copel e a UEG, e levou à necessidade de renegociar os seus contratos com a Compagás.

Após a suspensão dos pagamentos da Copel para UEG registraram-se as seguintes situações envolvendo custos arcados pela Copel:

• *Antes da suspensão dos pagamentos verifica-se que a UEG Araucária Ltda., faturou contra a Copel o montante bruto de R\$ 91.777.000,00s no exercício de 2003. Já no exercício de 2002 a UEG faturou contra a Copel o montante de R\$ 76.719.000,00 (referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002), tendo recebido deste montante o valor de **R\$ 68.506.000,00** da Copel, e restando a receber um valor de R\$ 8.213.000,00, conforme apontamentos constantes das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da UEG Araucária Ltda., referentes aos exercícios de 2002 e 2003 (documento 03);*

• *Que em documento denominado Custos do Projeto UEG Araucária para a Copel (documento 13), levantou-se que a Copel vem desembolsando os seguintes custos referentes à manutenção da Usina de Araucária:*

Ano	Valor em Reais
2001	2.736.746,00
2002	5.636.740,00
2003	4.158.097,00
2004	4.822.495,00
2005	5.181.527,00
2006 (Jan-Maio)	1.551.009,00
Total	24.086.614,00

• *Sendo a Copel a operadora da UEG, pois firmara um contrato de Arrendamento da Usina, a mesma firmou com a Petrobras e com a Compagás um Contrato de Compra e Venda de Gás Natural em 08.12.2000, com cláusula de Take or Pay, ou seja, Pegue ou Pague, desta forma independentemente da Copel ter utilizado o gás ela deverá realizar o pagamento do mesmo à Compagás e Petrobras.*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o nobre Deputado Neivo Beraldin - conforme entendimento das Lideranças do Governo e da Oposição para suspender a Sessão às 17h00. Está nos visitando na Casa hoje o Dr. Celso Antônio III, que estará fazendo lançamento do seu livro: Teoria Geral do Delito pelo Colarinho Branco.

Então, consulto V. Exa. se concordaria em concluir o seu parecer logo depois dessa interrupção por dez minutos?

O SR. NEIVO BERALDIN

Certamente, atenderei com muito prazer, sobretudo quando se trata do nome Celso III; temos por ele um grande orgulho como brasileiro e como paranaense, pelo trabalho que apresenta com seriedade, com dignidade.

Mas, Sr. Presidente, para encerrar a minha preleção, só colocando esse relatório tendo em vista sido indagado por alguns Deputados que assumiram a tribuna dizendo que era necessário fazer, levar ao conhecimento. E nós, então, evidentemente que não poderíamos aceitar tal provocação, por isso, estamos tornando público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informação dos Srs. Parlamentares, será publicado no Diário da Casa o parecer na sua totalidade.

Está suspensa a Sessão por dez minutos, convidando os Srs. Parlamentares para se dirigirem ao Salão Nobre para o lançamento do Livro “Teoria Geral do Delito pelo Colarinho Branco”, de autoria do Procurador Celso Antônio III.

(Reabertura da Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaro reaberta a Sessão Ordinária.

Só usará da palavra o orador que vai encaminhar contra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Neivo Beraldin fez dois questionamentos com relação ao impacto financeiro.

A Copel não está submetida a impacto financeiro, porque não está submetida à Lei 101. Ela está submetida à Lei 8666 e à Lei 6404. Por esta razão não há o que se falar de uma das questões que a comissão ficou de ver, que é o impacto financeiro.

Esse é o esclarecimento que quero trazer com relação à fala do Deputado Neivo Beraldin.

Muito obrigado!

O SR. CAÍTO QUINTANA (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas para dirimir eventuais dúvidas, quero manifestar para V. Exa. que no parecer da constitucionalidade foi feita uma correção. Foi suprimida a expressão revoga-se disposições em contrário. É correção feita pelo próprio relator, não é emenda.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Plauto Miró Guimarães.

(**Ausente**); Deputado Marcos Isfer. (**Ausente**).

Está em votação o parecer da Comissão de Finanças. **Aprovado.**

Está em votação o projeto.

Para encaminhar, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Encaminho o projeto que o Governador Roberto Requião envia a esta Casa, pedindo autorização para

aquisição das partes que cabem à El Paso, empresa americana, junto à UEG Araucária.

Tivemos aqui na Assembléia Legislativa, no plenário desta Casa, a presença dos Diretores da El Paso e do ex-Presidente da Copel, Ingo Hubert. Tivemos, também, aqui no plenário, a presença do Presidente da Copel. É um assunto que já foi discutido, debatido e chegou o momento de a Assembléia Legislativa se manifestar sobre essa compra por parte da Copel, do Governo do Estado, ou não.

Entendemos, Srs. Deputados, que quando da composição da empresa UEG Araucária e os 20% que tem a Petrobras, 20% que tem a Copel e 60% a El Paso, cada sócio dessa empresa tem contribuído e tem aportado nessa empresa os recursos necessários para a construção da referida termelétrica, no estágio que ela se encontra atualmente. Fomos informados, através do contrato e da documentação que constitui essa empresa, que está claro que após vinte anos da existência dessa termelétrica todas as ações da El Paso e dos outros proprietários viria de graça para o Governo do Estado, ou seja, ao preço simbólico de R\$ 1,00 (um real). O Governo do Estado, através desta mensagem, solicita autorização para o pagamento de 190 milhões de dólares. É muito dinheiro, Deputado José Maria Ferreira.

A informação que temos e que foi prestada é que com a aquisição dessas cotas da El Paso, o Governo do Estado queria 80% da participação dessa empresa e, lógico, ele, tendo a maioria das ações, o controle acionário, retiraria aquela ação que se encontra, hoje, lá na França, pedindo 850 milhões de dólares de indenização em relação ao rompimento unilateral do contrato do Governo do Estado com a UEG Araucária.

Por que essa indenização de 850 milhões? Porque se fez um rompimento de um contrato unilateral. Agora, alguém pode dizer: “mas 190 de dólares é bem menos do que 800, 850 milhões de dólares para o Governo do Estado desembolsar!” Lógico que é bem menos. Agora, não seria muito mais barato para o Estado do Paraná, ao invés de ter feito um rompimento unilateral, sentar à mesa, fazer uma negociação?

Alguém pode dizer - e o próprio Presidente da Copel disse desta tribuna: “caso não tivesse ocorrido o rompimento, o pagamento que a Copel deveria reembolsar seria bem maior do que os 190 milhões que o Governo do Estado pagaria hoje!” Isso até posso acreditar, mas não podemos esquecer, Srs. Deputados, que quando se construiu e quando se constituiu essa empresa para geração de energia elétrica, foi exatamente no ano de 2001, se não me falha a memória, foi no ano que tivemos apagão, que faltou energia elétrica do Brasil inteiro.

Irresponsáveis seriam, sim, naquele momento, os Governos que teriam a condição de constituir uma nova empresa e gerar mais energia se não o fizessem. Lógico, após a constituição dessa empresa houve uma queda no consumo de energia elétrica. Mas, quem previa isso? Ninguém.

Agora, estamos diante de um fato. Fazer o quê? Aprovar essa mensagem, essa lei autorizando o Governo do Estado a desembolsar 190 milhões de dólares ou não aprovar e correr-se o risco de pagar uma indenização de 850 milhões de dólares?

Fazer o quê, Deputado Tadeu Veneri? Diz uma velha frase: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. O que vamos fazer?

Tudo isso se criou, Deputado Vanderlei Iensen, no meu entender - e tenho o direito de pensar desta forma - pelo rompimento de um contrato unilateral. Vamos pegar a coisa mais simples que existe: a locação de um imóvel, seja residencial ou comercial. Fazemos um contrato de arrendamento e nesse contrato, com toda certeza, deve existir e existem cláusulas que impõem responsabilidade e deveres para o locatário e também para o inquilino. E se alguém romper esse contrato, haverá o pagamento de uma multa. Quem romper o contrato e não cumprir a cláusula contratual da multa, a parte prejudicada vai procurar seus direitos na Justiça. E a Justiça não tem outra forma a não ser analisar única e exclusivamente a lei, e deve condenar quem não cumpriu a cláusula contratual.

Mas, claro, quando você aluga um imóvel e faz um contrato para 12, 24, 36 meses ou cinco anos, Deputado Reni Pereira e o momento que tua empresa...

(interrompido)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Queria confirmar com V. Exa. se já passou do horário?

O SR. PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)**

São dez minutos, Sr. Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não passou do horário ainda?

O SR. PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)**

Não, são oito minutos e vinte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O relógio está em dia então?

O SR. PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)**

Coincidentemente bate com este aqui.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria pedir desculpas ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Quero lembrar ao Deputado Jocelito Canto, que é um grande defensor do Governo, realmente tem que interromper qualquer pronunciamento para que você faça com que quem não concorde com sua tese, perca exatamente o raciocínio, que não é o meu caso, Deputado.

Quando você aluga uma sala, um imóvel, e você não consegue cumprir porque a empresa passa por difi-

culdade e você, como pessoa física, vai procurar a outra parte para fazer o entendimento e não o rompimento unilateral, procura-se um entendimento, faz-se uma negociação. Não seria muito mais viável? Deputado Neivo Beraldin, que preside esta Sessão, tenho o direito de pensar o seguinte: se você faz uma negociação, um entendimento buscando exatamente o consenso entre as partes, isso é feito na sala, à porta fechada e isso não dá mídia. E você fazendo um rompimento unilateral, isso dá mídia. E quem paga por isso somos nós.

Por isso, quero dizer aqui na Assembléia Legislativa, votarei contra este projeto, sei que o Governador, usando a maioria, o Deputado Scarpellini também nos faz sinal. Votarei contra esse projeto, embora sabendo que o Governador tem a grande maioria aqui na Assembléia; o projeto, sem sombra de dúvida, deverá ser aprovado. Mas, vem aquela velha questão novamente: “quem tem a maioria vota e a minoria esperneia”.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria consultar V. Exa., segundo o Regimento Interno desta Casa, queria consultar os assessores do Presidente: quem já encaminhou a votação, não pode presidir a atual Sessão. Eu queria fazer essa consulta à Mesa. O Deputado Neivo Beraldin já encaminhou e segundo o Regimento Interno da Casa, não pode presidir.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Encaminhei a votação e não o parecer. Estou presidindo neste momento, por um pedido.

Aliás, solicito a V. Exa. que venha presidir, por favor. Na condição de Presidente estou convocando a V. Exa., para que assim o faça, por favor.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Deputado Jocelito, quero lembrar a V. Exa., que preside esta Sessão neste instante, que deve conhecer profundamente o Regimento Interno. O Presidente não pode encaminhar na presidência. Agora, o Presidente da Assembléia pode presidir a Sessão e tem que entregar a Presidência, para encaminhar qualquer votação.

O SR. PRESIDENTE (Jocelito Canto)

Muito obrigado, Deputado Elio Rusch.

Isso foi bom, porque pela primeira vez na história desta Casa, estou presidindo. Então, serviu para alguma coisa, por deferência especial do Deputado Neivo Beraldin.

Segundo orador inscrito, para encaminhar a votação do Projeto 193/06, Deputado Natálio Stica, do PT, por dez minutos.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente Jocelito Canto, em exercício, nesta tarde de hoje, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Quero falar um pouco na defesa desta votação que iremos fazer, porque tive a oportunidade de acompanhar algumas reuniões sobre este assunto.

Quando tive a oportunidade de exercer a Liderança do Governo nesta Casa, por duas oportunidades acompanhei o Governador Requião no Ministério de Minas e Energia, quando a Ministra Dilma Rousseff era Ministra daquela Pasta. Lá estivemos com o Dr. Rubens, Presidente da Copel e outros diretores dessa empresa e o assunto em discussão era a UEG de Araucária. Também, como Líder do Governo, tive a oportunidade de conversar e trazer para uma reunião com o Governador, o meu amigo de muitos anos, na Petrobras, hoje Diretor de Gás e Energia daquela empresa, Ildo Sauer. Acompanhei várias reuniões onde foi discutido o caso da UEG.

Quero pegar as últimas palavras do meu amigo e companheiro nesta Casa, Deputado que tenho o maior respeito, Elio Rusch, e dizer que o que estamos fazendo hoje aqui, sem sombra de dúvida é o melhor para o Paraná, neste momento, porque infelizmente, o Governo que V. Exa. defendeu, o ex-Governador Jaime Lerner foi o homem responsável pelo contrato da UEG com o Governo do Estado do Paraná e com a Copel.

Estamos acertando. Esta Casa, hoje, está resolvendo um problema pendente no Paraná e que se não tivesse a decisão tomada pelo Governador Requião, talvez estivéssemos discutindo uma ex-Copel - como já discutimos aqui a dívida no Estado do Paraná. O Banco Central, Deputada Elza, por conta do ex-Banestado, onde o Paraná paga, hoje, cerca de cinquenta milhões de reais por mês, em uma dívida que monta aí trinta anos e a Copel certamente ou estaria falida ou estaria prestes a uma insolvência, por conta de um contrato mal feito do ex-Governador.

Quero lembrar alguns dados que aqui foram ditos pela Diretoria da Copel, que aqui veio de quatro e meio bilhões de reais, por vinte anos de aluguel dessa empresa, para só então o Estado do Paraná se tornar dono dessa unidade. Portanto, quatro e meio milhões de reais é o quanto iríamos pagar pelo uso da energia da UEG. Pior do que isso, em um contrato em que estaria praticamente falida a Copel se desse continuidade, mesmo sem ter a energia daquela unidade e hoje já teríamos pago certamente mais de três bilhões e fala-se em cinco bilhões, que é o que a Copel já teria pago hoje, caso tivesse a continuidade desse contrato malfadado para o Estado do Paraná.

Portanto, quero mais uma vez dizer, aqui desta tribuna, que teríamos três caminhos, três alternativas para o Estado do Paraná e a UEG, que seriam: ou o Estado mantinha esse contrato e pagaria os quatro e meio bilhões de reais pelo aluguel por vinte anos dessa empresa, ou aguardamos a decisão do Tribunal Internacional, já que ele foi provocado pela El Paso, porque se sentiu prejudicada quando o Governo do Paraná tomou a iniciativa competente - pode ter sido dura, mas competente - de suspender os pagamentos que entendemos que eram indevidos naquele momento. Então, ou manteríamos o contrato de

quatro e meio milhões ou esperaríamos a decisão do Tribunal, e decisão de Tribunal, antigamente tinha um ditado que dizia: “cabeça de juiz e barriga de gestante não se sabe o que sai”. Hoje, de barriga de gestante já se sabe o que sai, mas de cabeça de juiz ainda não sabemos!

Portanto, pode ser que essa seja uma decisão onde o Estado do Paraná tenha que pagar, sim, quase um bilhão por conta do não pagamento feito à El Paso e ainda mais, a decisão pode ser de manter a decisão do contrato inicial do aluguel de quatro e meio bilhões. Ou uma terceira proposta, que é fazer a negociação, negociação esta que há muito se deu e que agora está aí consolidada por 190 bilhões de dólares, que é exatamente o dinheiro empregado pela El Paso na parte dela na unidade aqui de Araucária.

Portanto, sem sombra de dúvidas, neste momento, o melhor negócio que o Paraná faz para se livrar de uma possível ação judicial, para se livrar de um contrato de quatro e meio bilhões, que só este pagamento da compra da UEG equivale a dois anos de pagamento do contrato. Portanto, a partir de dois anos vai ser então, segundo os moldes do contrato, nossa essa empresa e não precisa mais ficar pagando os dezoito anos, como era no contrato inicial. Não tenho dúvidas que é, sem sombra de dúvidas, o melhor negócio. Quisera eu que não estivéssemos discutindo a UEG, que não tivesse o FHC colocado essas propostas dessas unidades em todo o Brasil; quisera eu que o ex-Governador não tivesse colocado a Copel em uma “saia justa” como colocou, sem uma responsabilidade e deixando para o Governo do Estado, que infelizmente tomou a decisão mais corajosa e mais sábia.

Não posso também ouvir aqui - e esta Casa tem responsabilidades e nós somos, antes de tudo, fiscalizadores, sim, do dinheiro público do Estado do Paraná, mas, além da responsabilidade de fiscalizador, não podemos sair fazendo acusações sem provas.

E aí, meu companheiro de Partido, Tadeu Veneri, não estou lhe vendo por aqui, mas gostaria, a não ser que eu esteja enganado, ouvi V. Exa. dizer que foi feita uma proposta de sessenta milhões de dólares e não compramos e agora estamos pagando cento e oitenta. E vejo o Deputado Marcos Isfer confirmando essa denúncia.

Pois muito bem, eu quero, enquanto Deputado, que me apresentem por escrito a cópia dessa proposta, diz que me diz não serve para mim. E esta Casa não pode ter irresponsabilidade, não pode jogar. Eu quero saber de onde a Diretoria da El Paso poderia ter autonomia para fazer uma proposta de sessenta milhões de dólares quando ela gastou cento e oitenta, cento e noventa?

Como é que explicaria aos seus acionistas, já que a El Paso é uma empresa que tem ações vendidas em todo o mundo? Como é que a empresa iria justificar à direção da empresa pagar cento e noventa e oferecer por sessenta? E que burrice e que sandice é essa do nosso Governo em não aceitar pagar sessenta milhões de dólares?

Portanto, requeiro, em documento escrito, a proposta feita pela El Paso, porque aí, sim somo-me com V. Exas. para pedir que o Governador Roberto Requião pague a diferença de cento e trinta milhões.

Portanto, Srs. Deputados, concluo dizendo mais uma vez e em alto e bom tom: quero por escrito essa proposta para que possamos exigir a reposição de mais cento e trinta milhões de dólares para os cofres públicos do Paraná.

Não vindo por escrito, nunca mais façam acusações sem mostrar no papel porque é leviano e leviano não cabe mais nesta Casa, porque esta Casa sempre agiu e vai agir com seriedade.

Voto favorável e peço o voto favorável porque é, neste momento, o melhor para o Estado do Paraná a compra da UEG, para definitivamente estar nas nossas mãos e não ficar com contrato de vinte anos pagando quatro e meio bilhões e não correr o risco de também pagar quase um bilhão se perdermos no Tribunal Internacional por conta de uma ação bem tomada num momento de coragem do Governador, onde acaba com uma dívida inconsequente colocada pela Copel e que poderia estar falida no dia de hoje.

O SR. LUIZ NISHIMORI (**Pela Ordem**) (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de registrar e agradecer as presenças dos Vereadores de Doutor Camargo, Luisinho Montoia; o Nilson Jorge, e também a presença do Prefeito de Diamante do Norte, Pedrinho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Jocelito Canto**)

Nossas boas-vindas aos nossos visitantes que foram nominados pelo Deputado Luiz Nishimori.

Concedo agora a palavra ao terceiro orador inscrito, no total de nove até aqui, tem ainda uma vaga, ao nosso representante de Foz do Iguaçu, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, eu vou abreviar o encaminhamento até para que todos possam fazer uso da palavra.

Eu até não iria encaminhar, mas faço questão de encaminhar desta tribuna e dizer que não mudei de posição, eu continuo como sempre estive nesta Casa, desde o dia 15 de fevereiro de 2003: pago para legislar e para fiscalizar o Executivo - é para isso que o povo do Paraná me paga. E, neste momento, e eu não vou falar de um Parlamentar, o Deputado Augustinho Zucchi que falou que um Parlamentar acusou a Copel de já ter celebrado, não acusei, questionei o Dr. Rubens, que aqui se faz presente, e citei a fonte: o jornal Gazeta Mercantil, do dia 29 de março, reportava matéria que a Copel já havia adquirido. E fiz a pergunta e vou chegar ao porquê que hoje encaminho favoravelmente ao projeto, porque recebi hoje pela manhã, quando cheguei ao gabinete, não sei se foi enca-

minhada semana passada, uma carta, a cópia da Carta de Intenção do Negócio entre a El Paso de Araucária e a Copel. Fiz questão de mostrar para os demais Parlamentares que não haviam recebido, fiz questão de mostrar para a imprensa que nessa carta estava até sendo redundante em alguns aspectos para não pairar dúvidas e nem qualquer questão futura quanto à venda das ações da El Paso. Literalmente, a El Paso, segundo esta carta que é um documento que recebi oficialmente, está vendendo de porteira fechada as suas ações na usina de Araucária, abrindo mão de honorários e, inclusive, mais um aspecto que nós, da Comissão de Fiscalização não havíamos levantado, que a El Paso coloca aqui que já teve uma despesa de 6 milhões e 500 mil dólares nessa demanda judicial lá em Paris, e inclusive, dessa demanda e dessas despesas ela estaria abrindo mão.

Quanto à questão de por que mudei de posição, mudei porque nesta carta consta claramente que o contrato definitivo só seria celebrado após autorização da Aneel e da Assembléia Legislativa.

O que tenho feito nesses três anos aqui nesta Assembléia, sempre foi socializar aquilo que tenho feito para enriquecer o meu mandato, seja nas dúvidas, seja também nos encaminhamentos. Tenho um compromisso acima de tudo, com o Paraná e com os paranaenses - não com o Governador nem com o Governo nem com a Bancada de Oposição ou de Situação.

Por isso eu subi à tribuna, hoje fiz questão de levar esta carta a vários parlamentares, porque realmente lá atrás eu não tive dúvidas quanto ao meu posicionamento - não estamos fiscalizando este Governo - eu falei, na oportunidade era uma careca de topete - tem que aproveitar quando aparece pela frente, agarrar - depois que foi embora não adianta tentar pegar mais, porque cabelo não tem na nuca de careca. E esta oportunidade de fiscalizar não foi neste mandato. Eu estava fazendo esses questionamentos à Copel para, sim, colaborar votando nessa mensagem do Governo e houve um erro, sim, por parte da Copel e eu quero dizer aqui - se a Copel tivesse mandato já no mês de março cópia desta carta para todos os Parlamentares, seja através da Liderança do Governo, seja até de envio postal a cada Parlamentar, certamente não teria gerado nenhuma discussão nesta Casa, porque esta carta é esclarecedora e com base nesta carta é que encaminho favoravelmente, porque não mudei e, inclusive, fundamento a votação na mensagem, porque se é caro aquele investimento e fomos lá na Comissão de Fiscalização e vimos que realmente está e permaneceu parado, só funcionou cem horas por ocasião da inauguração, mais caro ficará a cada dia que permanecer fechado.

Então, realmente, não mudei de posição. Estou votando de acordo com a minha consciência e com a coerência. E nesta carta a Copel me demonstra claramente que não tinha realizado o negócio. Que, sim, era uma carta de intenções e que nessa carta mesmo, consta que depende da aprovação da Assembléia.

Por isto que encaminho favoravelmente e peço aos demais Parlamentares que votem, até porque cada dia que fica parada a UEG de Araucária, o Deputado Plauto nos acompanhou lá, mais caro ela fica.

Quanto à questão do passado, questão política do Lerner, isto não interessa, Deveria ter sido fiscalizado lá atrás. E se tiver alguma irregularidade, vamos fazer o nosso papel de fiscalizador. Hoje, estamos fazendo aqui o papel de legislador, votando a mensagem do Governo. O caráter de fiscalização desta Assembléia podemos exercê-lo e estarei pronto a me ombrear com qualquer Parlamentar, seja do Governo, seja da Oposição para buscar a verdade em relação ao passado. Mas, hoje, o nosso compromisso é com o presente e com o futuro do dinheiro público do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras:

Acho que os números foram exaustivamente repetidos e eu sinto que o Plenário está preparado para votar; Estamos aqui desde às 14h30m, sei que deve ser por volta das cinco horas da tarde, então estamos preparados para votar. Tem algumas questões que quero reafirmar porque mais uma vez, o Governador Roberto Requião, de forma responsável, corajosa e deixando claro o seu compromisso com o dinheiro público e com o povo do Paraná, toma uma decisão assertiva, a decisão que tem que ser tomada e só é tomada por estadistas como o Governador, que tem compromisso com o Estado do Paraná que está sob seu comando.

Então, é preciso que se deixe claro que tudo que ouvimos do ponto de vista que foi um grande negócio porque, naquele momento, o Paraná poderia ser atingido pelo apagão, todos nós sabemos que não é verdade! Porque ainda naquele momento o Estado do Paraná produzia energia suficiente para bancar o Estado e ainda vender. Portanto, este argumento é frágil, vulnerável e foi aqui amplamente defendido.

Queria dizer que também toda denúncia tem o ônus da prova. Não vou entrar mais nessa questão porque o companheiro Stica já colocou uma questão que eu também tinha preocupação, de documentar, de provar, porque as coisas são jogadas, são soltas mas é preciso que se prove! Essa questão, por exemplo, do documento que a El Paso propõe 60 milhões apenas nessa negociação. É preciso que se diga também que aqui o Parlamento, Zuquinho, permita-me chamá-lo assim, Deputado Zucchini, quer dizer parla, fala, discute. E não há nenhum problema, nós até podemos mudar de opinião quando devidamente esclarecidas as nossas dúvidas. Qual é o problema? Aqui todos tiveram oportunidade, Oposição e Situação de, cinco horas, quando aqui estiveram o Dr. Rubens e seu corpo técnico, de tirar todas as dúvidas que

foram apresentadas, sem exceção! Todas as dúvidas, todos os documentos perdidos pela Comissão de Fiscalização foram entregues e mais um pacote de documentos que hoje foram perdidos.

Temos hoje uma situação concreta que é e já está claro pelo que foi posto aqui que é votar nesse projeto que é, sem dúvida, a única coisa que o Governo do Paraná tem e deve fazer para resolver uma pendência que, mais uma vez, não foi criada pelo Governador Roberto Requião.

Eu queria dizer também que é preciso ficar esclarecido, em caráter definitivo, que há aqui, por parte de um grande grupo, não uma estranha unanimidade mas há um entendimento de que, sem dúvida, não há outra coisa a fazer a não ser votarmos favoravelmente ao projeto, como disse o Deputado que me antecedeu. É muito ruim quando estas questões são jogadas dando a impressão que mudamos de opinião, por outra razão que não o convencimento através de dados, de números, de provas concretas de que o Estado está fazendo o que tem que ser feito.

Também foi colocado aqui que o Estado do Paraná estaria usando um recurso indevidamente e que estaria incorrendo em prejuízo. A Copel vai pagar este valor exatamente para que o Estado do Paraná não incorra no prejuízo, não continue pagando o prejuízo que já teve até aqui.

Então, fiz questão absoluta de colocar essas questões, porque quando estive aqui o Presidente da Copel e todo o seu corpo técnico, todas as dúvidas que tínhamos foram esclarecidas, todas as perguntas respondidas, todos os documentos apresentados. Não ficou um questionamento, que eu me lembre, sem ter uma resposta. E não ouvi, a menos que eu não tenha prestado a atenção o tempo todo, réplicas e nem tréplicas questionando ou contestando naquela momento, os números apresentados.

Então, desta forma entendo que estamos fazendo o melhor negócio possível, o negócio necessário para a Copel que tem 18% apenas das ações, mas que tem pago um preço alto pela responsabilidade, os custos de funcionamento de usina, gás, água possa fazer investimentos para que possamos, a partir de 2008, se não me engano, ter a possibilidade concreta da produção de mais energia. Não precisa ser um grande economista, não precisa ser um grande entendido nesta questão técnica, mas precisa ter disposição, boa vontade e compreensão para entender que, sem dúvida nenhuma, não há outro negócio a ser feito a não ser votar favoravelmente a esse projeto.

Deixo claro e registrado no Anais da Casa que mais uma vez o Governador Roberto Requião, de forma responsável e conseqüente, faz o que um estadista sério tem que fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador, Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos votando nesta tarde um dos projetos de maior repercussão econômica no Estado do Paraná, a autorização para que o Governo do Estado do Paraná adquira a participação acionária da UEG Araucária. Total do investimento 190 milhões de dólares. Situação difícil para todos nós Deputados e para o Governo do Estado do Paraná, também. Difícil por quê?

A Oposição tem denunciado desde o primeiro dia deste Governo a prática contumaz do rompimento unilateral de contrato. Esses rompimentos unilaterais causariam ao Estado do Paraná um passivo sem precedentes na história do nosso Estado. Certamente a UEG Araucária cristaliza o que a Oposição vem alertando desde o 1º dia de mandato. Todos nós ouvimos não só no plenário da Assembleia Legislativa, nos jornais, na Comissão Parlamentar de Inquérito com relação à Copel, que essa usina, a UEG Araucária, se entrasse em funcionamento iria explodir.

Pasmem os senhores, alguns chegaram a acreditar, ou por inocência ou por ignorância, que isso pudesse acontecer. A usina foi testada, foi feita uma auditoria, uma inspeção internacional e a própria Copel a recepcionou. Mas, o discurso não mais eleitoral, porque a campanha já estava ganha prevaleceu, de que a usina pudesse explodir e portanto esse era o motivo do rompimento unilateral do contrato.

Nós alertávamos sobre o passivo que poderia ser gerado no caso da UEG Araucária, o passivo que poderia ser gerado na questão dos pedágios no Estado do Paraná, no rompimento unilateral de tantos e quantos outros contratos, na questão das transgênicos, enfim, estamos acompanhando dia após dia, não por incompetência da Procuradoria Jurídica do Estado do Paraná, mas pelas causas indefensáveis, o Governo reiteradamente perdendo ações em todos os rompimentos unilaterais e muitos desses contratos rompidos, geram indenização. Veja a morosidade da Justiça brasileira e a agilidade do Tribunal Arbitral Internacional de Paris. Quando se rompe unilateralmente um contrato e a demanda é discutida, a pendência é discutida nos tribunais brasileiros, automaticamente essa demanda às vezes demora, 10, 15, 20, 30 anos até se tornar um precatório.

No caso específico da UEG Araucária, essa demanda, em menos de quatro anos, já estava em condições de ser julgada ou de ser arbitrada pelo Tribunal Arbitral. E estamos falando da bagatela de 800 milhões de dólares. Bom, alguém poderia dizer: contrato mal feito pelo governo anterior. Até porque, Deputado Rusch, é mais fácil falar de maneira leviana. Ocorre porém, que todas as termelétricas construídas no Brasil, têm as mesmas cláusulas, as mesmas condições e quando todos nos revoltamos com a atitude expropriatória do Evo Morales, da Bolívia, com relação à Petrobras, e o Tribunal Arbitral é o de Nova York, entendemos porque qualquer empresa transacional possa exigir um tribunal internacional para julgar possíveis litígios. É compreensível, até para resguardar o seu direito perante as cortes internacionais.

Então, não havia ali nada de lesivo. Muito pelo contrário, se cumpria o Direito Internacional. Em que situação estamos? Não os Deputados da Oposição, a Assembléia Legislativa e, por última instância, a sociedade paranaense. Se votarmos contra a autorização para se adquirir 60% da El Paso, estaremos condenando, como se nós culpados fôssemos, o Estado ou a Copel a ter que pagar 800 milhões de dólares em indenização. Isso significa que neste momento, o Governo está dizendo, está passando um recibo que o oportunismo do discurso, os factóides que são colocados de maneira veemente através da imprensa, impacta a economia do Paraná e gera um passivo incalculável para a nossa sociedade.

Ora, que situação! Que situação mais difícil. Ou autorizamos o governo a gastar 190 milhões de dólares que não precisariam ter sido gastos se a UEG Araucária estivesse funcionando e alguns podem dizer: 'Ah! Mas ela não tinha condições técnicas de funcionar ou não havia o gás...' Nove milhões e cem mil metros cúbicos de gás diário que a usina consumiria. Se a Petrobras não tivesse condições de disponibilizar os nove milhões e cem mil metros cúbicos de gás diário, com todas as certezas, o Governo do Estado, através da Copel, sentaria, ou melhor, iria buscar o diálogo com a Petrobras, com a El Paso, repactuar as cláusulas contratuais e aquela cláusula "take or pay" efetivamente não seria cobrada, porque o gás não estava disponibilizado.

Enfim, estamos pagando 170 milhões de reais pelo gás que não usamos. Estamos pagando 190 milhões por um ativo que agora vai ser imobilizado. Todos nós sabemos, você imobiliza um ativo à Copel vai ter que remunerar esse ativo. Remunerando, vai impactar a tarifa de energia elétrica que passa a custar mais, porque você está aumentando um ativo imobilizado da Copel, de uma empresa que ela já era sócia, agora com 80% que a Copel terá, a direção da Copel não poderá mais ir ao BNDS para buscar nenhuma linha de financiamento, porque todos nós sabemos que existe uma resolução do Banco Central que impede financiamento de recursos do BNDS, para empresas públicas.

Mas, em que situação ficamos? Autorizamos o Governo a gastar 190 milhões de dólares, estamos autorizando e dando, passando recibo da incompetência e do importunismo político que efetivamente nos deixa a todos, transformados. Não consigo compreender, antes de comprar a UEG Araucária, o Governo poderia sentar com a El Paso, com a Petrobras e com a própria Copel, renegociar o contrato. Não precisaria gastar os 190 milhões de dólares, colocava a UEG Araucária em funcionamento e não precisaria ter esse dispêndio. Só vai ter esse dispêndio para não pagar oitocentos milhões de dólares. Que situação nós ficamos!

Como Deputado de Oposição, vamos votar contra, até porque sabemos que o Governo vai aprovar essa matéria. Mas, vamos votar contra como sinal de protesto, para ficar muito claro que o passivo que está sendo gerado no Estado do Paraná comprometerá, sim; o oportu-

nismo do discurso, quem paga a conta é a sociedade paranaense. E vai pagar no pedágio, nos transgênicos, vai pagar em todas as ações reiteradas que o Governo vem perdendo e, efetivamente, vai gerar precatório. Não venham aqui, em hipótese nenhuma, com discurso fácil, dizer que estamos corrigindo um erro do passado. Por que olha, o erro do passado foi dizer que a UEG Araucária era uma bomba que ia explodir, como o Salto Caxias que ia ter que esvaziar porque a barragem ia cair e, até agora não caiu.

Não dá para entender, exceto a única certeza que tenho é que esse discurso fácil está custando neste momento, com a autorização da Assembléia, 190 milhões de dólares, mais 170 milhões de reais, para pagar o gás que não usamos.

O resto todo é justificativa para evitar um dano ainda maior que seria indenizar a UEG Araucária, em oitocentos milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PSDB)

Sr. Presidente, a pedido da Presidência e do adiantado da hora, abro mão do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há dias atrás, quando nesta Casa chegou o projeto de lei que pede a autorização para que possa ser feita a compra da usina termelétrica por 190 milhões de dólares, vim a esta tribuna dizer que me causava uma estranheza naquele momento um projeto de lei pedindo autorização para a Copel comprar a Usina Termelétrica de Araucária.

Lembro-me como hoje, a CPI da Copel, vários partidos da Base do Governo Roberto Requião fazendo uma investigação e incriminando a Usina de Araucária. Não estou aqui para defender, mas para lembrar aqueles integrantes da Base Aliada do Requião, naquele momento, na CPI, editaram um livro para que pudessem, através dele, dizer ao Estado do Paraná, oficialmente, de que a termelétrica que foi construída pelo Governo anterior, na qual foram investidos milhões de dólares, não servia para nada. E pior: era uma usina perigosíssima para o Estado do Paraná, em especial para o município de Araucária, porque se apertassem o botão para ligar a usina, ela poderia explodir. Uma grande catástrofe poderia acontecer lá no município de Araucária.

Escutei, nesta tribuna, alguns Parlamentares falarem sobre isso. E, agora, depois de uma pendenga judicial que conseguiu o atual Governo arrumar para o Estado do Paraná - e mais uma vez perdendo a briga judicial que chamou para ele - e no desespero, encaminhando à Assembléia Legislativa um pedido de autorização para

que pudesse - o Governo e a Copel - comprar a bomba que está por explodir lá no município de Araucária.

Estivemos junto com os Deputados Neivo Beraldin, Reni Pereira, José Domingos Scarpellini e outros Deputados, visitando a tal Usina de Araucária. E lá estivemos com técnicos da Copel que administram aquela usina parada. E nos deixaram claro: “olha, isto aqui tem um perigo de explodir, como tem um posto de combustível; se você trabalhar com fogo perto da bomba, perto do tanque do veículo no momento em que está abastecendo!

Então, tudo isto foi somando às informações que vimos pelos dirigentes da Copel e cheguei a uma conclusão: a conclusão de que o atual Governo é especialista em mentir para o povo. Especialista! Nunca vi coisa igual. Na hora da eleição vale tudo. A mentirada” vem, a palavra fácil é colocada, no momento das urnas a população acaba sendo levada por este discurso, vencem as eleições e depois, tudo o que falaram, fazem diferente! Isto traz uma desmoralização para nossa classe política, porque a conversa é uma, a promessa é uma, e a ação é exatamente o contrário.

Quero dizer, com tristeza, que estou vendo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia de hoje, vai votar a aprovação para a compra dessa usina, depois de tudo o que ouvimos, nesta Casa. O Deputado José Maria está escutando com atenção nosso pronunciamento e com certeza lembra-se do que se falou sobre essa usina, nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Posso dizer a vocês: está aí o momento. E vamos ver o resultado desta votação. E o Governo do Estado do Paraná tenta encontrar uma saída para a demanda judicial que ele arrumou e que com certeza vai trazer um sério prejuízo ao Estado do Paraná. Parece-me que dois: ele está entre a cruz e a espada. Ou ele gasta 190 milhões para ter o comando acionário daquela bomba que está lá em Araucária, ou ele perde milhões, não sei quantos milhões de dólares, numa demanda judicial que o Governo arrumou e agora está com a “faca no pescoço” e não sabe muito bem o que fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O próximo orador inscrito é o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos a obrigação de vir a esta tribuna, porque ao terminarmos a CPI da Copel - lembro-me claramente quais foram as resoluções, inclusive quais foram as leis votadas por esta Assembléia - que dizia que a Copel não poderia ter participações minoritárias, que ela deveria obrigatória ou preferencialmente ter sempre participações majoritárias.

Porque dizíamos isto naquela oportunidade? Porque tínhamos observado uma série de parcerias realizadas

e todas elas traziam os prejuízos, ou desgaste à imagem da nossa Companhia de Energia Elétrica.

Na oportunidade já dizíamos, e havia sido dito inclusive pelo representante da El Paso quando participou da CPI, aonde participaram inúmeros Deputados, da CPI da Copel e a El Paso, já declarava, naquela oportunidade, que desejava, sim, ou comprar a parte da Copel, ou vender a sua parte.

O Deputado Stica não participou dessas reuniões e por isso desconhece, e fala de coisas que não sabe; mas não há problemas porque outros lá estiveram e outros se recordam disso porque até aquele momento, não havia sido desfeito contrato nenhum, as discussões ainda giravam entre sócios num empreendimento; somente após é que houve o rompimento unilateral do contrato, e a partir daí a demanda arbitral em Paris, e a elevação dos custos, cada vez maior, dessa negociação.

Tivemos também, e entendo quando o Stica diz que neste momento é o melhor negócio, ou o único negócio. Realmente, hoje é o único negócio que sobrou, comprar por cento e noventa milhões. E eu tenho certeza, esta Assembléia vai aprovar porque defendeu que a Copel continuasse paranaense, a Assembléia defenderá esta instituição, como defende outras, mas sabe que outras negociações poderiam ser realizadas que não fosse o caminho do Arbitral em Paris, que não fosse o caminho do rompimento unilateral, a prepotência, o mal aconselhamento, que não fosse uma série de outras razões. Este Estado paga caro cada vez que os seus governantes são prepotentes, passam por cima desta Assembléia, das recomendações que daqui saem, passam por cima daquilo que a população do Estado entende. Mas, julgo mais importante do que isso, Deputado Pedro Ivo, que já fique neste momento nos Anais desta Casa, e requerido que esta Assembléia quer ver, sim, o contrato *a posteriori*, quando for firmado nos próximos dias a El Paso.

Temos a carta-minuta, queremos o contrato, queremos, sim, o contrato firmado com a empresa de advocacia Pinheiro Neto. Queremos, sim, a continuidade dos pagamentos realizados por essa empresa às empresas de advocacia terceirizadas, ou outras que lhes tenham prestado serviços.

Acho que é importante, Deputado Barbosa, Deputado Elio Rusch, Deputado Plauto, que saibamos desses dezenove milhões que a Pinheiro Neto recebe, a quem ela está pagando por perícia, pagando por contrato subsidiário, a quem ela está pagando a escritórios assistentes; acho que é importante termos essa relação e essa informação; seria importante até antes de votarmos. Eu sei, pelo contrato que recebi, pela forma que veio a carta-minuta, que há um prazo para se votar isso, mas que venha a esta Casa para que não tenha no ano que vem alguém aqui dizendo o seguinte: “vamos fazer uma CPI sobre aquela compra da El Paso realizada no ano passado com autorização da Assembléia”, para que não se suscitem dúvidas *a posteriori*. A Copel é uma empresa nossa, e é pela nossa defesa desta Casa, embora muitos pensem

que não seja assim, que o governante de plantão, hoje o Governador Requião, tenha total poder sobre ela; não tem não, Deputado Stica. A Copel é do povo e nós trabalhamos para isso...

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Gostaria que V. Exa. tivesse comigo o mesmo respeito que tive com V. Exa. e me deixasse terminar o meu pronunciamento.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Gostaria que o Deputado Isfer retirasse a acusação que me faz de que eu disse que o Governador se sente dono da Copel, porque em momento nenhum eu falei isso.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Stica, peço a sua compreensão, não cabe pela ordem.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não cabe aparte em encaminhamento, por favor.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

E eu não disse que V. Exa. falou; eu disse que V. Exa. poderia pensar isso, porque V. Exa. anda tão governista ultimamente que até isso poderia pensar. Porque me lembro que à época quando se discutia, muitos diziam que a Petrobras não poderia ter prejuízo, não poderia arcar com os prejuízos do rompimento do contrato porque ela fornecia o gás, e quem iria pagar este gás para a Petrobras? Muitos vieram questionar esses pontos, depois se esquecem. Mas não faz mal, não vamos esquecer.

Queremos, sim, a cópia desses contratos realizados, a cópia do escritório de advocacia relatando os seus pagamentos, os seus trabalhos realizados. Acho que é muito importante que fiquem aqui nos arquivos desta Casa, que não parem dúvidas, porque em outros momentos já autorizamos outras ações. E nas outras ações depois levantaram dúvidas aqui, sobre a compra da Elejor, sobre os negócios realizados com a empresa do Darci Fantin, uma série de coisas foram levantadas. Não vamos deixar que isto aconteça, vejo aqui os diretores da Copel, acho importante que tenhamos tudo isso bem transparente, muito claro. Entendo que esta é a posição desta Assembléia, Deputado Vanhoni, fiscalizar a todos os momentos, não deixar os fatos acontecerem e depois levantar dúvidas sobre isso ou sobre aquilo. Vamos levantar, vamos ver. Confesso que fiquei muito feliz de receber - disse aqui ao Deputado Reni - a carta minuta que foi enviada à El Paso, pudemos observar prazos, observar a forma como foi negociado. Não vejo problema nisso, não é segredo de Estado, até mesmo porque é tudo público,

até mesmo porque é tudo direito desta Assembléia saber, quando dá o seu voto.

Agora, não podemos deixar pairar nenhum tipo de dúvida. E não temos que nos atemorizar achando que isso é a favor ou contra o governante; não é não, aqui não é Oposição ou Situação, aqui é a favor da Copel, do povo paranaense, que muitos que hoje dizem que gostariam que continuasse do povo, não pensavam assim lá atrás. Mas, tenho certeza, vamos continuar pensando e cobrando para que isso ocorra dessa forma. Agora, houve, sim, um determinado momento em que o representante da El Paso disse na CPI que da mesma forma que aceitavam comprar a participação da Copel, aceitavam vender a sua participação.

Isto é importante que fique registrado, que o caminho jurídico adotado não foi o melhor, porque se fosse estaríamos ganhando, estaríamos à frente, não precisaríamos fazer essa negociação; receberíamos a parte da El Paso e mais uma indenização se tivéssemos razão, como alguns diziam que a razão era infalível da explosão; teríamos que receber isto, vejo que teríamos que receber. Se tinham tanta certeza, tantos argumentos, por que não vencemos no Conselho Arbitral? Agora, sabemos que vamos perder, se vamos perder é melhor comprar. Voto favorável à compra, voto favorável, mas acho que em todos os momentos erramos na forma de negociar. E para não errar mais, acho que é necessário que a cópia de todos esses documentos venha à Assembléia, de uma forma clara, transparente, inequívoca, para que amanhã não se tenha que propor uma nova CPI.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Antes do último inscrito, vamos colocar em votação o Requerimento nº 1265, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, solicitando a prorrogação da presente Sessão por duas horas. **Aprovado.**

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria registrar aqui a nossa frustração enquanto Parlamentar, por ver o comportamento de alguns Deputados. Confesso que até admirava quando não era Deputado nesta Casa, pela sua eloquência em defesa do patrimônio público, pela sua coerência nas suas atitudes, pela sua história dentro da política do Paraná. Infelizmente nos decepcionamos e essa desapontamento quero que fique registrado na tarde de hoje.

Estamos dando uma demonstração de antipatriotismo, uma demonstração de que estamos fazendo um péssimo negócio para o Estado do Paraná e quem vai pagar a conta é o povo do nosso Estado.

Concordo, e parableno o Deputado Marcos Isfer pelas suas colocações. E é justamente isso que vai acabar acontecendo. Teremos, quem sabe já na próxima legislatura, que instaurar uma CPI para apurar as irregularidades

cometidas quando da aprovação deste Plenário em comissão geral, da autorização para se adquirir a UEG de Araucária. Quero ficar com a minha consciência tranqüila. Quero que fique registrado nos Anais desta Casa que, pelo menos, este Deputado vai votar contrariamente. Não me convenceram os argumentos que foram relatados.

Não podemos votar a toque de caixa um valor significativo de 1/20 do orçamento do Estado do Paraná, quando muitas dúvidas pairam sobre esse negócio.

É responsabilidade desta Casa, sim. Este Deputado, particularmente, não vai dar esse cheque em branco ao Governo. Quero estar com a minha consciência tranqüila. Somos julgados o tempo todo pela população. Somos escrachados nas páginas dos jornais, com opiniões que denigrem a imagem dos políticos, generalizando. Temos que ser diferentes! Não podemos dar razão à maioria do eleitorado paranaense! Temos que fazer diferente!

Existem pareceres contrários que foram relatados na CPI da Copel apontando irregularidades, inadequações e até agora não foi feita nenhuma alteração técnica para suprir essas deficiências levantadas. Por que do dia para noite, vamos desconsiderar tudo isso para votar favoravelmente à transformação de comissão geral para aprovar, a toque de caixa, essa autorização? Infelizmente não adianta: autorização da Assembleia ou autorização da Aneel não nos exime da responsabilidade, pelo menos moral, para derrubarmos isso tudo, neste momento.

Não me convencem esses argumentos. Aqueles Deputados que têm mais conhecimento do que o Deputado Barbosa Neto, poderiam, neste momento, posicionarem-se, se forem patriotas, se tivessem compromisso com o interesse público, se respeitassem os impostos que são pagos pelo povo do Paraná.

Estranha-me dizer que este é o melhor negócio ou que este seja um bom negócio para o povo do Paraná. Que fique registrada, mais uma vez, nos Anais desta Casa, a minha discordância. Poderia citar, várias e várias razões que foram enumeradas e apontadas, mas nenhuma palavra, nenhuma colocação vai demover os Deputados dos interesses escusos que estão por trás dessa negociata que está sendo feita na tarde de hoje.

Quero deixar isso registrado para que seja cobrado depois; para que este discurso seja evocado no momento em que os escândalos aparecerem na imprensa. Será como foi o escândalo da venda da Copel; será como o escândalo da venda do Banestado; como os Jogos Mundiais da Natureza e outros tantos escândalos que a população do Estado do Paraná vai ter que pagar.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)
Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Não admito Pela Ordem aqui! O senhor vai ter que me respeitar, Deputado! Tenho os meus dez minutos!
Não admito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
O Deputado está encaminhando a votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Mais uma vez esse Deputado desrespeita aqui! O senhor teve o seu horário! Não existe motivo Pela Ordem, Sr. Presidente! O senhor faça valer aqui a sua condição. Que cite o artigo que ele requer Pela Ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Deputado Greca, gostaria que o senhor citasse um artigo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)
O Deputado falta com o decoro. Quero saber quem ele está acusando de negociata.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Não cabe Pela Ordem, Deputado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Tenho meu direito, Deputado! O senhor vista a carapuça ou quem quer que seja! Estou fazendo, aqui, o meu encaminhamento! É regimental! Eu tenho esse direito. Não sou obrigado a concordar com V. Exas! Por favor, respeitem o meu ponto de vista!

Quero deixar registrada a minha discordância. Um negócio de 190 milhões de dólares, de 170 milhões de reais, no mínimo nebuloso, para não dizer aquilo que já afirmei e volto a frisar aqui. Sou livre, tenho meu mandato e tenho a minha opinião. Ninguém vai calar a minha voz! Ninguém vai comprar o meu voto! Quero que isso fique registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. consultasse o orador que ainda se encontra na tribuna, se ele gostaria de retirar a acusação aos Deputados desta Casa por um negócio ilícito.

Caso contrário, requeiro a Comissão de Ética, porque não aceito essa acusação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Não retiro nenhuma vírgula do que eu disse aqui, Sr. Presidente!

O SR. NATÁLIO STICA (PT)
Sr. Presidente, requeiro uma Comissão de Ética. Se for preciso, faço um ofício, porque me senti ofendido e não aceito.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
V. Exa. pode encaminhar um ofício à Mesa. V. Exa. tem o direito de encaminhar um ofício à mesa para ser analisado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Encaminharei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto.

Item nº 12 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/06.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, neste momento, quero dizer o seguinte: tomei aqui uma posição de votar a favor deste projeto...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Pela Ordem, Deputado.

Gostaria que V. Exa. citasse o artigo então, para V. Exa. encaminhar pela ordem.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

V. Exa. tem o Regimento e fica mais fácil ver o artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Neste momento, não cabe Pela Ordem. Se V. Exa. tem algum questionamento quanto à condução dos trabalhos, tem que citar o artigo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Artigo 142, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será analisado, Deputado Scarpellini. Lamento dizer que não cabe Pela Ordem, mesmo assim, não tem nada a ver o artigo que V. Exa. citou.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário, Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação a 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 031/06.

Trinta e sete Srs. Deputados aprovam.

Cinco Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado em 1ª Discussão.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/06, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo sobre sorteio de imóveis da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado (Publ. no DA. nº 036/06, de 25/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 209/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo regulamentar o sorteio realizado pela Cohapar na contemplação de imóveis de projetos sociais. Tal regulamentação objetiva esclarecer tal procedimento que é realizado às escuras.

Fundamentação

A Constituição Federal orienta:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e lei que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual paranaense.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, não é vedado pela Constituição Federal legislar sobre tal matéria. Sobre a iniciativa legislativa, encontramos respaldo no artigo 65 da Constituição Estadual.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está de acordo com Lei Complementar 95/98.

Da Conclusão

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 209/06.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 209/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 209/06, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo a regulamentação do sor-

teio de imóveis de projetos sociais, como também, esclarecer tal procedimento, que ora é realizado às escuras.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/06, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 039/06, de 02/05/06).

O autor do Projeto não está presente. Será **retirado** da pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 220/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Quero comunicar a V. Exa. e à Casa, que atendendo o convite do Poder Legislativo de Santa Catarina, estarei me descolocando neste momento para participar de uma audiência pública, aonde possivelmente o 13º Estado do país estará seguindo o mesmo caminho pioneiro aqui do Paraná em relação à criação da lei do ICMS Ecológico.

Peço licença a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero só informar a V. Exa, e aos demais parlamentares, que há um requerimento sobre a mesa, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, solicitando uma Sessão Extraordinária.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisa Brasil - África, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/06, de 02/05/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 221/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisa Brasil - África, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Moradores do Bairro Km 10 e Bairros Vizinhos, com sede e foro no município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/06, de 02/05/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 225/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Moradores do Bairro Km 10 e Bairros Vizinhos, com sede e foro no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Vamos retornar ao item 02 que foi retirado da pauta por não estar presente a Deputada Cida Borghetti.

Item 02: Redação Final do Projeto de Lei nº 009/06. **Aprovado.**

Item 08: 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 157/06. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Só comunicar aos Srs. Deputados, com a aquiescência de V. Exa, que amanhã, às 14 horas, na sala de reuniões da Presidência da Assembléia Legislativa, o Dr. Romeu Bacellar virá entregar o seu parecer sobre a PEC em relação ao nepotismo. O parecer do Dr. Romeu Bacellar será entregue formalmente ao nosso Presidente Hermas Brandão, amanhã, às 14 horas, na sala da Presidência da Assembléia Legislativa.

Todos os Srs. Deputados estão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estão convidados todos os Srs. Parlamentares para esse encontro com o nosso advogado constitucionalista - Dr. Romeu Bacellar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1262, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando seja marcada uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Em votação.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, antes, porém, gostaria que fosse feita a leitura do requerimento.

A Sessão Extraordinária se refere a quais projetos?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A pauta já está elaborada. Se for existir a Sessão Extraordinária, esta Presidência fará a pauta dentro de cinco minutos.

Para encaminhar, com a palavra V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, encaminho este requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Os projetos que estão em discussão na pauta da Sessão, automaticamente estarão na Sessão Extraordinária.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Então a pauta será...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A pauta será praticamente a mesma, a não ser aqueles que já foram votados em Redação Final que voltarão para a pauta da Sessão Extraordinária.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente eu não vejo, até perguntaria ao autor do requerimento por que a Sessão Extraordinária?

Não sei qual é o motivo da pressa na aprovação de alguns projetos.

Já que temos Sessão amanhã e temos Sessão quarta-feira, então não sei o que levou o autor desse requerimento a solicitar uma Sessão Extraordinária. Nós, da Assembléia Legislativa, sempre realizamos as Sessões Extraordinárias, tantas quantas necessárias forem, para aprovar qualquer projeto de interesse. Preocupa-nos um pouco, qual é o motivo que levou em uma segunda-feira a convocação de uma Sessão Extraordinária, se existe algo muito urgente para ser aprovado ou não. Não vejo desta forma. O que nos preocupa um pouco é que o projeto, esse da UEG Araucária, já foi solicitado regime de urgência uma vez aqui na Assembléia. A Assembléia rejeitou esse requerimento. Posteriormente foi apresentado um requerimento e não foi aceito quando se solicitou novamente regime de urgência. A Assembléia Legislativa aprovou um requerimento que susta exatamente a votação desse projeto de UEG Araucária.

Eu aproveito até, Presidente Hermas Brandão, com o maior respeito que devotamos a V. Exa. que conduz exatamente todas as Sessões da forma democrática mais transparente e quem é democrata não poderia ser de outra forma. Como ficou a questão do próprio requerimento que foi aprovado uma vez que sustou a votação desse projeto da UEG Araucária? Porque tínhamos dois requerimentos: um que pedia regime de urgência, acompanhado de trinta e poucas assinaturas, e se fez necessário já que ele foi rejeitado uma vez; mas também tem o requerimento que sustou a votação desse projeto, e isso nos causa muita estranheza.

Agora, em relação à convocação da Sessão Extraordinária, logo após o término da Sessão Ordinária, precisaria ao menos ter uma justificativa mais plausível, o porquê da convocação. Eu, diante desse fato, voto contra esse requerimento e peço também aos Srs. Deputados que votemos contra, já que temos Sessão Extraordinária, amanhã, quarta-feira, e ainda se antecipa a Sessão de quinta, para quarta-feira.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, confesso a minha estranheza. Foi votado e aprovado por ampla maioria e vejo que vai haver também, na Sessão de amanhã, uma concordância na aprovação desse projeto. Vejo que há, por parte desta Assembléia, uma sensibilização com relação ao assunto. Todos são a favor da Copel. Todos querem que a Copel, efetivamente possa fazer o melhor.

Nós tivemos uma discussão com relação ao adiamento da votação desse projeto. Tivemos a solicitação do regime de urgência. Hoje, a solicitação da transformação do Plenário em assembléia, fazendo com que essa votação fosse acelerada. Ao final da Sessão, a surpresa de tentar-se barrar novamente a execução normal, o trâmite normal desta Casa. Causa estranheza a necessidade de pressa, acima de qualquer coisa, passar por cima das normas legais e constitucionais desta Casa. Da maneira como V. Exa. sempre bem conduz os trabalhos, sabemos do esforço que V. Exa. faz, para que esta Casa tenha melhor imagem perante a sociedade, em todos os momentos. Estaremos atropelando a democracia, o Regimento e todo o bom-senso que a população do Paraná sempre espera e aguarda desta Assembléia. Não vejo a razão de tanta pressa, esta pressa desqualificada, porque, se há uma qualificação para ela, nenhum de nós tem conhecimento da necessidade de toda essa urgência, de se resolver no dia de hoje este assunto que é tão polêmico.

Amanhã, parece-me que teremos a votação de um assunto bastante importante também para o Estado do Paraná, a questão dos professores, de vários projetos de interesse do Magistério, que estarão entrando em votação, pelo que eu pude tomar conhecimento, através dos jornais. Todos os Deputados estarão aqui, quer de Situação, quer de Oposição. Isto me faz crer ou será que amanhã se pretende derrubar a Sessão normal, porque um assunto tão importante como o Magistério virá à votação? Será que é este o entendimento que devemos tirar, Deputado Zucchi, desta pressa de votar tudo de uma hora para a outra, de quererem, açodadamente, atropelar um assunto de tanta relevância?

O Deputado Neivo demorou bastante tempo discutindo este assunto, na Comissão de Fiscalização. Parece-me que há bastante relevância no tema, para que nós, neste momento, passemos por cima de tudo, de qualquer tipo de bom-senso e queira se votar açodadamente um assunto tão importante. Não vejo o que possa mudar o convencimento dos Srs. Deputados de hoje para amanhã. E não vejo o porquê desta manobra regimental da situação, que é maioria nesta Casa, neste momento, a não ser pela provável ausência anunciada na data de amanhã, dos Deputados que têm o dever de aqui estar, na tarde desta terça-feira.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Para Encaminhar)

Acho que o projeto de pedido deve ser aprovado. Estamos hoje aqui, com um quórum extremamente qualificado. Já está há mais de quarenta dias em discussão, esse processo da venda da UEG. Todos os Deputados estão absolutamente convencidos, mesmo aqueles que têm alguma observação crítica votaram a favor.

Eu acho que é correto, legal, constitucional e regimental o procedimento. É para aproveitar este quórum mesmo. É a importância do Paraná. Eu acho que devemos aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos

Requerimento nº 1193, de autoria da Deputada Elza Correia com apoio das Deputadas Luciana Rafagnin, Arlete Caramês e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1194, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1195, 1248, 1249 e 1259, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1198, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1200, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1201, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1203, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1204, 1205, 1208, a 1212 e 1251, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1216, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Encaminha-se à Mesa Executiva.**

Requerimento nº 1217, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1219 a 1221, 1223, 1224, 1226 e 1238 a 1245, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1225, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1228-A, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1230, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1236, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1237, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1255 e 1256, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1260, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1264, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria fazer um comunicado aqui, que estou recebendo neste momento e até acho que esta Casa está ansiosa para saber desse assunto.

Estamos em um ano político e estou recebendo a informação, neste momento, que o Senador Álvaro Dias acaba de conceder uma entrevista lá em Ponta Grossa, na Rádio Tropical, neste exato momento, e que recebeu um comunicado às cinco da tarde de hoje que o Senador Osmar Dias comunicou a ele que não será mais candidato ao Governo do Estado - segundo o que a Rádio Tropical acaba de informar neste momento.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Queremos reafirmar aqui a condição de pré-candidato ao Governo do Estado do Senador Osmar Dias. Ninguém, até agora, é candidato, a não ser depois das convenções e nós não acreditamos nesse tipo de versão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Deputado Hermas Brandão, gostaria de falar sobre esse assunto, porque sei que isso, obviamente, será comentado. Ninguém, nem o Álvaro Fias, que é o irmão do Senador, está autorizado a falar sobre a candidatura do Senador Osmar Dias. Estou falando aqui como Presidente Interino do PDT.

Então, para que não restem dúvidas.

Obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Diante da possível renúncia do Senador Osmar Dias, quero reafirmar aqui a candidatura do PSB, de Severino Araújo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos dando por recebido pela Mesa Executiva, e quero informar aos Srs. que teremos outra Sessão dentro de cinco minutos. Estamos recebendo a solicitação do Deputado Dobrandino, devidamente apoiada por trinta

Srs. Deputados, transformação da Sessão do Plenário, dia 23, amanhã, para votação da Mensagem nº 31/06.

Damos por recebido.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 253/05, 090, 129, 168, 189, 193, 209, 221 e 225/06.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/06.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 323/05 e 181/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 500,636,747,749/05, 060, 157 e 179/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 793/05, 123, 149, 150, 161 e 169/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 009, 010 e 011/06.

Dentro de cinco minutos conforme requerimento aprovado anteriormente, teremos uma Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Errata:

ERRATA

Diário: Avulso

Data: 18/05/06

Página: 02

Onde se lê: Ato da Comissão Executiva nº 173/05

Leia-se: Ato da Comissão Executiva nº 273/05

Página: 28

Onde se lê: Ato da Comissão Executiva nº 174/05

Leia-se: Ato da Comissão Executiva nº 274/05



DIÁRIO Nº 053**005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	89
Presenças.....	89
Abertura da Sessão	89
Expediente:	
Requerimentos.....	89
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	90
Encerramento da Sessão	91

DIÁRIO Nº 053**005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE MAIO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Chico Noroeste.

Presenças:

Às dezoito horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse,

Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori. Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Valdir Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(a) CHICO NOROESTE

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados:

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação a artigos da Lei Estadual nº 14.424/04, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na rede estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/06, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Francisco Beltrão, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/06, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão ao município de Toledo, de imóvel situado no mesmo município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/06, que autoriza o Poder Executivo por meio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Mandaguari. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a doar ao município de Jacarezinho, os imóveis que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/06, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

Há uma emenda de Plenário formulada pelo Deputado...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Tem mais uma emenda, Sr. Presidente. Estamos encaminhando mais uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

São duas emendas, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 193/06

A presente emenda modificativa visa suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 3º do Projeto de Lei nº 193/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/06, ficando a redação conforme segue:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, BARBOSA NETO, TADEU VENERI, MARCOS ISFER, DURVAL AMARAL e ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 193/06

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 193/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/06 do Governo do Estado, objetiva acrescentar proposta, conforme segue:

“Art. 1º ...

§ 4º Os recursos de que trata o parágrafo anterior somente poderão ser alocados à vendedora após formalização da desistência da ação movida contra a Copel e o Estado do Paraná junto ao Tribunal Arbitral de Paris.

Sala das Sessões, em 22.05.06.

(aa) BARBOSA NETO, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL E LUIZ CARLOS MARTINS.

Automaticamente voltará o referido projeto ao Plenário amanhã, e já está com o requerimento de transformar em Comissão Geral e terá condições de ser analisado.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/06, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo sobre sorteio de imóveis da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisa Brasil - África, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Moradores do Bairro Km 10 e Bairros Vizinhos, com sede e foro no

município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1266, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

